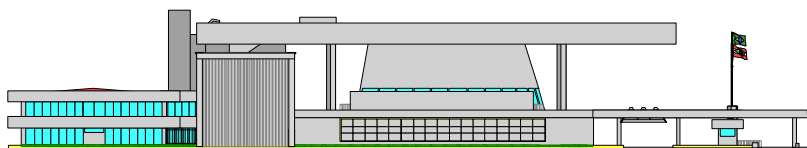


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 07 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.528

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel

2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol

3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Paulo Vidal
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Ciro Marcial Roza

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Hans Fritsche
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Hans Fritsche
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora em exercício:

Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 922**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 019ª Sessão Ordinária
realizada em 25/03/1998..... 2
Ata da 020ª Sessão Ordinária
realizada em 26/03/1998..... 16
Ata da 021ª Sessão Ordinária
realizada em 30/03/1998..... 21
Ata da 003ª Sessão Especial
realizada em 30/03/1998..... 22

Atos da Mesa Diretora

Despacho 34
Resoluções 34

Publicações Diversas

Ofícios 35
Projetos de Lei 36

P L E N Á R I O

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 25 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nós sabemos que a praxe seria o

Primeiro Secretário fazer a leitura da ata, mas eu queria pedir uma abertura especial, senhor Presidente, para dizer que se encontra nas galerias desta Casa o Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério, Takaschi Chonan, juntamente com sua excelentíssima esposa e com o clube dos idosos de lá, o chamado Clube da Terceira Idade, do Núcleo Triticola, do Núcleo Frei Rogério, do Núcleo Celso Ramos e do Município de Frei Rogério.

É a primeira vez que eles vêm na Capital do Estado. E vêm a este Poder verificar o andamento dos nossos trabalhos. Daqui a pouco eles têm um compromisso na Fundação Vida, onde serão recebidos pela Primeira Dama do Estado de Santa Catarina.

Quero fazer este registro, senhor Presidente, porque esse pessoal eu conheço de muitos e muitos anos. Eu fui Prefeito pelo Município de Curitiba quando o Núcleo Celso Ramos, Núcleo Triticola de Frei Rogério, pertencia àquele Município.

Frei Rogério é um Município muito próspero, é o celeiro agrícola da região, é um Município que tem desenvolvido e crescido muito bem, principalmente porque é administrado pelo Takaschi Chonan. Este nome, senhor Presidente, já foi homenageado pelo Estado, porque foi Takaschi Chonan o inventor

da semente que produziu o alho Chonan, que hoje serve de exemplo para o Brasil. Até outros países vieram copiar o embrião da semente feita pelo agrônomo Takaschi Chonan, que para muita honra nossa, catarinenses, ele é o Prefeito do Município de Frei Rogério.

Então, eu faço este registro com muita alegria e muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Congratulamo-nos com o seu registro e desejamos aos conterrâneos serranos - oriundos das plagas serranas, hoje próspero Município de Frei Rogério, aqui capitaneados pelo Prefeito Chonan - uma boa estada na Casa do Povo e que possam aproveitar bem essa viagem.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Em nome do Partido Progressista Brasileiro, eu gostaria de me associar às colocações feitas pelo eminente Deputado Onofre Santo Agostini, desejando a todos aqueles que aqui estão uma boa estada e a certeza de que eles verão coisas muito bonitas na Capital do Estado de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos em nome do meu Partido e, tenho certeza, em nome da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Feitos os registros, solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS NºS:

189/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício nº 011, referente a Indicação nº 006/98;

612/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, referente ao Telefax nº TE/0078.4/98;

798/98, do senhor Senador Esperidião Amin, acusando o recebimento do Telefax nº TE/0101.4/98;

536/98, do senhor Oficial-de-Gabinete da Casa Civil, da Presidência da República, acusando o recebimento do Telex nº 068/98;

041/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, informando a constituição de Comissão Parlamentar Especial, incumbida de encontrar soluções para o Hospital São José e Maternidade Dona Chiquinha Galotti;

060/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, informando a aprovação de moção referente a redução de multas e facilita o pagamento de tributos atrasados.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Deputado Adelor Vieira, que torna obrigatório que estabelecimentos comerciais do tipo Shopping Center, com mais de 50 lojas, coloquem a disposição dos clientes serviços do Pronto-socorro Médico e determina outras providências.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Estão inscritos para falar três senhores Deputados. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários da Casa e visitantes, gostaria de falar nesse tempo em dois assuntos. Inicialmente, gostaria de fazer um registro muito honroso para nós e, tenho certeza, para esta Casa, ou seja, a presença de ilustres personalidades que nos visitam, como foi o caso da delegação de Frei Rogério.

Senhor Presidente e senhores Deputados, o Município de Peritiba, cuja colonização tem predominância germânica, mas onde também habitam descendentes de italianos e outras origens, tem trinta anos de história.

Gostaria de cumprimentar o senhor Arnildo Simon, que nos visita nesta tarde. Ele foi Prefeito Municipal de 1969 a 1973 e de 1977 a 1982 e Vice-Prefeito de 1989 a 1992, e no período de 1983 a 1988 foi diretor de obras do Município de Peritiba.

O senhor Arnildo Simon, Vereador de 1963 a 1969, ou seja, desde a emancipação do Município de Peritiba, do qual foi um dos autores, também foi um dos autores para a criação do Distrito de Peritiba. De 1963 até 1992 participou integralmente das ações comunitárias, quer como Vereador, como

Prefeito, como Vice-Prefeito ou como Diretor de Obras.

Esta ilustre personalidade, que nos dá a honra da sua visita nesta tarde, está acompanhado de sua esposa e do não menos ilustre ex-Prefeito Leonesto Cavassin e esposa.

O senhor Leonesto Cavassin, Prefeito de Peritiba de 1989 a 1992, foi Tesoureiro daquele Município de 1975 até 1992, só estando ausente no período em que foi Prefeito, tendo exercido um mandato que marcou época, tendo a companhia como Vice-Prefeito de Arnildo Simon.

Por isso eu digo, Deputado Olices Santini, que aqui nós temos a presença da história de trinta anos do Município de Peritiba, na pessoa do ilustre cidadão Arnildo Simon e esposa e de Leonesto Cavassin e esposa, todos do nosso Partido Progressista Brasileiro, com muita honra.

Gostaríamos de registrar também uma parte da história do Município de Ipumirin, que hoje também visita esta Casa, através do nosso ex-Vereador Marcelo Felix Conti, que é um elemento integrado ao nosso Partido. Ele foi Vereador por dez anos em Ipumirin, de 1982 a 1992.

Temos também a presença de Gilmar Biff, que é contador do Município de Ipumirin e hoje também de outros Municípios, desde 1977, ou seja, por vinte e um anos. Registramos ainda a presença do jovem Paulo de Bolt, que é funcionário da Prefeitura de Ipumirin desde 1989, todos eles pertencentes ao Partido Progressista Brasileiro. Inclusive também os acompanha a minha esposa, com muita honra.

Então eu faço este registro e concedo aparte ao nobre Deputado Olices Santini.

O Sr. Deputado Olices Santini - Muito obrigado, Deputado Odacir Zonta, faço esse aparte a V.Exa., neste momento, só para me associar ao seu registro da presença dos nossos companheiros do Oeste catarinense.

Gostaria de reforçar as colocações de V.Exa., principalmente com referência à importância de dois grandes Líderes que estão aqui presentes, o nosso companheiro Leonesto Cavassin e o nosso companheiro Arnildo Simon, Prefeito e ex-Prefeito de Peritiba, os quais muito contribuíram com aquele Município e com a região inteira.

Então, por conhecê-los e também desfrutar da sua amizade é que eu gostaria de me associar às suas colocações de manifesto de júbilo pela presença de ambos aqui, neste Parlamento, nesta tarde de hoje. Gostaria de dizer que com certeza V.Exa. e a região terão grandes apoios em torno do nosso Partido com esses dois grandes companheiros que nos honram com sua presença.

Gostaria, Deputado Odacir Zonta, portanto, de me associar a V.Exa. e também desejar que eles se sintam bem no nosso meio, pois que nos orgulha muito a presença de ambos hoje, aqui, na Assembléia.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Com muito prazer integramos ao nosso depoimento o aparte de V.Exa., o qual nos honra e satisfaz.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Odacir Zonta, também quero me associar às suas palavras, desejando boas vindas ao ex-Prefeito e dizer que Peritiba, um Município lá do nosso Meio-Oeste, é muito familiar a este Deputado.

Ainda no ano passado, ou no ano re-

trasado, tive a oportunidade de participar de uma tradicional festa naquele Município, que por sinal é um Município de uma cultura e uma tradição muito ricas.

Gostaria de parabenizar as pessoas desse Município e o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Gostaria de agradecer e também incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, Deputado Afonso Spaniol.

Gostaria, meu caro Arnildo e esposa, meu caro Leonesto e esposa, nossos companheiros Gilmar, Marcial e Paulo, especialmente, com a permissão dos nossos companheiros de Ipumirin, de dizer ao Arnildo Simon e esposa e ao Leonesto e esposa que nós aqui só temos que agradecer pelo exemplo de cidadãos que V.Exas. deram e estão dando a Santa Catarina, no trato das coisas públicas e no trabalho comunitário.

Desejamos que se sintam bem aqui em nosso meio, assim como a delegação de Ipumirin, que também nos honra com a sua presença, Município do qual eu fui Prefeito com muita honra e com muita satisfação.

Nessa última parte, embora nos sobre poucos minutos, senhor Presidente, eu gostaria de voltar à tona aqui e fazer uma invocação, um apelo.

Nós precisamos, e neste sentido encaminhamos requerimento para ser submetido ao Plenário, pressionar, além das autoridades federais, o Governo do Estado para uma ação de socorro a 5.700 funcionários do frigorífico Chapecó e a 1.400 agricultores fomentados em aves e suínos daquela indústria.

Na semana retrasada nós nos pronunciámos a respeito desse assunto. Encaminhamos requerimento às autoridades federais, mas até agora, lamentavelmente, não temos a solução, e a situação fica cada vez mais dramática. Então, é necessário que volte-mos, não só pensamentos, mas as nossas ações fortes para buscar uma solução.

O Governo do Paraná, e fruto da Unidade Cascavel, já tomou a decisão de apoiar os agricultores e operários. E o nosso Governo, até agora, nada fez. É necessário socorrer as famílias de agricultores e operários e pressionar o Governo Federal, que para buscar solução para banqueiros quebrados tem dinheiro, agora, quando é para socorrer uma agroindústria, para socorrer 5.700 famílias de operários, 1.400 famílias de agricultores e mais milhares de famílias que estão lá, indiretamente, não tem o mínimo de atenção.

Esse é o apelo que coloco aqui, nesta tarde: é necessário desenvolver um trabalho forte, de pressão, não de socorro ao grupo econômico, mas de socorro à permanência do funcionamento da unidade industrial para salvaguardar o interesse social e econômico da grande região do Oeste catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo inscrito, senhor Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria também de dar as boas vindas aos amigos de Peritiba e de Navegantes, que também nos brindam com sua presença neste Plenário.

Via de regra, senhor Presidente, eu não faço este tipo de pronunciamento, mas lendo uma matéria no jornal O Estado, que me irritou, a coluna do jornalista Moacir Pereira, e escutando esse cidadão pelos diversos locais que vamos aqui, em Florianópolis, com as

mesmas informações, enganando a população, eu vou fazer este pronunciamento.

Trata-se de uma matéria da coluna do jornalista Moacir Pereira, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O economista Afrânio Boppré" - olhem bem, ele é economista -, "ex-Vice-Prefeito de Florianópolis" - o jornalista aqui esqueceu de dizer que ele também foi Secretário das Finanças na época -, "está questionando a decisão da Prefeita Ângela Amin de pagar 50% do 13º salário no mês de maio.

Sustenta que está havendo é um prejuízo para o funcionalismo. Explica: 'Os servidores têm direito à metade da gratificação natalina quando entram em férias. Este ano ninguém recebeu o benefício. Para os que requereram férias até abril, o 13º está sendo creditado até com atraso'."

Isto aqui é um insulto. É uma brincadeira de uma autoridade, que foi candidato a prefeito desta cidade, para com a população. E eu respondo, até através de um outro artigo de jornal intitulado "Os números da Prefeita". Portanto, posso responder com os números da atual Administração, que começou com uma série de dificuldades, como todos os senhores sabem.

Vamos a essas notícias.

(Passa a ler.)

"A administração municipal de Florianópolis se instalou a 1º de janeiro de 1997 sobre um baú furado. Os cofres municipais deviam metade do salário de novembro, o 13º salário inteiro, e não havia um centavo em caixa para fazer frente ao salário de dezembro.

Papagaios havia: uma antecipação de receita correspondendo a 30% da folha e um empréstimo vencido junto ao Badesc de 1,6 milhões. Em bom português, a Prefeita tinha zero no caixa e três folhas para pagar.

Diga-se de passagem que o auto-intitulado 'Governo Popular' subtraiu do Prefeito Sérgio Grando a popularidade e mergulhou em ações tão ineficazes quanto invisíveis, culminando por não conseguir fechar nem as contas ao final do seu mandato. Até hoje vagam no limbo de confusos assentamentos contábeis cerca de 5 milhões de reais, num caso único de desaparecimento virtual de dinheiro público em que provavelmente não ocorreu ladroagem pura e simples.

Em abril de 1997, quatro meses depois de receber essa tragédia financeira, o Secretário Antonio Carlos Vieira - que assina decretos com luvas de boxe - já botava o pagamento do salário em ordem. E ontem a Prefeitura anunciou que vai pagar o 13º salário no mês de maio."

E vem o senhor Alfredo Boppré contestar, e não só contestar, que é um direito dele, mas praticar essa notícia, todos os dias, de uma forma sistemática. E nós não podemos admitir esta afirmação desavergonhada de que a sociedade está tendo prejuízo, porque não é verdade.

"O leitor desatento há de pensar: 'Grande vantagem! O Governo do Estado, que está vendendo ações da Casan, é capaz de pagar antes'. A Prefeitura está adiantando em maio o 13º salário que deveria pagar 7 meses depois, em dezembro. Porque esse 13º corresponde ao ano de 1998 e não, como o do Governo, corresponde ao de 1997.

O padre Godinho, se vivo fosse, subiria ao paltão com sua batina de tropical inglês e indagaria com sua voz abaritonada: 'Mas afinal de contas, aconteceu algum milagre?' Sim, aconteceu um milagre. Esse milagre, na gestão privada, chama-se trabalho

sério e na vida pública chama-se evento espantoso. Simplesmente, a Prefeitura de Florianópolis nos 15 meses decorridos desde a posse da nova Prefeita, renunciou ao cacete de 99 em cada 100 administradores públicos brasileiros e passou a gastar apenas aquilo que arrecada.

Mesmo baseando sua receita no mais infeliz dos tributos, o IPTU, a Prefeita tem mostrado nessa área um desempenho exemplar. Vejamos a questão dos carnês, objeto de um enorme estoque de informações distorcidas da imprensa, por má fé ou incompetência. Nesse empenho, registre-se, a imprensa é tremendamente ajudada pelos espertos que, não querendo pagar, culpam o cobrador.

Veja, leitor: dos 160 mil carnês distribuídos, 139 mil chegaram ao seu destino, num primeiro tempo - quase 90%. Esse número cresceu posteriormente para 146 mil, sobrando apenas - 8% dos contribuintes - 14 mil pessoas sem o carnê.

Interessante se observar também que nada menos do que 45.267 contribuintes quitaram seu carnê integralmente, enquanto 66 mil optaram pelo parcelamento, propiciando à Secretaria de Finanças uma receita imediata de 11 milhões de reais, recorde na história da cidade.

A projeção desses números indica que o ano de 98 vai fechar com uma receita de IPTU superior a 40 milhões de reais, tanto mais significativa quando se sabe que a de 97, que não passou de 32,6 milhões de reais.

O saneamento das finanças municipais é a credencial com que a administração da Prefeita se apresenta para cumprir os 66% que tem ainda de mandato a completar. É uma ótima credencial."

Volto a afirmar que o economista Afrânio Boppré infelizmente está usando de palavras inadequadas, palavras que não esclarecem nada à população. E nestes duzentos e setenta e dois anos que Florianópolis completa, eu gostaria de registrar: pessoas deste tipo que tiveram oportunidade de fazer e não fizeram e quando fizeram fizeram-no muito mal, deixando resquícios para uma administração que está procurando cumprir da forma mais equilibrada possível para o bem de uma cidade que todos nós acolhemos como a nossa Capital.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer e chamar a atenção desse economista, desse Vice-Prefeito, desse ex-Secretário de Finanças, para que tenha maior responsabilidade quando dirige essas palavras aos jornalistas ou a quem quer que seja.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gervásio Maciel.

Na ausência do senhor Deputado Gervásio Maciel, com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero me reportar inicialmente a um projeto de lei que nós demos entrada nesta Casa e que certamente nos próximos dias estará tramitando nas Comissões Técnicas, qual seja, o que diz respeito aos shopping centers.

Esses estabelecimentos tão importantes, tão necessários às nossas comunidades e que vêm crescendo a cada dia que passa, necessitam da instalação de pelo menos um posto de atendimento médico às pessoas que afluem a esses locais.

Nós entendemos que é um custo a mais para esses empresários, mas também

entendemos que, em relação ao custo/benefício, a segurança dos usuários e o atendimento nas questões médicas, na questão da saúde, é também da maior importância.

Os nossos shopping centers começam a ser frequentados quase que diariamente. Agora já temos abertura desses estabelecimentos também aos domingos. E com o fluxo de pessoas que a cada dia cresce nesses estabelecimentos se fazem necessárias tais medidas.

Por isso, eu solicito dos meus Pares desta Casa que fazem parte das Comissões Técnicas que atentem e possam também dar a sua contribuição, apoiando e sugerindo com suas emendas que venham aperfeiçoar o projeto que ora fazemos tramitar aqui nesta Casa.

Uma outra questão que eu quero levar a efeito aqui é em relação a um projeto de resolução que pretendemos fazer chegar, nos próximos dias, através da Mesa Diretora, a este Plenário. Diz respeito a um disque denúncia para o Legislativo.

É muito comum em outros Estados, em outros Países, os Legislativos, principalmente, terem esse instrumento onde o cidadão possa ter livre acesso.

Entendo que esta Casa, por ser a Casa do Povo, precisa tem um instrumento chamado disque denúncia. Precisamos ter, Deputado Lício Silveira, um telefone à disposição do cidadão catarinense, para que, onde quer que esse cidadão esteja, possa acessar sem qualquer custo para fazer uma denúncia, seja ela envolvendo esta Casa ou qualquer outro Poder Público constituído.

Por essa razão, penso que nós, como sendo um Poder não somente para legislar, se não também para fiscalizar as ações do Poder Executivo, devemos ter aqui também o disque denúncia do Legislativo. Seria um órgão muito interessante. Poderíamos, seja através do Deputado ou da Mesa Diretora, coletar esses dados e encaminhá-los à Comissão de Fiscalização e Controle. Isso iria agilizar as denúncias, iria acabar com a inibição, muitas vezes, do cidadão catarinense que, às vezes, se depara com um flagrante e precisa fazer uma denúncia e, no entanto, não sabe a quem recorrer.

Muitas vezes nós, Deputados, não temos dado essa facilidade para o cidadão catarinense.

Por essa razão, esta Casa, que tem a atribuição maior de fiscalizar, poderá se servir de todo o cidadão catarinense para que se possa realmente ter certeza do que está ocorrendo em nosso Estado e assim fiscalizar.

Faço, então, esse projeto de resolução e o encaminharemos inicialmente à Mesa Diretora para posterior encaminhamento a este Plenário, porque entendo que é da maior importância o cidadão ter um instrumento onde ele possa também fazer a sua denúncia, a sua reclamação. E esta Casa, como uma caixa de ressonância, dará guarida a esse tipo de ação, e tenho certeza de que em muito contribuirá, principalmente, para o bom desempenho do serviço público.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pelo discurso que faz e quero dizer que concordo com o que acaba de falar.

Caro Colega, a Casa é, sem dúvida, a ressonância do que acontece em Santa Catarina, e se tivermos esses instrumentos a

serviço da comunidade, estaremos democratizando ainda mais.

É verdade que algumas pessoas estão desesperançosas quanto à justiça na impunidade, nos atos de corrupção que têm ocorrido no País e que, lamentavelmente, em Santa Catarina, levam o catarinense, a pessoa em si, a não acreditar tanto nas autoridades, na Justiça.

É preciso dizer que isto não pode servir de meio para ficar pior. Temos que melhorar e, sem dúvida nenhuma, se existir esse mecanismo à disposição do cidadão catarinense, ele vai nos ajudar muito. Também podemos colocar um serviço de informação. Quer dizer, através deste Poder as pessoas podem, através de qualquer canto de Santa Catarina, acessar os dados. Por via de consequência, as Comissões podem convocar as autoridades constituídas para prestarem os devidos esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Eu agradeço, Deputado Gervásio Maciel.

V.Exa. fez lembrança do "e-mail" que temos à disposição. E poderemos ter também para aqueles que não dispõem desses mecanismos, quem sabe, uma central com uma série de telefones para captar esse tipo de denúncia.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Democracia é uma coisa extremamente importante. Vejo a sua proposta e a colocação do Deputado Gervásio Maciel em concordar. Salvo melhor juízo, eu não concordo com a sua proposta disque denúncia.

Eu acho que receber denúncia por telefone não é fácil. Estas coisas têm que ser muito bem fundamentadas. As denúncias podem por telefone ser manuseadas de forma indevida, causando constrangimento, porque, às vezes, algum Deputado afoito com as informações que recebe, até de caráter particular de outras pessoas que estão em sua área de política, vêm ao Plenário e denuncia coisas vazias, e as denúncias vazias no meu modo de entender só trazem descredito.

Por isso, eu gostaria que V.Exa., ao colocar o seu projeto, se acersasse das garantias necessárias de tal forma que essas coisas fossem muito bem elaboradas, caso aprovado o projeto, porque, no meu modo de ver, esse tipo de projeto no âmbito da Assembléia não soma muito para o processo democrático. Esta é a minha observação, salvo melhor juízo.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Eu quero agradecer e dizer que V.Exa. tem todo o direito em discordar. Eu também concordo em parte com a sua preocupação. O que precisamos ter é critérios. Este projeto precisa ser muito bem estudado, tem que ser muito bem criterioso a fim de que não se abra uma porta para denúncias vazias, o que não deixa de acontecer muitas vezes. Agora, não podemos permitir que o cidadão não tenha hoje, com todas as facilidades que temos de comunicação, condição de se utilizar desta Casa para oferecer uma denúncia.

Muitas vezes o cidadão tem uma denúncia muito bem fundamentada. É evidente que estou partindo da premissa de que os senhores Deputados, cöncios das suas responsabilidades, membros das suas respectivas Comissões, às quais serão remetidas as denúncias, farão isso com isenção, farão isso com responsabilidade, farão isso dentro do princípio de dar a sua melhor contribuição e não de jogar lenha na fogueira, muitas vezes, para ver o circo pegar fogo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Rosso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Senhor Presidente e senhores Deputados, assim à tribuna neste dia para falar de um catarinense que, na última quinta-feira, há cinquenta anos chegou a Urussanga. Hoje farei um histórico desse ilustre catarinense, Agenor Neves Marques.

(Passa a ler)

"Agenor Neves Marques, filho de Natalino Marques e Cecília Otília Neves, nasceu a 10 de outubro de 1914, em Palhoça, Santa Catarina.

Ingressou no Seminário Nossa Senhora de Lourdes de Florianópolis, continuando seus estudos com o Cardeal D. Jaime Câmara. Completou os estudos de Filosofia e Teologia com os Padres Jesuítas na Faculdade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde também cumpriu o serviço militar como soldado do 8º Batalhão de Caçadores da 3ª RM.

Em 29 de dezembro de 1940, recebeu a Ordenação Sacerdotal. Foi pároco das comunidades de Tijucas, Itajaí, Criciúma, Siderópolis e Urussanga.

Secretariou o 1º Sínodo Diocesano de Santa Catarina. Locutor de ênfase e grande poder descritivo, foi animador de inúmeras concentrações de Marianos e Acionistas da ACB, dirigente dos Congressos Eucarísticos em Lages, Florianópolis e Criciúma.

Em 1955, tornou-se Cônego do Cabido Metropolitano de Florianópolis. Em 1963, foi agraciado pelo Papa Paulo VI com as honras de Monsenhor Camareiro do Vaticano, título entregue por D. Anselmo Pietrulla.

Construiu quase uma centena de igrejas, inúmeras capelas e oratórios, como também creches, jardins de infância e casas maternais, incluindo escolas profissionais de corte, costura, bordados, etc., destinadas a uma educação integral da infância, adolescência e juventude.

Fundou diversos organismos e entidades de sustentação e amparo, como a Sociedade das Damas de Caridade, as Obras Sociais da Paróquia, entre as quais a Gráfica Paraíso e a Malharia, cujos lucros são aplicados integralmente na manutenção dos desamparados.

Conhecendo a necessidade do lazer e do esporte como fator de educação e equilíbrio mental, fundou e organizou clubes esportivos e agremiações folclóricas, entre as quais o Vanguarda Vôlei Bol Club, o Clube do Sorriso e o Conjunto Orquestral Cardeais da Colina.

Monsenhor Marques não limitou suas atividades à evangelização, em que se destacou como orador sacro e missionário. Sempre presente nas transformações sociais, procurou orientar seu povo para melhor caminhada no sentido do bem estar da comunidade.

Necessitando ampliar sua ação comunitária e difundir suas constantes campanhas em defesa do meio ambiente e da sociedade humana, fundou jornais e criou programas de rádio e televisão, sendo sua palavra sempre voltada para a justiça social, o amparo aos carentes e o combate às drogas. Para facilitar esse trabalho, fundou, organizou e dirigiu diversos grupos de escoteiros.

Como Rotariano que é, não deixou de apoiar e prestigiar os demais clubes de

serviços, como o Lyons Club, o Câmara Júnior e o Clube dos Treze, reconhecendo na palavra e na escrita os reais benefícios dessas beneméritas entidades.

No intuito de racionalizar o trabalho dos agricultores fundou a associação rural, que abriu caminho para o associativo. Fundou e organizou a Associação dos Apicultores e o Condomínio de Produção de Abelhas Rainhas Seleccionadas. Seu tempo livre é dedicado à pesquisa, perseguindo a idéia de melhorar, por correção biológica, as abelhas africanas, hibridando-as com italianas, cármicas e caucaseanas.

Tem ministrado ao vivo e pela televisão cursos e palestras sobre apicultura, procurando instruir e popularizar a ciência das abelhas não só como produtoras de alimento e remédio mas, também, como auxiliaadoras na multiplicação dos frutos e como preciosos insetos bioestimuladores da natureza.

Poeta e conhecedor da história, é autor dos hinos de diversos Municípios de Santa Catarina. Venceu o concurso nacional do Hino dos Apicultores, sendo agraciado como o troféu Abelha de Ouro, como venceu em concurso público o Hino dos Apicultores Catarinenses.

Fundou a Rádio Marconi, o Museu da Imigração e a Biblioteca Pública. Foi Secretário de Educação Municipal no Governo Altair Giordani, criando o Hino do Município, Bandeira e Brasão de Armas.

Em 25 de novembro de 1987 lhe foi outorgada a Medalha de Mérito Anita Garibaldi pelo Governador Pedro Ivo Campos.

Agenor Neves Marques, sacerdote, orador sacro, radialista, apicultor, sociólogo, político, é autor de vários livros doutrinários e de pesquisas sócio-culturais.

Em seis de setembro de 1989 recebeu o troféu Amico Della Città, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

A vinte e cinco de setembro de 1989, a RBS, integrada por quatro emissoras de TV, sete emissoras de Rádio e o Jornal Catarinense, agraciou o Monsenhor Marques com o troféu Amigo da Comunidade, em festa celebrada no Teatro Carlos Gomes de Blumenau.

Obras editadas: Magos (poemas referentes à história do carvão), Prepara-te para o Matrimônio, Catequista Ideal, Metodologia do Catecismo, Formação Cristã, Formação do Catequista, Nova Apicultura (co-autoria), Imigração Italiana, Centenário de Urussanga, Magnólia Branca (obra poética), Abelhinha Trovadora (obra ilustrada para crianças), Africanas, Terra, Mar e Ar (realidade apícola brasileira), Apicultura em Marcha (esperança de integração apibotânica nos ecossistemas brasileiros). Em língua espanhola editou El Catechista; História de Urussanga, obra didática, vem preencher a lacuna existente nas escolas do Município; Abelha Maravilha, estudo sobre apitoxina, segurança contra ferroadas e tratamento de vítimas; Veneno como remédio; Cartilha do Apicultor, série infantil.

Dentre as múltiplas atividades pastorais, sociais e literárias exercidas por esse sacerdote, uma se destaca em alto relevo como marca de sua personalidade: o amor às crianças, sobretudo quando órfãs ou abandonadas. O Paraíso da Criança com quase 50 anos de atividades caritativa visível é testemunho dessa verdade.

A gratidão do povo de Urussanga está expressa num busto de bronze, erguido na Praça Anita Garibaldi, por ocasião de seu Jubileu de Ouro Sacerdotal, ocorrido a 29 de

dezembro de 1990.

A 07 de agosto de 1992, em São Paulo, o Centro Catarinense agradeceu o escritor e poeta Monsenhor Marques com o troféu Anita Garibaldi, prêmio conquistado pela sua contribuição à apicultura catarinense e nacional.

Monsenhor Agenor é membro da Academia Internacional dos Poetas e ocupa a Cadeira nº 255 da escritora Clarice Lispector, sobre quem escreveu a tese Clarice em Branco Lispector em Preto.

Dia 16 de março de 1996 recebeu do Legislativo de Grão Pará o Título de Benemerência de Honra ao Mérito pela autoria do Hino de Grão Pará.

É o fundador da Escola de Apicultura, criada pela Portaria nº 384/95 e destinada a ministrar aulas desde o primário, para formar nova mentalidade apícola.

É membro da Academia São José de Letras, ocupando a Cadeira nº 06 do Mons. João Nepomaceno Manfredo Leite.

Dia 13 de Julho de 1997 foi agraciado com o Troféu Abelha Cordada, símbolo do II CONCA, realizado em Mafra, SC. O prêmio foi outorgado pelos relevantes serviços prestados ao mundo apícola.

O Governador Paulo Afonso Vieira conferiu ao Monsenhor o troféu símbolo da Fundação Viva a Vida, em cerimônia realizada no teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis, no dia 23 de setembro de 1997."

O Sr. Deputado Ivo Konell - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Ouço com prazer o nobre Deputado Ivo Konell.

Senhor Presidente, senhores Deputados, o Deputado Ivo Konell é testemunha desse relato do Monsenhor Agenor Neves Marques, pelos grandes serviços prestados a Santa Catarina, à nossa região Sul, porque se casou com a dona Cecília, que é uma das meninas órfãs criadas no Paraíso da Criança pelo Monsenhor Agenor Neves Marques.

O Sr. Deputado Ivo Konell - Eu queria cumprimentá-lo, Deputado, pelo seu pronunciamento e testemunhar realmente a grandiosidade da obra construída pelo Monsenhor Agenor Neves Marques.

A minha esposa realmente foi aluna do Paraíso da Criança por muitos anos e foi naquela instituição que recebeu a sua formação.

O Padre Agenor realmente tem dedicado a sua vida em favor dos menos favorecidos, com uma obra especial de grande relevância que ele construiu no Município de Urussanga.

Os meus cumprimentos, Deputado, pelo seu pronunciamento em favor dessa criatura maravilhosa que é o Monsenhor Agenor Neves Marques.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Muito obrigado, Deputado!

Eu gostaria de dizer que o Monsenhor Agenor Neves Marques quando fundou a Rádio Marconi, há 40 anos, a rádio da Igreja Católica, criou o programa Andorinha Mensageira e até hoje, aos 84 anos de idade, todos os domingos dedica duas horas da manhã, bem cedo, para esse programa, que é ouvido pela maioria da região Sul do Estado, da região serrana, do planalto, porque tem uma abrangência muito grande e é um programa de grande repercussão. Esse Padre tem se dedicado em todos esses anos que está em Urussanga, há 50 anos (fez dia 19 de março), a um trabalho para a comunidade - para si nada, mas para o povo dedica tudo o que pode fazer.

Por isso, queremos aqui, nesta tribu-

na, mais uma vez parabenizar o Monsenhor Agenor Neves Marques pela passagem dos 50 anos no último dia 19, numa homenagem bonita que o povo urussanguense procedeu na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição a ele que muitos de Urussanga batizou, casou, rezou a missa no dia da sua morte. Ele ainda está lá, e que Deus lhe proteja e lhe dê muita saúde para que continue nesse trabalho.

Eram estas as colocações que eu queria fazer, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o eminente Deputado Carlito Merss, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, senhores Deputados, catarinenses, recordar é viver, Deputado Gilson dos Santos.

Eu, desde a semana passada, venho acompanhando as discussões, através da imprensa, em relação à questão da Casan, da Celesc, do Besc. Inclusive li na imprensa, parece-me que na quarta ou na quinta-feira passada, sobre matérias dando conta de uma assembleia dos debenturistas da Invesc, numa reunião acontecida em São Paulo. E lendo algo que diz que a saída deve ser acabarmos com a Invesc, lembro-me como nunca dessa frase: recordar é viver.

Em 1995, quando aportou a esta Casa o Projeto de Lei nº 226/95, que tinha o objetivo de criar essa instituição, a Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - Invesc -, Deputado Odacir Zonta, na época membro da Comissão de Finanças, eu quero dizer, sem falsa modéstia, que talvez tenha sido o assunto, além depois de todo o processo das Letras, ao qual eu mais me dediquei para entender exatamente o que seria a criação dessa entidade.

Isso resultou num voto que eu dei na Comissão de Finanças e que depois li aqui neste microfone no dia da votação do projeto da Invesc, dizendo com todas as letras - e está aqui já um pouco amarelado, porque estava guardado no meu gabinete - da nossa preocupação em relação à criação de um monstro.

Na época lembro que o Deputado Lício Silveira foi também um Deputado que questionou muito a forma como estava sendo criada essa instituição.

Nós fazemos ao voto que demos ao projeto, no dia 3 de outubro de 1995, uma série de questionamentos, principalmente no sentido de entender o alcance e a autonomia que essa entidade teria. Por exemplo, questionávamos nas páginas dos votos, de que "a Invesc não possuirá quadro de pessoal próprio, entretanto contratará serviços de terceiros e poderá celebrar convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual".

O projeto diz ainda que "a realização de capital com ações da Celesc não poderá prejudicar o controle acionário do Estado sobre a mesma", no caso a Celesc, mas não explicava como a faria na hipótese desse acontecimento.

"Cria, para gerir os negócios da sociedade, um Conselho de Administração, composto por cinco membros, presidido pelo Secretário da Saúde e da Fazenda e de uma diretoria composta de três membros, cuja competência será determinada no estatuto social." E vai por aí afora.

Todo esse estudo nós fizemos, inclusive colocamos claramente que esse projeto

teve como origem, como exemplo, uma entidade semelhante de Minas Gerais, chamada Cadiv, assim como colocamos de forma muito objetiva que os processos de privatização - naquele momento, da Celesc, depois, da Casan e do Besc -, estavam sendo iniciados. Também questionávamos o percentual que a Codesc tinha de ações da Celesc, colocando que independente de qualquer coisa a Codesc também tinha o controle do Governo do Estado.

Pena que na época não convencemos muito os Deputados Jorginho Mello e Francisco Küster, e na época tivemos a presença, no momento da votação, de 22 senhores Deputados. Nós, juntamente com a Bancada do PPB - que por outros motivos, porque a Bancada do PPB tentou incluir algumas emendas no sentido de não permitir a perda do controle -, infelizmente, não conseguimos ter êxito e eliminarmos esse crime que se cometeu (mais um que se cometeu) contra a já combatida economia catarinense.

Colocávamos claramente no nosso voto o seguinte: o projeto de lei em discussão é ou não é uma farsa onde se escondem pretensões óbvias, premeditadamente elaboradas para envolver interesses pessoais disfarçados em promessas inexecutáveis que só o futuro responderá ao povo? E a maioria parlamentar que assegura as aprovações das propostas governamentais, infelizmente, não conseguia perceber a armadilha que estávamos criando ao criarmos essa entidade.

Eu, na época, senti-me muito frustrado, porque não consegui convencer os Deputados e disse, textualmente, está escrito aqui, que não era uma questão ideológica. Dizíamos claramente que era importante o Governo ter formas de alavancar recursos, porque havia muitas obras necessárias. Inclusive o projeto no seu enunciado dizia que a Invesc era para regionalizar a saúde, para a concessão de exploração de rodovias estaduais, para a conclusão da 282, para a política estadual de saneamento básico. Havia um rol de vontades políticas, porque isso, na verdade, nada mais era do que um plano de Governo. E dizíamos claramente que simplesmente vendendo debêntures, lastreadas com ações, isso não seria conseguido.

Infelizmente, Deputado Lício Silveira, viemos hoje à tribuna dizer que tudo que colocávamos nesse voto na Comissão de Finanças e aqui na tribuna está acontecendo.

Temos hoje uma empresa que conseguiu R\$90.000.000,00, com juros e dívidas, e está devendo R\$146.000.000,00. Inclusive, está se dizendo textualmente que vão acabar com a Invesc, e aí eu gostaria de saber o que esta Casa vai fazer com relação a isso, porque para criar a Casa foi ouvida e agora vamos ouvir também esta Casa para que essa entidade, essa empresa, possa ser desmontada, acabada.

A bandalheira e a irresponsabilidade não aumentaram mais porque, felizmente, conseguimos, com muita luta, convencer alguns Deputados quando da aprovação do Projeto da Invesc II, a princípio aprovação, assinado praticamente por todas as Lideranças, o Projeto de Lei nº 39/97, que revogou a Lei nº 10.104, leia-se Invesc II, somente porque conseguimos, com o bom senso de muitos Deputados, revogar o projeto que criou a Invesc II. Senão, além destes R\$146.000.000,00, Deputado Ivan Ranzolin, nós teríamos, no mínimo, mais cem milhões de dívida deste Estado, porque seria isto que nós conseguiríamos na época vender usando o aumento do capital e ações da Casan como garantia.

Então, este projeto foi da minha autoria, com a concordância da maioria dos senhores Deputados. Acho que o bom senso, na época, prevaleceu nesta Casa e conseguimos evitar parte do estrago.

Concluindo, esta Casa não pode se omitir mais. Neste momento em que se fala na privatização de todas as estatais, na eliminação da Invesc, eu espero que a maioria deste Parlamento, com responsabilidade, não permita que um Governo em final de mandato, como este que estamos contando os dias para terminar, administre, com tanta incompetência, o Estado como, infelizmente, nestes três anos e três meses nós vimos.

Eu tenho certeza que esta Casa não permitirá mais abusos como este da Invesc e como o das Letras. Outra grande bandalheira foi a das Aros que também inviabilizou o Estado.

Tenho certeza, teremos a maioria dos Deputados desta Casa favoráveis a Santa Catarina e eliminando a bandalheira que, infelizmente, se instalou neste Governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra O Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente e senhores Deputados, neste breve espaço eu queria fazer algumas reflexões sobre o nosso Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa.

Este Poder, em tese e segundo alguns clássicos da política, deveria ser o Poder mais forte porque faz as leis, que é o que regula as relações da sociedade, e deveria ser um Poder mais forte inclusive do que o Executivo e o Judiciário. No entanto, pela experiência que nós estamos vivendo aqui, na prática, chego à conclusão de que nós somos um Poder fraco! Infelizmente!

Nós não podemos legislar sobre qualquer coisa, qualquer iniciativa que diminua a despesa, sobre receita e despesa.

Quando votamos um projeto bom o Executivo tem a prerrogativa e a autoridade de vetar esse projeto, esta lei. Recentemente, nós aprovamos um decreto legislativo para sustar os efeitos de uma resolução do Conselho Estadual de Educação e também um decreto do Executivo sobre a carga horária, hora/aula.

E agora, mais uma vez, uma liminar do Tribunal de Justiça, através de um desembargador, suspende a eficácia do nosso Decreto Legislativo nº 18/71, aprovado nesta Casa em 2 de março de 1998. Suspende "ad referendum" do Pleno do Tribunal de Justiça.

Nós precisamos, senhores Deputados, fazer uma reflexão, um debate, tomar iniciativas, não sei de que forma, para que este Poder Legislativo seja realmente um Poder forte, autônomo, independente, sem precisar pedir ou esmolar, assim como, mais uma vez, na manhã de hoje, a reunião da Mesa Diretora ocupou grande parte de seu tempo discutindo o atraso do repasse do nosso duodécimo, que nos é de lei, e mais uma vez o Executivo está tratando o Poder Legislativo, com muitas outras, com desdém, com desrespeito, não repassando o que nos está garantido constitucionalmente.

Neste sentido temos que nos tornar mais fortes, tomarmos iniciativas, atitudes duras e firmes neste momento para que, no mínimo, possamos exercer o nosso mandato na sua plenitude, sem precisarmos a cada mês

dispender de horas e horas para resolver um problema que é de lei, que é da constituição, isto é, do Governo repassar mensalmente o que é de direito da Assembleia Legislativa.

Faço esta análise, este raciocínio com a intenção e com o desejo que amanhã ou depois a Assembleia Legislativa caminhe sempre mais ao encontro da democracia participativa.

Neste sentido, a Mesa da Assembleia Legislativa, através da maioria dos votos, na manhã de hoje, aprovou um projeto de lei de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que abre um espaço para a sociedade civil, ou seja, uma tribuna livre.

Nós fazemos a nossa parte de democratizarmos, ninguém pode afirmar que este Poder não é um Poder absolutamente democrático, porque mais democracia é impossível. No entanto, temos que fazer valer os nossos direitos e fazer com que o Executivo cumpra com mais determinação os seus deveres com o Poder Legislativo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado à Bancada do PPB.

Esta Presidência consulta o Líder do PPB, Deputado Gilson dos Santos, para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, utilizará o horário do Partido o eminente Deputado Lício Silveira.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador do Município de Navegantes, senhor Altair Genero, que agora é o Presidente do Diretório Municipal, do ex-Presidente Joel, acompanhado do Indomar Pinto, que é o nosso correligionário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Portanto, fica registrada a presença dos eminentes representantes do Município de Navegantes.

Com a palavra o senhor Deputado Lício Silveira, por delegação do eminente Líder decano Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu ia falar sobre a Casan, mas em função do que foi dito aqui vou voltar a falar sobre a Invesc.

A Invesc foi criada em 1995, com um capital de R\$200.000.000,00, dos quais cem milhões subscritos por ações da Celesc e da Codesc, com juros de 14% mais TJLP, num prazo de cinco anos sendo que a maior parte venceria no final deste ano.

O Deputado Carlito Merss até lembrou, muito bem, alguns pronunciamentos feitos por ele naquela ocasião, mas quero relembrar o discurso feito por alguns Companheiros. Vou começar pelo discurso proferido pelo Deputado Gilson dos Santos, que na época disse: não sou pitoniza (expressão bonita que quer dizer: não sou mago) mas tenho convicção plena de que a venda das debêntures com a garantia das ações da Celesc inviabilizará, a qualquer Governo Estadual, a condição de recomprar estas mesmas ações. Isso foi o que V.Exa. falou naquela época.

O Deputado Gilmar Knaesel naquela ocasião também falou que, vindo da Fazenda do Estado, sabe muito bem como se procede, portanto, sabe S.Exa. que essa nossa preocupação

não leva descrédito a quem quer que seja, mas estamos preocupados em saber quem vai pagar essa conta em três ou cinco anos.

Será que quem pagará será o Governo que estará aí instalado? Quem pagará a conta do custo financeiro dessas operações?

O Deputado Reno Caramori disse: a minha indignação, como empresário que sou, é no sentido de questionar o porquê de criarmos mais uma empresa ao invés de usarmos a estrutura sã. E agora eu quero, em alto e bom som, concordar com as palavras, na íntegra, do aparte feito pelo Deputado João Henrique Blasi que dizia que a Codesc dentro de poucos dias estaria totalmente saneada. Logicamente o Deputado Reno Caramori defendia a posição de que o Governo poderia ter feito esta operação e não todo aquele rolo que nós conhecemos.

O Deputado Volnei Morastoni disse, na época, que um projeto dessa envergadura, desta natureza, desta profundidade, que mexe com a vida e com o patrimônio de todos os catarinenses, como a Celesc, não é possível ser analisado de afogadilho nas quatro paredes de uma Comissão ou de Comissões. E ainda com declarações feitas pelo Deputado Gilmar Knaesel dizendo que a Comissão de Mérito simplesmente não tem mérito nenhum, nenhuma validade. Eis o que foi intitulado no debate da Comissão de Justiça. É praxe dessa Comissão atropelar as outras Comissões! De vez em quando passa por cima, porque é a mais importante!

O Deputado Herneus de Nadal disse: por outro lado, estou aqui para defender um projeto que julgo essencial para o progresso, para o desenvolvimento, para a geração de novas oportunidades de trabalho, para que possamos, desta forma, poder proporcionar a Santa Catarina uma melhoria na sua condição de vida, pois, bem ou mal, todos nós estamos imbuídos de um propósito, que é o de querer o melhor para Santa Catarina, uns não defendendo a criação e outros defendendo a mesma.

Mas eu quero dizer que, com relação a aqueles R\$100.000.000,00, Deputado Gilson dos Santos, foram pagos na ocasião cinco milhões de comissões contratuais mais despesa, tendo um rendimento líquido de R\$98.800.000.000,00.

Em outubro de 1996 pagaram os juros, primeiro os juros, que foram de R\$17.000.000,00! Deputado Eni Voltolini, o senhor sabe de onde veio este dinheiro? Das Letras de Santa Catarina!

Em 1997, no ano passado, deveriam pagar mais R\$20.000.000,00, mas como não têm dinheiro, não pagaram! E qual é a situação atual?

Ora, os R\$100.000.000,00 corrigidos hoje já são R\$142.000.000,00, porque mais os juros de 1997 esse valor ficará em torno de R\$162.000.000,00. Como eles não conseguem, Deputado Gilson dos Santos, pagar esses juros, criaram uma nova engenharia financeira - nova e bela engenharia financeira -, de uma forma obscura para que nenhum Deputado aqui saiba como o Secretário Nelson Wedekin está procedendo agora.

Ora, na realidade, senhores Deputados, o que acontece é o seguinte, com esta nova engenharia financeira: o lastro hoje é de oitenta e oito milhões de ações, que hoje valem R\$85.000.000,00. A dívida, como falei há pouco, é de R\$162.000.000,00. Mas na realidade nós temos que somar também os R\$17.800.000.000,00 que já foram pagos.

Esta brincadeira toda está custando ao Estado a importância de

R\$180.000.000,00. E o Estado buscou em dinheiro R\$98.800.000.000,00 e hoje sequer liquida dois anos e seis meses de direção da Invesc! O Governo quer liquidar! Vai ter que pagar R\$180.000.000,00. E, logicamente, terão os custos contratuais!

O pior de tudo é que a sociedade catarinense não conhece como está acontecendo esta situação. O Secretário "Vendekin" nem a esta Casa comparece e o lastro hoje é de R\$85.000.000,00. Agora, a dívida está em torno de R\$162.000.000,00. O que fazer, qual a engenharia financeira que esta "turminha" está aprontando?

Simplesmente, através de um contrato, que ninguém sabe o seu conteúdo, logicamente aquele que vai botar os R\$85.000.000,00, e esta quantia mais R\$75.000.000,00 para fechar aquele valor da dívida. Mas, na realidade, não se sabe o que está escrito dentro deste contrato.

Então, eles vão dar a gestão da empresa por 28%, pois essas 88 milhões de ações correspondem a 28% do capital votante da Celesc. Estão entregando! Mas não está privatizada, Deputado Ivan Ranzolin! Mas pior que isto ainda é este artifício que estão fazendo, de entregar a empresa a uma gestão compartilhada de interesse daqueles que vão colocar o dinheiro de graça.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado, realmente aquilo que nós em 95 dissemos, lamentavelmente, se concretizou. A Celesc será entregue, sim, não tenho a mínima dúvida, com ou sem reforma constitucional, porque não haverá recurso!

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - O pior é que está sendo à revelia desta Casa!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Exatamente! Veja bem o seguinte, Deputado. E se nós tivéssemos dado a segunda autorização de lançamento para o aumento de capital da Invesc, que era mais cem milhões? Na época nós fomos aqui intitulados como impatriotas, como pessoas que não queriam o bem de Santa Catarina.

Eu, Deputado Lício Silveira, estou deveras preocupado com a situação do Estado de Santa Catarina. Primeiro, quer vender ações da Casan, cujo patrimônio V.Exa. conhece bem - setecentos e poucos milhões de reais -, depois entregar 49% por setenta milhões de reais, como se fosse um excepcional negócio, para pagar servidor! O meu medo é que eles coloquem a mão nos setenta milhões, não paguem o 13º e entreguem também a Casan, ato contínuo.

Realmente a situação é de penúria, e só há uma solução - e está próxima - que é a eleição. Essa vai pôr fim a tudo isso, porque o restante não vai acontecer! Então, só há uma solução: eleição.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Esse descarado, o tal Marco Aurélio Dutra, disse o seguinte: antes do leilão será feito um acordo de acionistas. Ele revelou também que só poderão participar do leilão investidores estratégicos. Carta marcada, meu Deus do céu! Isso é uma vergonha! Uma afronta! Quando lançaram as debêntures já era carta marcada, agora vão liquidar a Invesc novamente com carta marcada! Dois anos e seis meses de Invesc, um prejuízo incalculável para o Estado de Santa Catarina. Fazem lá da forma como querem, e nós aqui só falamos! Temos que tomar uma atitude!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Olha, Deputado, nós já tomamos muitas atitudes. V.Exa. lembra de um projeto de nossa autoria, aprovado nesta Casa por unanimidade, onde o Governo estava impedido de vender ações das empresas catarinenses, como Besc e Celesc, sem autorização desta Casa? Ele foi no Supremo Tribunal e conseguiu a liberação. Conseguiu não ser também cassado, com a complacência do Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal está a serviço do desmantelamento de Santa Catarina.

Eu quero dizer que fico revoltado porque não existe uma ação que não tenha falcatruas, direcionamento e participações escusas. Assim, foi no episódio das Letras, da Invesc.

V.Exa. sabe - vamos repetir aqui - quem é o homem da Invesc que vinha receber os juros e que fez a venda das debêntures? Fausto Solano. E outra coisa: nós aqui questionamos quando a corretagem era para ser paga no máximo 3% e pagaram 5%. Então, está tudo eivado de vícios, de falcatruas...

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Quanto é que vai ser pago agora para essa corretagem sem-vergonha, obscura que estão fazendo?!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Eu tenho respeitado as pessoas, porque esse sempre foi o meu estilo, mas para o Governo catarinense, pelo que está fazendo com este Estado, trinta anos de cadeia seria pouco, Deputado, porque é na Casan, Besc, nas Letras, na Invesc, na Secretaria da Educação, no Programa Viva a Luz, enfim, em todos os lugares existem negócios particulares com dinheiro público. É realmente lamentável que a gente tenha que dizer isso aí.

Mas estou hoje levando para a reunião de Bancada uma convocação do Presidente da Casan, do Presidente da Celesc e do Presidente do Besc para que venham aqui explicar sobre os vinte e sete milhões de compras de ações. As ações de Alagoas, quem é que vai pagar?

Nós temos que encaminhar para a Justiça a indenização de todas essas falcatruas. O nosso dever é esse, porque o Governo não respeita lei, não respeita Constituição, não respeita nada, o Governo anda com o bolso cheio de dinheiro distribuindo...

(Falas paralelas entre os Deputados Ivan Ranzolin e Lício Silveira.)

É uma vergonha para o povo catarinense ter um Governo desse estilo, que pega o dinheiro do povo e joga pelo ralo.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Só para sintetizar, dois anos e seis meses de Invesc, Deputado Carlito Merss, 98,8 milhões arrecadados líquidos estão custando ao Estado de Santa Catarina hoje, se fechar, R\$180.000.000,00, de forma obscura, dirigida, sem-vergonha.

V.Exa. está com o aparte, Deputado.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Gostaria de concordar com V.Exa., Deputado. A minha fala, no horário dos Partidos Políticos, foi em relação a isso, resgatei inclusive o nosso voto daquela vez. Pena, Deputado, que não conseguimos convencer a maioria dos Deputados, tivemos 22 Deputados naquela época que votaram a favor da Invesc. Inclusive a Bancada do PPB até votaria favorável, desde que aprovassem algumas emendas e tal, mas nós já sabíamos isso, infelizmente sabíamos. Eu hoje li inclusive o meu voto, já um pouco amarelado, colocando claramente essas questões. E hoje o Estado de Santa Catarina está

pagando, é o povo que está pagando por essa incompetência administrativa.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos são destinados ao PFL.

(O Deputado Adelor Vieira concede um minuto para o Deputado Lício Silveira concluir o seu pronunciamento.)

O Sr. Deputado Carlito Merss - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Carlito Merss!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Só gostaria de anunciar aqui a presença do Vereador da nossa cidade, Nilson Gonçalves, do PFL, inclusive Colega do Deputado Adelor Vieira, que está visitando a nossa Casa.

O Sr. Deputado Hans Fritsche - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Hans Fritsche - Deputado Lício Silveira, fugindo um pouco do seu assunto, quero registrar a presença do pessoal da Afubra, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eles estão numa campanha de ecossistema e estão aqui pedindo o apoio da Assembléia, pois dia 14 de abril vão fazer um seminário aqui. É muito importante se ver que as entidades particulares já estão também engajadas nesse grande projeto, pois acho que temos que ajudar o nosso planeta.

Então, quero dar os parabéns a Eulor Hisler, a Benjamin Cunha e toda sua diretoria, que estão aqui fazendo um trabalho que merece o nosso elogio.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Gostaria de pedir licença ao meu Líder, se possível, para usar parte do horário político amanhã para falarmos sobre um outro capítulo negro que está acontecendo na sociedade catarinense: a venda da Casan, a picaretagem das águas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira, no horário dos Partidos Políticos, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente quero saudar o meu companheiro de Partido, eminente Vereador Nilson Gonçalves e, se Deus quiser, futuro Deputado Estadual aqui nesta Casa, pela performance, pelo seu trabalho que vem desenvolvendo ali junto à Câmara de Vereadores em Joinville.

Mas eu quero, nesta oportunidade, trazer a esta Casa a preocupação, que tenho certeza de todos nós, em relação à Saúde em Santa Catarina.

Recebi do Fórum Permanente das Entidades para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí uma correspondência que vem assinada pelos seus integrantes, cuja preocupação é o Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí, um dos mais modernos e bem equipados de Santa Catarina, que atende uma população que já soma mais de duzentos e cinquenta mil habitantes.

A preocupação dos integrantes do Fórum é que aquele hospital vá para a UTI, porque a saúde do povo do Alto Vale está sendo levada a terceiro, quarto, quinto ou sexto plano pelo atual Governo do Estado.

A missiva encerra com a seguinte expressão: "Diante disto, senhor Deputado,

solicitamos a sua gestão para que essas nossas justas reivindicações sejam atendidas".

Eles estão pedindo verbas, atenção do Governo do Estado, senhores Deputados! Isto é com relação ao Hospital Regional do Vale do Itajaí, em Rio do Sul. E agora, com esta preocupação, senhor Presidente, quero trazer a preocupação do Hospital Regional de Joinville, que está um caos.

Por iniciativa do Vereador Arlindo Leite, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Joinville, e ainda pelo Vereador Gentil Corarelli, do PMDB, e pelo Vereador José Evaristo, do PT, este Deputado e os Deputados Eni Voltolini, Carlito Meres e Sergio Silva, juntamente com os demais Vereadores da Câmara de Joinville, dentre os quais o já citado Nilson Gonçalves, nosso amigo, ouvimos o relato da triste situação em que se encontra o Hospital Regional de Joinville.

Todos nós já tivemos a oportunidade de uma visita "in loco", e a última que fiz foi na última segunda-feira. Confesso que ao transitar pelos corredores daquele nosocômio tive que, em determinado momento, interrogar ao médico que me acompanhava: Será que esta coisa não vai cair sobre nós? As rachaduras e as infiltrações são muitas naquele hospital!

É uma vergonha para o Município de Joinville um hospital que atende a mais de mil pacientes/dia estar naquela terrível situação pela forma como vem sendo administrado. Há que se tomar uma posição: ou o hospital é do Governo do Estado ou é do Governo do Município. É fácil jogar a responsabilidade de um para outro e deixar a população naquele caos! Não é possível continuarmos convivendo com os funcionários, os poucos que ainda lá prestam serviços, dependendo a cada ano de uma nova medida provisória para prorrogar os seus contratos.

Urge que se faça um investimento maior, em primeiro lugar, no que diz respeito às condições físicas daquele estabelecimento de saúde.

Aquela unidade foi construída para ser uma unidade referência no Estado de Santa Catarina, mas, infelizmente, tem sido uma referência negativa, vergonhosa, porque questões políticas, picuinhas, coisas de menor importância têm feito desde a sua primeira administração o caos na área da Saúde em Joinville.

Aquele hospital foi projetado na época de um Governo revolucionário, na época de Antônio Carlos Konder Reis, ainda sob a égide da Revolução, quando governava o Município de Joinville o Prefeito do PMDB Luiz Henrique, hoje novamente Prefeito.

Depois, foi entregue à comunidade, à população, no Governo de Jorge Bornhausen. Na verdade, entregue apenas o prédio, sem equipamentos, sem funcionários e, naquela época, governava o Município, mais uma vez, com posições contrárias, com conflitos políticos, o Prefeito Wittich Freitag.

Passaram-se muitos anos e acusações da parte do Município, dizendo que aquilo era um elefante branco da parte do Governo do Estado, de que aquilo deveria ser passado para uma administração Municipal, e a população continuando naquela dependência.

Mais tarde, com o Governo Esperidião Amin, aí então, novamente, inaugurou-se aquele prédio, colocou-se ali uma pequena parte de equipamentos, contratou-se alguns funcionários e a pendenga continua.

Hoje, o prédio, sem receber nenhum reparo desde aquela data até hoje, corre o risco

de, amanhã ou depois e, quem sabe, hoje mesmo, desabar sobre os infortúnios funcionários e pacientes que ali são obrigados a estar.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, não poderia deixar de conceder um aparte ao meu companheiro de Bancada Suprapartidária e nosso coordenador, Deputado Eni Voltolini.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu só gostaria de dar um breve comunicado, Deputado Adelor Vieira.

Quero confirmar a V.Exa. e aos demais componentes da Bancada Suprapartidária e também ao próprio Vereador Nilson Gonçalves, que aqui se encontra, que na terça-feira próxima, às 14h, o Secretário de Estado estará nos recebendo em audiência solicitada por esta Comissão, audiência esta que V.Exa. estava se referindo.

Então, às 14h da próxima terça-feira, está marcada a audiência, para que em conjunto possamos continuar a tratar dos assuntos que ali foram abordados na segunda-feira próxima passada.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Eu agradeço, Deputado Eni Voltolini, porque realmente é preciso tomar uma posição em relação ao Hospital Regional.

Nós, naquela reunião, sugeríamos, e assim estamos procedendo, que houvesse pelo menos dois laudos. Um do Crea, para que possa dar, pelo menos, a segurança à população de Joinville e do Norte e Nordeste catarinense, para se utilizar daquela unidade de saúde, porque eu confesso que, como leigo no assunto, temo pela integridade física dos funcionários, dos parentes e daquelas pacientes que lá se encontram. E esse segundo laudo seria apenas o laudo da vigilância sanitária. Com esses dois laudos nós poderíamos prosseguir com o nosso desejo de ver aquela unidade funcionando, e funcionando bem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos à Ordem do Dia.

Solicitamos ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 28 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Votação do parecer pela admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 04/97, de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que altera o inciso XIV e acrescenta § 2º ao art. 71 da Constituição do Estado, com a sua discussão encerrada.

Conta com parecer, pela admissibilidade, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, inicialmente gostaria de solicitar a V.Exa. da possibilidade de deixar as emendas constitucionais para o final desta pauta, uma vez que teremos inclusive de ter um quórum mais qualificado.

Eu também gostaria de dizer que essas emendas constitucionais são relativas à admissibilidade, e o mérito poderá ser discutido depois. Razão pela qual, se não houver por parte dos senhores Parlamentares

aquiescência na mudança de pauta para o seu final, V.Exas. devem votar neste momento pela admissibilidade. E quando for a discussão do mérito, aprofundem-se um pouco mais.

Parece-me que não há nenhum caso que tenha algum tipo de problema que não possa ser sanado após a admissibilidade, ou seja, na discussão do mérito.

Assim sendo, senhor Presidente, solicitarei o apoio de todos os senhores Parlamentares, objetivando a admissibilidade, já que o mérito será tratado posteriormente.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - A Bancada do PFL é favorável à admissibilidade desta emenda, até porque, depois da questão do mérito, será amplamente discutida.

Por isso na reunião de hoje da nossa Bancada ela fechou questão na admissibilidade desta emenda.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Da mesma forma a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente à admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 004/97.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os senhores Líderes para saber se há concordância com relação à proposta do senhor Deputado Gilson dos Santos.

(Os Líderes aquiescem.)

Havendo concordância dos Líderes, vamos adentrar à votação das demais matérias, que são vetos e, portanto, exigem quórum qualificado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 2.997/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 180/95, que dispõe sobre licitações e contratos da administração estadual e dá outras providências.

Conta com parecer pela rejeição do veto da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação de Leis.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 35 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Para dar ciência a todos os Deputados presentes, a Comissão de Justiça aprovou por unanimidade este projeto. A Comissão de Trabalho, tendo como Relator o Deputado Gilson dos Santos, aprovou por unanimidade este projeto e também agora a Comissão de Justiça aprovou a rejeição do veto.

Sendo assim, a Bancada dos

Trabalhadores, entendendo que deve ser o entendimento de todos esses Deputados, vota pela rejeição do veto do Governador do Estado, mantendo este projeto pela importância social que ele tem para o Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, apenas para ser coerente, em todas as Comissões a manifestação foi pela derrubada, evidentemente que encaminhamos neste sentido votando "sim" pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a nossa posição já expressada no âmbito da Comissão de Justiça é de que este projeto não pode subsistir porque ele trata de questão de licitação. E todos nós sabemos que a licitação, por força da Constituição Federal, a competência para legislar a respeito é da União Federal.

Por esta razão votamos contrariamente. Fomos vencidos na Comissão de Justiça, mas temos a mais absoluta convicção de que o projeto, se aprovado, está fatalmente eivado pelo vício da inconstitucionalidade e não resistirá a uma análise na esfera judicial. Aliás, soube ontem que a Emenda Constitucional nº 14, que alertamos aqui que era flagrantemente inconstitucional, embora meritória, aquela que destinava 10% para a área de agricultura, já teve a sua executoriedade suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, não adianta a Assembléia Legislativa querer insistir em obrar contra a lei porque depois recebe do Poder Judiciário, como aconteceu neste caso que foi por nós alertado.

Sendo assim, a posição da Bancada do PMDB pela legalidade é a favor da manutenção do veto.

Antes de começar a votação lembramos que o parecer da Comissão de Justiça é pela legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" aceita o veto.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados

Norberto Stroisch e Lício Silveira para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 32 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 23 votos "sim", 08 votos "não" e 01 voto em branco.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3022/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 042/97, que altera dispositivo da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências (ICMS).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, este projeto é extremamente importante diante da conjuntura que os agricultores estão vivendo na área rural em Santa Catarina.

Então, todos os que consomem até 500 quilowatts são pequenos, pobres agricultores que precisam dessa decisão política da Assembléia Legislativa.

Por isso é que a Bancada do PT vota favoravelmente a este projeto, já que irá beneficiar os pequenos agricultores.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Spaniol, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Senhor Presidente, o projeto é totalmente meritório e visa isentar do ICMS os pequenos agricultores. Por isso não há nada no sentido de rejeitarmos este projeto.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto, quem votar "não" aceita o veto.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o

seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Paulo Vidal e Carlieto Merss para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 34 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 20 votos "sim", 13 votos "não" e 1 voto em branco.

Está mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3023/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 06/97, que dispõe sobre a classificação das Comarcas e compactação e reclassificação de entrâncias na carreira da Magistratura de 1º grau e dá outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, a votação será secreta.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" estará aceitando o veto.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

(Pausa)

Senhores Deputados, está anulada a presente votação em função de que são vetos individuais. Pedimos escusas a V.Exas. e vamos colocar a votação de forma individual, porque alguns incisos...

Peço à assessoria que desfaça os envelopes e vamos fazer os encaminhamentos veto a veto.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Se houver aquiescência, eu solicitaria que a votação deste veto ficasse para o final da pauta, a fim de que possamos votar o próximo veto, se possível.

(Os Líderes aquiescem)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo concordância dos senhores Líderes, deixamos o presente veto para votar em seguida.

Passaremos à votação em turno da Mensagem nº 3026/98, de procedência governamental, que põe veto total ao Projeto de Lei nº 312/97, que aprova a revisão do Plano Plurianual 1996-1999 para o exercício financeiro de 1998 e dá outras providências.

Conta com parecer pela rejeição do veto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

A primeira votação trata do veto ao parágrafo único do art. 1º.

Em discussão.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Senhor Presidente, nós, na Comissão de Justiça, tivemos oportunidade de apresentar um amplo relatório com relação ao veto apostado do senhor Governador do Estado neste projeto da Assembléia Legislativa e de todos os catarinenses, que era o Orçamento regionalizado.

Provamos com o nosso relatório, salvo melhor juízo de entendimentos, que este veto apostado pelo senhor Governador do Estado foi um veto de condução equivocada da assessoria do Governador que o informou erroneamente, principalmente na questão da defesa civil e na questão da Secretaria de Governo.

Essa emenda que nós apresentamos ao Plano Plurianual na proposta orçamentária para 98, com toda certeza, encontra a guarida na legitimidade e na legalidade.

Por isso fizemos um amplo apelo aos senhores Parlamentares para a derrubada do veto, inclusive na Comissão de Justiça o eminente Deputado João Henrique Blasi absteve-se de votar e tenho certeza que o seu entendimento jurídico é consoante com a nossa posição no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Senhores Deputados, são duas partes vetadas, portanto, haverá duas votações. A primeira votação é veto ao parágrafo único do art.1º.

Os senhores Deputados que votarem "sim" rejeitam o veto, os que votarem "não" aceitam o veto.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto, quem votar "não" aceita o veto.

Solicito ao senhor Deputado Afonso Spaniol que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Jorginho Mello e César Souza para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 33 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 26 votos "sim", 06 votos "não" e 01 voto em branco.

Está rejeitado o veto.

Votação do anexo único referente às metas físicas da Diretoria Estadual de Defesa Civil, do Fundo Estadual do Desenvolvimento Rural e de Santa Catarina Turismo S.A - Santur. Em votação.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" aceita o veto.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Pedro Bittencourt e Gervásio Maciel para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 31 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 24 votos "sim" e 07 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Retornando à pauta, temos discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3023/98, que havia sido transferida, que trata do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 06/97.

Já estava com a discussão encerrada, e o projeto é de origem do Tribunal de Justiça.

O senhor Governador vetou a parte final do art. 4º, e diz o art. 54 da Constituição Estadual:

(Passa a ler)

"Art. 54 -

§ 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea."

Por isso, nos termos da Constituição, declaro insubsistente o veto, derrubado o veto, por manifesta inconstitucionalidade, conforme já há jurisprudência desta Casa nos presentes casos.

Passamos ao veto do § 3º do art. 2º, que diz o seguinte: "Para fins de remuneração é mantida a proporcionalidade prevista na Lei nº 6.741/85, resguardadas as situações pessoais."

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Os senhores Deputados que votarem "sim" rejeitam o veto e os que votarem "não" aceitam o veto.

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Idelvino Furlanetto e Herneus de Nadal para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 29 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Enquanto procede-se à escrutinação de votos, com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, a última matéria da pauta é a medida provisória cujo prazo fatal para votação é hoje, e como não foi votado o parecer na Comissão, o Relator, Deputado Olices Santini, vai fazer a leitura no Plenário.

Como se trata de uma matéria mais longa, gostaríamos, se não houver nenhum problema, de deixar a medida provisória por último, já que tem que ser lido o parecer no Plenário e a Comissão de Justiça tem que homologar ou não o parecer do Deputado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Faremos isso, senhor Deputado. Votaremos os vetos, as emendas constitucionais e ao final a medida provisória.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 24 votos "sim" e 05 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Em votação o veto ao § 3º do art. 5º desse mesmo projeto de lei, que tem a seguinte redação: para efeito de promoção, ao Tribunal de Justiça equiparam-se as Comarcas de entrância inicial, inclusive com a da Capital. Essa é a parte vetada.

Em votação.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, assume a Presidência.)

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam o seu direito de voto.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Votaram 27 Deputados.

Convidamos os senhores Deputados Romildo Titon e Hans Fritsche para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 21 votos "sim" e 06 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3033/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação em 19/3/98, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 008/97, que dá nova redação ao art. 10 e ao "caput" do art. 20 da Lei Complementar nº 157/97.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e que votar "não" estará aceitando o veto.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Gilmar Knaesel e Ivo Konell para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 32 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 26 votos "sim" e 06 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Votação do parecer pela admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 004/97, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que altera o inciso XIV e acrescenta § 2º ao art. 71 da Constituição do Estado, com a sua discussão encerrada.

(Passa a ler)

"Art. 1º - O inciso XIV do art. 71 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71 -

XIV - Celebrar com a União, outros Estados, Distrito Federal e Municípios convenções e ajustes, com deliberação prévia em regime de urgência pela Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Acrescente-se o § 2º ao art. 71 (...)

Art. 71 -

§ 2º - No caso de não haver deliberação pela Assembléia Legislativa no prazo estabelecido no inciso do XIV deste artigo, será o convênio considerado aprovado, comunicando-se ao Poder Executivo."

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, solicitaria que antes do encaminhamento de votação fosse procedida à chamada dos senhores Deputados, uma vez que é quórum qualificado, e solicitaria também de V.Exa. a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicitamos ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação do quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 32 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pedimos a palavra, pela ordem, para encami-

nhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, eu gostaria de chamar a atenção dos meus eminentes Pares sobre a matéria que está em deliberação. É apenas a admissibilidade, é verdade, mas o momento da admissibilidade é o momento de aferir a legalidade, a jurisdição, a constitucionalidade da matéria.

Ela me parece flagrantemente inconstitucional, porque, aprovada esta matéria, todos os convênios, ajustes e convenções do Estado com a União Federal, com outros Estados e com os Municípios de Santa Catarina, toda e qualquer matéria teria que passar pela aprovação prévia da Assembléia.

Ora, isso significa que a Assembléia vai fazer o juízo prévio de conveniência e de oportunidade de convênios, algo que não pode ser aceitável dentro do princípio democrático que preserva a separação dos Poderes.

Então, se o Governo quer assinar um convênio e mandar para a Assembléia, a Assembléia é que vai dizer pode ou não pode assinar? Isso é uma inversão total dos valores! Nós temos que fazer valer a nossa função fiscalizatória, mas ela tem que se realizar "a posteriori", não previamente à realização do ato. Com um detalhe: é uma alteração da Constituição, e isso vai valer se aprovada para outros Governos.

Então, significa dizer que aquelas pessoas que hoje estão propondo poderão amanhã se arrependem, porque se trata de um instrumento draconiano, inconstitucional, que vai engessar o Poder Executivo, e é mais um rematado equívoco que a Assembléia Legislativa, se aprovar, estará incidindo.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, em primeiro lugar, a emenda constitucional é altamente moralizadora, porque hoje o que estamos vendo é o cacoete do Executivo governar com convênios, por convênios e através de convênios.

O Deputado João Henrique Blasi apresentou uma argumentação de mérito dizendo que os que hoje estão votando pela aprovação, amanhã seriam governo. Mas o que nós queremos é moralizar, não importando o Partido que esteja no Governo, não importando quem seja o Governador; o que importa é que esta Assembléia Legislativa serviu apenas para homologar. Somente no ano passado, mais de seis mil convênios foram encaminhados à Assembléia, convênios irregulares, ilegais, e como é que se vai fazer a fiscalização depois que o dinheiro já foi gasto?

Então, a emenda é moralizadora e o Governo que está no Executivo não é dono absoluto dos recursos de Santa Catarina. Por isso é que a Assembléia Legislativa tem que fiscalizar, especialmente quando se está no Governo, porque a nossa responsabilidade é fazer com que os convênios também sejam transparentes.

Senhor Presidente, o que me motivou a apresentar essa emenda foi o que aconteceu no dia 26 de junho de 1996, que era o último dia para, através de legislação eleitoral, realizar-se convênios com o Governo

do Estado. Somente naquele dia o Diário Oficial circulou com um mil e trezentos e vinte e poucos convênios, e na primeira página tinha um que era absolutamente ilegal, pois foram destinados cem mil reais para a compra de imóveis para a Casa do Idoso em Laguna, sendo que descobrimos que não existe essa casa. Os recursos foram destinados à Prefeitura de Laguna, a Câmara de Vereadores entrou com um processo e acabaram devolvendo os recursos para os cofres públicos do Governo do Estado. Mas se na oportunidade não levantássemos a questão, aquele dinheiro ia para o bolso de alguém.

Então, esta é uma proposta moralizadora, e quero repetir que não importa quem esteja no Governo. Temos que moralizar a coisa pública, e essa emenda eu apresentei quando o Governador era do Partido que eu represento nesta Casa. Eu apresentei já duas vezes essa emenda, a primeira vez foi na época da Constituição e depois no Governo passado.

Portanto, senhor Presidente, nós gostaríamos de ver a admissibilidade aprovada, para depois discutirmos o mérito. Se nós chegarmos a uma conclusão, no mérito, de que ela é inadequada e que vai prejudicar a sociedade catarinense, até poderemos retirá-la. Mas o que está havendo em matéria de convênio em Santa Catarina é uma vergonha, por isso temos que moralizar.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, representando a Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que essa questão dos convênios é algo que temos debatido, principalmente na Comissão de Finanças, desde 1995. Alguma coisa tem que ser feita, porque eu me sinto muito mal, como Deputado, homologando muitas vezes convênios cujo dinheiro já foi repassado, às vezes, há mais de um ano.

Quero dizer que a Bancada vai votar a favor da admissibilidade. Penso até que poderíamos, na discussão do mérito, verificar outras formas. Agora, com certeza, essa emenda constitucional traz uma discussão séria, e fiquei feliz, Deputado Ivan Ranzolin, ao ouvir V.Exa. dizer "independente do Governo", porque a preocupação que o Deputado João Henrique Blasi coloca é verdadeira, quando diz que no ano que vem muda. E com o Governador Milton Mendes nós manteremos uma emenda neste nível, porque sabemos que isso é importante, pois se os convênios forem corretos e para entidades sérias, eu duvido que um Deputado vá votar contra.

O que não pode é continuar essa festa de convênios, que está virando agora função de Deputado, como se Deputado determinasse convênio. E tenho verificado isso em algumas regiões do Estado.

Agora o Deputado, além de fiscalizar e legislar, é dono de convênio, é ele o conveniente quando o convênio é assinado por alguém do Executivo e pela entidade.

Então, eu acho que a admissibilidade é pertinente, sim, para termos a coragem de fazer essa discussão com seriedade, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favorável à admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminados os encaminhamentos, solicitamos ao Primeiro Secretário, Deputado

Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

Quem votar "sim" aprova a emenda, quem votar "não" rejeita a emenda.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA	ausente
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HANS FRITSCH	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	sim
DEPUTADO IVO KONELL	não
DEPUTADO JAIME MANTELLI	ausente
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	sim
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	ausente
DEPUTADO PAULO VIDAL	não
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 22 votos "sim" e 07 votos "não".

Está rejeitada a admissibilidade.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, existe a dúvida se são vinte e um votos para a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. levanta uma questão de ordem de que a votação para a admissibilidade é de maioria absoluta.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a admissibilidade é a primeira fase do processo, e nós não podemos trabalhar com quóruns diferentes. Se a Constituição exige que a aprovação de uma emenda constitucional se faça pelo quórum qualificado de vinte e quatro votos, não se pode admitir que nenhuma fase seja excepcionada com outro quórum abaixo dos vinte e quatro.

Portanto, a decisão de V.Exa. é correta. Não tendo havido vinte e quatro votos, automaticamente não foi admitida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O Deputado Pedro Bittencourt, numa ocasião, colocou em votação qual o quórum, e o Plenário naquela ocasião deliberou que seria de dois terços para a admissibilidade.

V.Exa. poderia explicar, Deputado?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, eu não tenho, de memória, lembrança da definição do Plenário. Nós já tivemos um caso semelhante quando a Assembleia necessitou dar uma manifestação e foi pelo Plenário definido se a admissibilidade era por maioria absoluta ou pelo quórum qualificado da emenda constitucional.

Assim, solicito a V.Exa. que mande rever os Anais, porque já é uma questão decidida, para que se tenha segurança até da decisão de V.Exa.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Na mesma linha de raciocínio, nós temos uma situação inusitada. O nosso Regimento Interno não define com clareza essa questão; agora, numa votação, através de uma questão de ordem levantada na oportunidade, nós criamos de fato uma jurisprudência.

Lamentavelmente, para mim são três quintos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, esta Presidência deixa de proclamar neste momento o resultado e a resposta à questão de ordem levantada pelo Deputado Wilson Wan-Dall para verificarmos a jurisprudência desta Casa em decisões anteriores.

Se obtivermos essa verificação na sessão de hoje, comunicaremos; caso contrário, faremos esse comunicado na próxima sessão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, tendo em vista o ocorrido, nós solicitamos a V.Exa. a retirada de pauta da Emenda Constitucional nº 004/95 e da Emenda Constitucional nº 002/96.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência procede à retirada das emendas constitucionais.

Fica, então, registrado nos Anais o resultado da votação: 22 votos "sim" e 07 votos "não". A proclamação do resultado, se admitida ou não, será feita tão logo verificarmos o precedente que existe nesta Casa a respeito da admissibilidade das emendas constitucionais.

Discussão e votação em turno único da Medida Provisória nº 075/98, de procedência governamental, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da administração do porto de São Francisco do Sul e estabelece outras providências.

Em discussão.

Deputado Ivan Ranzolin, como Presidente da Comissão, gostaríamos de escutá-lo.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - O Deputado Olices Santini fará a leitura do seu parecer, e solicitamos a atenção dos Membros da Comissão de Constituição e Justiça para a homologação ou não deste parecer.

Trata-se da medida provisória que

dispõe sobre a contratação, por mais uma vez, do pessoal do porto de São Francisco do Sul, e nós vamos ficar atentos ao relatório do Deputado Olices Santini, porque ele irá propor o que realmente deve ser feito e irá encaminhar esclarecimentos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Então, com a palavra o Deputado Olices Santini, para que proceda à leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhores Deputados, fui incumbido de fazer a relatoria da Medida Provisória nº 075/97, de procedência governamental, que já foi votada quanto à sua admissibilidade no dia 17 próximo passado e mereceu a aprovação deste Plenário.

Ela tem por objetivo autorizar a administração do porto de São Francisco do Sul a prorrogar os contratos de pessoal por prazo determinado no âmbito da administração daquela autarquia e estabelece outras providências.

A lei é composta de cinco artigos e está acompanhada das justificativas do Secretário dos Transportes, da Secretária da Administração e do Comandante Geral da Polícia Militar.

O nosso relatório baseia-se numa proposta de aprovação da medida provisória, acatando integralmente o art. 1º e o art. 2º e propondo duas emendas: uma emenda supressiva aos arts. 3º, 4º e 5º e uma emenda modificativa ao art. 6º.

Os arts. 3º, 4º e 5º, no nosso entender, tratam de assuntos alheios ao que prevê a legislação com referência à medida provisória.

O art. 3º trata de gratificação complementar de vencimento aos funcionários; o art. 4º, de gratificação a ser concedida aos membros da Comissão Permanente de Licitação do porto de São Francisco do Sul; e o art. 5º, de reatuação por transposição de servidores nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Então, parece-me, senhores Deputados, que se tratam, no nosso parecer, de assuntos alheios à questão do porto de São Francisco do Sul, e também preenchem os pressupostos de urgência e relevância relativos à medida provisória.

Estamos propondo, portanto, a supressão dos arts. 3º, 4º e 5º.

Quanto ao art. 6º, ele estabelece o seguinte: "As despesas decorrentes da execução dos arts. 1º e 2º dessa medida provisória correrão à conta das dotações do orçamento da administração do porto de São Francisco do Sul e dos demais artigos à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado." Aqui, nós estamos suprimindo o termo "do Orçamento Geral do Estado".

Então, relatando de uma forma muito abreviada, estamos propondo a aprovação da medida provisória e, naturalmente, das duas emendas.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, respaldado inclusive na manifestação do administrador do porto de São Francisco do Sul, engenheiro Arnaldo S. Thiago, que percorreu todos os gabinetes desta Assembleia e deixou um dossiê tratando dessa questão, eu gostaria de dizer que o enfoque colocado nesse dossiê era tão-somente da renovação dos contratos dos 155 empregados que tenham vínculo de caráter temporário naquele porto. Em nenhum momento a própria

justificativa do engenheiro Arnaldo abordava questões de transformação de cargos, de relotações.

Por isso, e também porque medida provisória, como bem disse o Deputado Olices Santini, só se justifica em condições de relevância e urgência, a nossa recomendação é que nós todos nos atenhamos exatamente àquilo que o Deputado Olices Santini propôs no seu parecer, um parecer consentâneo com a realidade de vida daquelas pessoas. E a prorrogação por até dois anos vai permitir a adequação à nova lei portuária que vai tratar desse processo em nível nacional.

Entendo eu, Deputado Olices Santini, que assim fazendo não prejudicamos o funcionamento do porto, não prejudicamos a perspectiva de continuidade do trabalho dos 155 servidores e também damos condições de adequação daquele instrumento portuário ao ajuste da condição nacional, que está sendo proposta também, sem que esses outros penduricalhos possam interferir com a questão central, que é a renovação dos contratos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Gostaria apenas de cumprimentá-lo, pois o parecer de V.Exa. representa aquilo que a Bancada pensa em termos desse projeto, e nós, neste sentido, votaremos favoravelmente ao seu parecer.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Para encerrar, gostaríamos de informar aos senhores Deputados que, sob o nosso ponto de vista, nem a prorrogação do contrato do pessoal do porto de São Francisco do Sul se reveste de urgência e relevância, haja vista que o contrato foi efetuado em 1996. Então, tivemos todo o tempo para regularizar a situação.

Deputado Carlito Merss, já aprovamos isso para o hospital de Joinville, abrimos uma exceção, e eu estou querendo aqui manter a coerência. No nosso ponto de vista, também outras questões, como gratificação, reenquadramento - principalmente uma coisa que nós estranhamos, a solicitação de gratificação para pessoal militar responsável pela Comissão de Licitação -, não são assuntos relevantes nem de urgência para a medida provisória. Por isso propusemos a supressão dos artigos que tratam desse assunto.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Nobre Deputado, as coisas mais desagradáveis que analisamos nesses três anos foram essas medidas provisórias, e V.Exa. lembrou bem a área da saúde, a área da segurança pública, porque não havia e não há vontade política para resolver a questão.

Na questão do porto é mais grave, inclusive pela mudança na legislação federal. Na prática, o que vai acontecer é um processo de privatização, de terceirização nos portos, e esse encaminhamento está sendo dado ao porto de São Francisco.

Então, de uma certa forma, ficamos numa angústia muito grande, porque se percebe claramente que o Governo não quer resolver e joga literalmente o abacaxi nas mãos dos Deputados.

Imagino o drama que V.Exa. passou para relatar isso, para formar o juízo, inclusive. E concordo plenamente: não caberia medida provisória, tem que ser um projeto, porque não tem aquilo que a lei exige numa medida

provisória.

Em nível de Bancada, deixamos livres os Deputados para que se pronunciem da forma que acharem conveniente. Eu, pessoalmente, acho que estamos meio que corroborando com um processo de não-resolução, pois o Governo não quer resolver, joga o abacaxi aqui e faz com que os funcionários venham conversar conosco, até porque entendemos o drama da operacionalidade do porto de São Francisco, que está dando um banho de eficiência, apesar de todas as dificuldades.

Então, neste sentido, a nossa Bancada (estou falando em nome do Deputado Pedro Uczai) libera os seus Deputados, para que cada um vote de acordo com sua conveniência ou interesse pessoal.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Agradeço, nobre Deputado.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Nobre Deputado, gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo relatório favorável à aprovação dessa medida provisória e, por consequência, à recontração dos servidores do porto de São Francisco do Sul, que é muito bem administrado.

Já estamos numa situação de desemprego muito grande, e se não aprovamos essa recontração, logicamente teremos mais pessoas desempregadas. Portanto, o PFL é favorável ao seu relatório, inclusive com as emendas.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, era o que tínhamos a apresentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Sareta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda supressiva à Medida Provisória nº 075/98, que diz o seguinte: "Suprima-se os arts. 3º, 4º e 5º da Medida Provisória nº 75/98, remunerando-se os subsequentes".

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Em votação a emenda modificativa à Medida Provisória nº 075/98.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Em votação a Medida Provisória nº 075/98, sem prejuízo das emendas aprovadas.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares da senhora Carmem Borges, transmitindo sentidos pesares pelo seu falecimento, no Município de Arroio do Silva.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Fiesc, parabenizando-o pela nomeação de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio

de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caçador, congratulando-os pela passagem do aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que requer, com base no Regimento Interno, a suspensão da sessão ordinária em 31 de março no horário de Breves Comunicações, para um ato especial de reflexão sobre os acontecimentos do dia 31 de março de 1964 e para uma homenagem ao ex-Deputado Paulo Stuart Wright.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita regime de urgência ao Projeto de Lei nº 0298.6/95.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Fazenda, solicitando audiência para os representantes do MST.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora do Colégio Estadual Seara, manifestando contrariedade com relação à sua atitude em proibir os alunos de manifestarem dentro do Colégio a decisão desta Casa com relação à anulação do decreto governamental que instituiu a hora/aula de 60 minutos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti e outros Deputados, que requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa desta Casa para tratar da regulamentação da Lei nº 10.501.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Jorginho Mello, que requer, com amparo no Regimento Interno, a tramitação em regime de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/97.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Santur, solicitando informação a respeito de quais providências estão sendo tomadas para reverter a imagem negativa do nosso Estado com relação à poluição das nossas praias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, que requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa desta Casa para tratar de assuntos pertinentes à Lei nº 10.542.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando ações que possam estabelecer renegociação das dívidas dos agricultores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, reiterando atendimento ao pleito da região Sul do Estado - Amurel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Carlito Merss, a ser enviada ao Governo do Estado, solicitando indicação dos membros da Comissão Especial que trata a Lei nº 10.719.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando designação de recursos

para o aeroporto de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, solicitando computador e impressora para a Escola Municipal Professor Gustavo Tank, no Município de Schroeder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação da SC-302.

Indicação do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura, solicitando uma vaca-mecânica para o bairro São Miguel, no Município de Fraiburgo.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando melhorias e conservação da estrada de Canoinhas a Timbó Grande (Via Barra Mansa).

Em discussão as três indicações.

Com a palavra o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença aqui do Prefeito de Salto Veloso, que vem a esta cidade tentar buscar recursos para o seu Município e tratar de outros assuntos relacionados com a sua comunidade.

Senhores Deputados, volto a esta tribuna para registrar um fato importante que ocorreu no período da manhã, no Município de Porto União.

No dia 10 deste mês estive em Matos Costa - e anunciei na Rádio Caçanjurê a minha ida a Matos Costa -, mas disse a um Vereador de Calmon que arrumasse dois cavalos encilhados porque talvez a Rural não passasse, e tinha que chegar a Matos Costa, pois tinha um compromisso.

Felizmente arrumamos uma Rural com tração dianteira, com reduzida, e conseguimos passar as valetas, ou melhor, as crateras que lá existem, que fazem com que os ônibus que por lá circulam não tenham mais como transportar os passageiros.

Hoje pela manhã houve uma grande concentração, manifestada pelos moradores de Matos Costa, Calmom, Porto União, São Miguel da Serra, que, num ato de protesto e tentando mais uma vez sensibilizar o Governo do Estado, fecharam a rodovia 280, que liga Canoinhas/Porto União e faz a interseção com a 302, no famoso posto fiscal.

Fechar a 302 de nada resolveria, porque não passa mais ninguém, e o cavalo passa por cima do barranco. Então, resolveram fechar a estrada asfaltada, que fica próxima ao antigo posto fiscal, numa demonstração de protesto em prol daquela gente que está sofrendo há muito tempo e que agora não têm mais condições de transporte, principalmente o pessoal de São Miguel da Serra, cujas crianças inclusive não têm mais como

frequentar as aulas.

E lá o Eloir Andrukel, do PMDB, motivou a sua liderança para esse movimento. Ele tem uma propriedade nesse trecho e não tem como chegar nela para atender aos trabalhos.

Então, hoje, num ato suprapartidário, estavam representados todos os Partidos nesse movimento, devido aquela estrada não ter a mínima condição de tráfego.

Fazemos, portanto, mais um apelo ao Governo do Estado no sentido de que determine a recuperação daquela estrada. Nós sabemos que será impossível ser feito o asfalto nesse Governo, mas queremos que pelo menos ele dê condições ao pessoal que se desloca de Porto União, São Miguel da Serra, Matos Costa, Calmom e Caçador de ter um transporte mais digno.

Talvez V.Exas. possam até pensar que eu esteja exagerando nesses comentários, mas quem já foi lá constatou a grande realidade. Então, mais uma vez estamos tentando sensibilizar o Governo do Estado para que respeite o cidadão catarinense, que está abandonado naqueles Municípios.

Matos Costa é um Município antigo, Calmon já é um Município mais novo, mas lá tem as indústrias dos agricultores, dos pecuaristas, e ninguém mais tem condições de transitar naquelas estradas.

Eu mostrava aqui as empresas que destinaram recursos, maquinários para recuperar aquelas estradas, e elas disseram que é a última vez que farão isso. São elas: Faquibrás, Transpota, Madevale, Reunidas, e essas empresas não agüentam mais, ninguém mais agüenta destinar óleo diesel e maquinário para recuperar uma estrada estadual.

Por isso, mais uma vez queremos fazer esse apelo ao DER, ao Governo, no sentido de que determinem essa recuperação.

Eu estava em Caçador no domingo, quando da inauguração do aeroporto. Fui lá aplaudir a parte que o Governador fez, assim como fui aplaudir a parte que o Governo Federal e também a Prefeitura fizeram. E lá encontrei o engenheiro do DER, aquele que eu chamei aqui de incompetente (aliás, continuo chamando-o de incompetente), e ele me disse que tinha recebido nova classificação. Eu disse a ele que classifico as pessoas de acordo com o merecimento e continuei afirmando que ele é um incompetente, inclusive na frente de outros senhores, de políticos que estavam presentes naquele ato, porque não é possível que aquela estrada permaneça na situação em que se encontra.

Quanto às indicações, temos a que solicita uma vaca mecânica, no Município de Fraiburgo, para um bairro novo que dá pena de ver, o bairro de São Miguel. Hoje já tem lá mais um bairro com seiscentas casas, o bairro Bentevi, que é uma organização da Prefeitura, onde residem as pessoas mais carentes. Inclusive, verificamos "in loco" e vimos a grande necessidade daquela gente.

Nós temos certeza que a Secretaria da Agricultura terá condições de providenciar uma vaca mecânica, para que aquela comunidade possa fornecer um alimento mais concentrado de proteínas com origem do soja, para socorrer aquelas crianças.

Temos também a indicação sobre o trecho que liga Canoinhas/Timbó Grande à BR-280, uma estrada estadual que já teve o seu leito dando permissão que ônibus circulassem por lá, que caminhões escoassem a produção. E hoje a sua situação é precaríssima!

Temos recebido constantemente as reivindicações da comunidade de Timbó pedindo, pelo amor de Deus, que o Governo tome providências e dê condições de tráfego

àquelas estradas. Eles não querem o asfalto, querem, sim, condições de trafegar também nos dias de chuva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Continuam em discussão as três indicações de autoria do Deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Moção de autoria do Deputado Jorginho Mello, a ser encaminhada a todas as

Câmaras de Vereadores, solicitando que os Municípios regulamentem o sistema de moto-táxi através de projeto de lei.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria à Ordem do

Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, daremos conhecimento da pauta da Ordem do Dia da sessão do dia 26/03/98:

Requerimentos de autoria dos Deputados Wilson Wan-Dall, Norberto Stroisch, Odacir Zonta, Pedro Uczai e Ideli Salvatti; pedidos de informação de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall e da Bancada do PT.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 26 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública o Núcleo de Estudos e Divulgação Corânica, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

FAX:

- do senhor Desembargador Francisco Borges, referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.002587-7, da Capital.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Consulto a Liderança para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo manifestação, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

Consulto a Liderança para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo manifestação, passaremos ao horário reservado ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e nobres senhores Deputados, nesta manhã não muito concorrida eu gostaria de tecer algumas considerações a respeito de um requerimento que foi aprovado nesta Casa na semana próxima passada com referência à vinda nesta Assembléia Legislativa do Secretário Nelson Wedekin, objetivando trazer esclarecimentos a respeito da Invesc, bem como a respeito da propalada, comentada e discutida venda das ações da Casan.

Faço este pronunciamento até porque não temos nenhuma resposta da marcação por parte do senhor Secretário da Fazenda de sua vinda a esta Casa.

Entendo que a Assembléia Legislativa necessita saber com profundidade e da boca do homem que comanda esse processo - todas as ações que o Governo está incitando, com o objetivo não só de saldar os seus compromissos com a Invesc como também com a venda das ações da Casan.

Vejo que o eminente Deputado Lício Silveira tem sido aqui um cobrador com conhecimento de causa desses problemas que angustiam não só os servidores como, principalmente, as companhias que estão envolvidas com esse processo.

Como dissemos naquele requerimento, o que queremos é clareza nos procedimentos. Precisamos saber o que efetivamente o Governo pretende.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado Gilson dos Santos, este assunto que V.Exa. coloca é um assunto de extrema importância e alguns Deputados no ano de 1995 defendiam a Invesc com unha e carne, ou seja,

que não se devia privatizá-la. Mas a novidade do Governo agora é que eles não privatizam as empresas, eles privatizam as ações, privatizam a gestão da empresa. Isso é pior ainda!

E dizia que no caso da Invesc, que vai tomar as decisões estratégicas para o desenvolvimento de Santa Catarina, esse "pessoalzinho", que é um pessoal bem grande porque tem um poder econômico do tamanho de um bonde, detém 28% das ações. Eles vão mandar dentro da Casan! E o Governo vai dizer, aliás, até algum Deputado da base governista, ontem, disse: "não, mas nós não vamos privatizar". Claro, vão ficar com 50,1% mais as ações do Governo, as ações de gestão, a estratégica política energética, a política de saneamento! Ela está privatizada, esta é a verdade!

Com relação à Casan, senhor Deputado, esta manobra que está sendo feita, esta manobra urdida, sem-vergonha, obscura, esta manobra que a população de Santa Catarina não tem conhecimento, que esta Assembléia Legislativa não tem conhecimento que está sendo... Quer queira ou não, quem vai entrar com recursos financeiros vai ter que ter um contrato para garantir os seus investimentos! E quem é que conhece os termos desse contrato? Ninguém conhece os termos desse contrato.

Então, eu tomei a liberdade, se V.Exa me permitir apartear-lo durante mais um tempo, de fazer um ofício para todos os 195 Prefeitos do Estado de Santa Catarina que mantêm convênio com a Casan. Da mesma forma mandei um ofício para os Presidentes das Câmaras Municipais para conscientizá-los de que o Governo está tomando uma atitude que vai dar prejuízo no futuro ao Município; o Município é dono da concessão e não está sendo consultado.

Mas gostaria depois que V.Exa tomasse conhecimento desse ofício e, se me permitir, vou ler dois tópicos.

(Passa a ler)

"5 - A venda de 49% das ações ordinárias pelo valor mínimo de R\$70 milhões, com a promessa de atingir o montante de R\$125 milhões, em operação nebulosa, decidida pelo Governo do Estado, causa-me preocupação sobretudo quanto aos seguintes aspectos:

5.1. - Nebulosa porque nem as Prefeituras, Câmaras Municipais e Assembléia Legislativa sabem como estão sendo feitas as operações de venda das ações da Casan, num verdadeiro desrespeito à sociedade catarinense.

O que nós conhecemos, Deputado Gilson dos Santos, é pela imprensa, infelizmente. A imprensa está aí para nos dar subsídios para, pelo menos, discutirmos isto aqui.

"5.2. - Essa venda possibilitará com maior rapidez a privatização da Casan, já que somente 2% do capital votante inibem a sua efetivação, permanecendo os Municípios distantes e à margem dessa negociação;

5.4. - Segundo consta, os negociadores das ações estão exigindo participação em diretorias chaves da empresa, bem como a implantação de contrato de gestão compartilhada, em que as decisões empresariais e estratégicas devam ser votadas em bloco (unanimidade)."

É aquilo que eu chamo, a privatização diferenciada, uma autorização absurda! O Governo vai dizer: não, eles têm o controle das ações, mas não vão mandar nada!

(Continua lendo)

"5.5. - A participação em diretorias da empresa e o acordo de acionistas definindo votação em bloco nos assuntos estratégicos, retirarão do Estado o controle da empresa, mesmo não perdendo o controle acionário."

O que eu quero com isso? É que os senhores Prefeitos dos Municípios, os quais são os donos da concessão, têm que tomar uma posição, e esta posição tem que ser documental, para que amanhã não se tenha problemas com o sistema de abastecimento de água e esgoto.

Por isso que eu peço o empenho também dos senhores Deputados para que sensibilizem os Prefeitos fazendo até um pedido de explicações ao Governador do Estado.

Talvez esses investidores que aí estão olharão de forma diferente, poderão ficar inibidos dentro do processo. E aí talvez tenhamos alguma coisa a mais a ser discutida aqui nesta Casa.

O que eu me preocupo nesta notícia de hoje, porque o Diário Catarinense, esse gurizão aí, esse tal de Marco Aurélio Dutra, esse vendedor, sócio do Wedekin... Eu me irrito quando falo desses caras, esses enganadores da sociedade. Dois caras mandam neste Estado aqui, fazem o que querem com essa porcaria, dois carinhas!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Deputado Lício Silveira, eu entendo a irritação de V.Exa., até porque o nobre Colega tem uma história tanto na Casan quanto na Celesc, e deve estar, sem dúvida nenhuma, muito preocupado. Razão pela qual em determinados momentos pode até ser atingido pelo Código de Ética da Assembléia Legislativa.

Mas, senhor Presidente e senhores Deputados, eu acho que o fundamental de tudo isso é que realmente tenhamos do Secretário da Fazenda Nelson Wedekin, pessoa que eu entendo quer dar clareza às coisas, o local certo, o fórum adequado para dar clareza a esses procedimentos do Governo do Estado, e esse local não pode ser outro senão a Casa que abriga quarenta representantes de todo o Estado de Santa Catarina.

Nós não queremos fazer nenhum tipo de sensacionalismo, mas queremos saber, sim, com profundidade e com verdade a real situação do caso da venda das ações da

Casan, bem como da Invesc no que diz respeito às debêntures.

Deputado Lício Silveira, V.Exa. naturalmente terá oportunidade de se manifestar posteriormente. Eu tenho um compromisso com o Deputado Eni Voltolini, a quem concedo um aparte no restante do horário do meu Partido.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não! Antes de conceder o restante do horário ao Deputado Eni Voltolini, vou ouvir V.Exa., naturalmente mais calmo, mais tranquilo e agora já achando o material a que V.Exa. se referiu antes daquela palavra pronunciada pela metade, felizmente.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu pedi para retirar dos autos. Realmente me excedi!

Mas esse cidadão, quando o vejo aqui com a maior cara de pau defendendo o Wedekin, como defendia os problemas das privatizações, ia para a rua com a sua bandeira, assume o Governo e age ao contrário... Aliás, ele disse que iria sair em dezembro e não saiu. Eu até estou fazendo uma carta de despedida ao vendedor, estou fazendo uma baita carta e vou mandar para ele.

Agora, olhem aqui: recursos da Casan só chegam em dois meses. E eles estão procurando dinheiro no mercado com outro custo para ver se acha a solução para acertar as dívidas dele.

Olhem, é um outro absurdo. Fazem o negócio nas escuras e agora estão dizendo que o dinheiro só vai aparecer dentro de dois meses. Contrataram um banco para fazer esse modelo com o preço mínimo de setenta milhões, podendo chegar a cento e vinte e cinco, como eu falei. E agora vem dizer que, infelizmente, o dinheiro só vem daqui a dois meses.

É um outro absurdo! Este assunto nós temos que continuar em discussão. Desculpe se eu me alonguei no meu aparte!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Lício Silveira.

A propósito, também uma outra convocação que deve surgir o mais rapidamente possível é a convocação do Presidente do Besc para que nos dê algumas informações a respeito de todos os problemas relacionados especialmente no que diz respeito às Letras adquiridas do Estado de Alagoas.

Eu deixo a tribuna e peço ao eminente Deputado Eni Voltolini que complete o horário do nosso Partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini, do PPB, por seis minutos, tempo restante devido à Bancada do PPB.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados e catarinenses. Deputado Gilson dos Santos, gostaria de abordar, com a sua anuência, uma variante da questão colocada.

Na verdade, o assunto Casan e Celesc vai suscitar, nos próximos dias, diversas abordagens, e elas são necessárias, porque precisamos entender se é desta forma que queremos conduzir o processo em Santa Catarina ou não.

De certa forma, estamos nos encaminhando, queiramos ou não, para um processo de privatização. Eu, em princípio, não questiono pura e simplesmente a privatização, apenas quero discutir se esta é a maneira adequada de encarmos este assunto. Fica claramente colocado que, Deputado Lício

Silveira, Deputado João Henrique Blasi e Deputado Wilson Wan-Dall, quando da impossibilidade do Estado - e neste momento ela existe - de suportar os encargos que assumiu, seja no processo Invesc ou em qualquer outro desses processos, de resgatar as debêntures e por conta disso eliminar o lastro que hoje existe de ações e tê-las novamente sobre o seu inteiro controle, isto passará para terceiros.

Quando nós estamos falando de capital votante, a preocupação passa a ser de uma outra esfera, do bom ou do mau negócio. Sem dúvida nenhuma, Deputado Lício Silveira, o Estado de Santa Catarina está a praticar dois péssimos negócios em empregar capital votante. Ou seja, empregar quase 30% do capital votante da Celesc - pela quantia que está sendo colocada, é um péssimo negócio - e empregar quase 50% do capital votante da Casan por até 70 ou 80 milhões que, sem dúvida nenhuma, é um outro péssimo negócio.

O que isto resulta para a população? Eu queria começar a falar disto. O que é que isto significa para a população? Porque, para o Estado, para a figura institucional do Estado, sem dúvida nenhuma, deve ter sido o pior negócio que o Estado de Santa Catarina deve ter feito ao longo de toda a sua existência.

Eu não me lembro de termos praticado um ato político tão ruim, tão penoso para o Estado de Santa Catarina como esses que estão sendo praticados. Jogar nas mãos de pessoas que não tem compromisso com o Estado de Santa Catarina o capital votante de empresas estratégicas como a Casan e a Celesc, sem dúvida nenhuma, é um desserviço que está sendo praticado.

A grande dificuldade que esta Assembléia tem, e eu me questionava ontem e anteontem, Deputado Lício da Silveira, é com relação ao que se pode fazer para impedir isso, porque quando, por conta desta problemática da educação, por conta de tanta discussão e de manifestação havida neste Estado, esta Assembléia lança mão de um recurso que deve servir para evitar os atos exacerbados, incorretos e inadequados praticados pelo Poder Executivo, e isto está previsto e é chamado de Decreto Legislativo, quando a nossa Casa faz isso, a Justiça, o Poder Judiciário, vem de novo nos golpear e coloca tudo numa situação anterior.

Sem dúvida nenhuma, deveríamos praticar gestos semelhantes nesta mesma direção com relação à Casan, à Celesc, porque está se praticando um ato contra o erário público, está se praticando um ato contra a sobrevivência da prestação de serviço à população de Santa Catarina.

Estamos aqui a dirigir protestos, nós estamos aqui, às vezes, a dirigir impropérios a um Secretário ou outro, a agradecer o Governador ou o Secretário com palavras que não são as mais adequadas, às vezes, mas tudo na tentativa de chamar a atenção para a correção do rumo. Isso pouco e de pouco tem resultado com efeito prático.

Eu continuo a me perguntar, Deputado Lício Silveira, o que é que tem que ser feito? Mais discursos aqui? Palavras mais fortes? Faixas? Outdoors? O que está faltando é sensibilidade, é visão de estadista, pois este atual Governador perdeu o interesse de governar Santa Catarina, porque Governador é alguém que olha para o futuro, Governador é alguém que não apenas administra o presente, mas tenta dar a quem vive num Estado a condição de qualidade de vida. Nós estamos perdendo qualidade de vida cada vez mais, estamos perdendo a perspectiva de orgulho próprio e de amor próprio por este Estado. É

este o desafio que nós temos!

Além dos discursos, Deputado Lício Silveira, além das manifestações, nós precisamos descobrir qual é a maneira. Nós até tínhamos descoberto a maneira e ela era legal, ela se chamava impeachment. Eu volto a dizer isso: nós já tivemos a oportunidade nesta Casa de interromper este ciclo de desgoverno e não soubemos aproveitar. E tem muita gente que já se arrependeu de ter feito isso, de ter praticado gestos na manutenção de um Governo que não sabe governar e que não sabe ser estadista.

Vamos tentar diminuir o problema e é isto que nós temos que fazer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado à Bancada do Partido da Frente Liberal.

Com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu gostaria de, nesta quinta-feira, no horário do meu Partido, o PFL, trazer mais uma vez à consideração dos nossos Companheiros o trabalho que a União Nacional dos Legislativos Estaduais, a nossa entidade representativa, vem desenvolvendo em nível de Brasil.

A União Nacional dos Legislativos Estaduais, que congrega os mais de 1.050 Deputados Estaduais, as 27 Assembleias Legislativas, vai realizar no próximo mês de abril a IIª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, no Estado de São Paulo, mais precisamente nos dias 26 a 28 de abril de 1998.

Nós já estamos trabalhando há algum tempo, desde que a extinta UPL, sucedida que foi pela Unale, e o extinto Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas, igualmente sucedida pela Unale, no sentido de fortalecer a união que deve existir entre os Deputados nos 27 Estados da Federação, bem como a união entre os próprios Legislativos Estaduais. Este é um dos postulados da Unale.

Os Colegas Deputados certamente receberam em seus gabinetes um ofício, onde a Unale colocava à disposição, através dos sistemas que estamos desenvolvendo, a oportunidade de apresentar os seus projetos, a fim de que catalogados em um banco de dados pudessem ser útil aos demais Colegas e também servir de uma forma geral a todos quantos deles puderem e desejarem tomar conhecimento.

Eu tenho aqui em minhas mãos a primeira edição do catálogo de projetos de leis estaduais. Nós já temos inserido nesta primeira edição alguns dos nossos projetos, como também de outros colegas Deputados desta Casa, por exemplo, os Deputados Pedro Bittencourt, Afonso Spaniol e Gilmar Knaesel, dentre outros, que já enviaram os seus projetos, os quais já estão catalogados no banco de dados da Unale, portanto, já fazem parte desta primeira edição.

O que a Unale quer com isso? Ela quer oferecer aos senhores Deputados, aos membros, aos sócios da entidade, uma oportunidade de divulgar, em nível nacional, os projetos que estão sendo elaborados pelos senhores Deputados.

Então, mais uma vez, eu gostaria de lembrar aos Colegas Deputados da oportunidade que a Unale oferece. E queria também fazer chegar àqueles que desejarem o exemplar da primeira edição do catálogo de projetos de leis estaduais. Este é um exemplo do que poderá ser o nosso grande banco de dados

que está sendo formado em Brasília.

De sorte que um projeto que for elaborado por um Deputado aqui, em Santa Catarina, de repente, poderá ser interessante para um Deputado de outro Estado. E ele terá acesso, Deputado Idelvino Furlanetto. Como também poderemos nos inspirar em tantos outros projetos de outros Estados, que poderão ser úteis ao nosso Estado.

Então, uma troca de idéias e de experiência é muito salutar para o enriquecimento do Poder Legislativo. Assim sendo, esse catálogo desses projetos, que já estão sendo depositados no banco de dados da nossa grande central de computação, estarão na Internet, quando logo nós poderemos acessá-los, e serão de grande valia.

Eu citaria aqui, inclusive, o Deputado Gilmar Knaesel (como já citei), pois que já enviou projetos para a Unale. E na primeira edição estão sendo contemplados vários de seus projetos, os quais estão, hoje, circulando em nível nacional. Eu penso que é uma contribuição que a Unale está dando para a divulgação de seus projetos e para o enriquecimento da atividade legislativa.

Eu queria reforçar o convite, inclusive citando também o tema que julgo da maior importância, que é o poder de legislar dos Estados. Nós ouvíamos ontem o Deputado Afonso Spaniol fazendo uma observação muito justa, muito correta, de que a cada dia que passa, nós, os Legisladores, estamos perdendo a condição de legislar, estamos perdendo a capacidade de legislar.

Portanto, se não buscarmos uma alternativa para reforçar essa nossa atividade, buscando nos atualizar neste sentido, dentro de mais alguns dias, quem sabe, não seja nem mais interessante termos assento a esta Casa, porque até os juizes já estão fazendo leis para serem cumpridas. Eu cito o exemplo, com tristeza, da lei que regulamentaria a Farra do Boi, e que agora o Judiciário proibiu.

Nós íamos regulamentar, nós íamos manter a tradição dentro da decência, sem a barbaridade que às vezes é cometida por um número pequeno, por uma minoria. E como fomos muito leves, como fomos muito lerdos, como ficamos discutindo sem chegar a uma conclusão, o Poder Judiciário baixou uma portaria, fazendo com que até o Supremo proibisse terminantemente a Farra do Boi.

Então é uma perda de poder nosso aqui. Nós poderíamos ter a Farra do Boi regulamentada, poderíamos ter esta prática dentro de manguieirões, sem esta barbaridade, no entanto, hoje é proibida de qualquer forma. Se alguém realizar a Farra do Boi, vai estar cometendo um ato contra uma decisão do Supremo Tribunal, e nós perdemos a condição de legislar.

Temos também ainda outros painéis como a Legislação Eleitoral, os Recursos Hídricos, o Papel da Mulher no Legislativo e, o mais importante que interessa a todos nós neste ano de campanha eleitoral, o Marketing Político.

Vamos trazer para essa conferência os marqueteiros mais renomados, mais destacados aqui, no Brasil, e que poderão nos trazer informações úteis de como melhor fazer uma campanha eleitoral.

Então, eu quero reafirmar aqui e dizer que a Unale vem desenvolvendo um trabalho muito intenso. É um trabalho que precisa tempo para que se consolide.

Eu quero agradecer a confiança dos Companheiros que hoje estão filiados à Unale, daqueles que também já fazem parte do fundo de assistência da Unale e dizer que aqueles

que ainda não fazem parte poderão se inscrever procurando o Dr. Luiz Farias, que é o assessor especial para atendimento nas questões da Unale.

Portanto, eu quero deixar este registro no horário que foi destinado ao PFL.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o seu Líder, Deputado João Henrique Blasi, por até dezessete minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente e senhores Deputados, não pretendia fazer uso da palavra até porque outro era o Parlamentar do PMDB escalado para fazê-lo na sessão de hoje, no entanto, na falta deste Companheiro e em razão, sobretudo, da manifestação do Deputado Gilson dos Santos, ocupo esta tribuna para rapidíssimas considerações a respeito do tema aqui aventado pelo eminente Deputado Gilson dos Santos, como já disse.

Conversei ontem por telefone com o Secretário Nelson Wedekin, que se encontra em Brasília, e recebi de S.Exa. a afirmação de que está à disposição para, na data apazada pela Assembleia Legislativa, aqui comparecer, no sentido de buscar a elucidação dos fatos e das razões que foram objeto do requerimento aqui formalizado pela Bancada do PPB.

Desde logo, assevero que a Bancada do PMDB, logo ao início desta sessão legislativa, para mostrar que também ela tem interesse na transparência, na explicitação pública dos fatos, requereu também o comparecimento do Secretário Nelson Wedekin, após ter conversado com S.Exa., para que viesse à Casa expor, de maneira geral, a respeito da situação financeira do Estado e de outras questões prontuais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Portanto, Deputado Gilson dos Santos, posso, respondendo a V.Exa., dizer-lhe que o Secretário Nelson Wedekin está à disposição, aguardando apenas que seja marcada a data para aqui comparecer.

Digo mais, disse-me ontem que foi regularizado o repasse à Assembleia Legislativa, o qual deve ter sido feito no dia de ontem ou o será no dia de hoje, justificando que evidentemente não foi feito no dia 20, que é a data marcada pela Constituição, em razão de indisponibilidade momentânea de caixa. Mas disse-nos que esse valor já havia sido repassado e que na oportunidade em que aqui vier, formal ou informalmente, conversaria também a respeito da polêmica da dívida que há no cálculo da cota/parte devida à Assembleia, principalmente no que concerne à questão do Imposto de Renda. O Secretário está disposto a conversar sobre esses assuntos todos.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado, tendo em vista que eu fui signatária do requerimento de convocação do Secretário - e na oportunidade entregamos ao Presidente desta Casa o abaixo-assinado do movimento unificado contra a privatização -, reitero a necessidade do Secretário Nelson Wedekin comparecer nesta Casa de imediato, inclusive antes do encerramento do processo de negociação da venda das ações da Casan, bem como do processo envolvendo as debêntures da Celesc.

Nós temos o entendimento de que a vinda do Secretário deverá ser feita à primeira hora. Se o Secretário tem possibilidade de estar na Assembléia na próxima segunda-feira, eu acho que é assim que deverá ser procedido, porque a data é agendada de comum acordo entre a Assembléia e o Secretário dentro do prazo de trinta dias, a partir da data do requerimento, e esta Casa está aguardando ansiosamente a vinda do Secretário.

Então, se ele tem possibilidade de estar presente já na próxima segunda-feira, eu tenho o entendimento que nós deveremos trabalhar na perspectiva de tê-lo aqui já na segunda-feira, e entendo que isso é da conveniência da sociedade catarinense.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputada, V.Exa. bem colocou que a data do comparecimento decorre de comum acordo entre a Presidência da Casa e a autoridade convocada. Então, há detalhes formais e protocolos a serem obedecidos.

Na segunda-feira não há possibilidade. V.Exa. certamente esqueceu-se de que haverá uma sessão especial, requerida pelo Deputado Volnei Morastoni, quando estará presente toda a representação federal, Deputados e Senadores, para debater a respeito dos repasses do Ministério da Saúde a Santa Catarina. Portanto, segunda-feira está de pronto descartada.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Como essa sessão será realizada às 14h de segunda-feira, ou seja, no início da sessão, nada impede que ao final da tarde possamos ter a presença nesta Casa do Secretário.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Eu reafirmo, Deputada, a disponibilidade do Secretário para comparecer o mais rapidamente possível, na data melhor para a Assembléia e para ele, para discutir esse e outros assuntos, e concluo deixando clara a posição do Secretário, do homem público Nelson Wedekin, a quem todos prestamos reverência pelo Deputado Federal que foi, pelo Senador da República que foi e por suas posições muito claras: ele virá a esta Casa para esclarecer os fatos como tem que ser.

O Deputado Lício Silveira certamente terá oportunidade de questioná-lo com toda a tranqüilidade, e ouvirá do Secretário as respostas mais adequadas para as suas angústias e para as suas inquietações, que foram manifestadas de maneira muito fremente aqui nesta sessão, normalmente muito calma, de quinta-feira.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Mesa Diretora apresentou parecer pelo arquivamento do Projeto de Resolução nº 006/96, de autoria do Deputado Júlio Teixeira, que altera a redação do art. VI da Resolução DP 47/89.

Também comunica a justificativa de ausência dos Deputados Afonso Spaniol, Gervásio Maciel, Luiz Herbst e Volnei Morastoni.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal, senhor Roberto Ribas, solicitando atenção especial no sentido de ser construído o trevo rotatório na BR-470, na entrada do distrito industrial de Blumenau.

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal, objetivando a construção de trevo ou ilha de segurança na BR-470, na proximidade do Colégio Estadual Menésia Margarida, no bairro Badenfurt, Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, objetivando a instalação de uma escola de 2º grau no Distrito de Ibicuí, sito no Município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Besc, objetivando a reabertura do posto do Besc no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí.

Em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, pelo fato de ter dado entrada nesta Casa no dia de hoje requerimento de igual teor, eu peço a V.Exa. para subscrever também este requerimento do Deputado Volnei Morastoni.

Embora ele não esteja presente, gostaria de, ao invés de dois requerimentos, que fosse um só - e não tenho nenhuma preocupação em subscrevê-lo -, ou então apresentar também um outro de igual teor, como já está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Eu creio que a praxe quando um Colega manifesta o desejo de parceria numa proposição é o consentimento.

Deputada Ideli Salvatti, por gentileza, o Deputado Eni Voltolini apresentou proposição semelhante à do Deputado Volnei Morastoni. Para não haver prejuízo nem de uma, nem de outra e para evitar até uma duplicidade, ele pede para se associar à proposição do Deputado Volnei Morastoni. V.Exa. está de acordo?

(A Deputada Ideli Salvatti aquiesce.)

Então, Deputado Eni Voltolini, com a concordância da Deputada Ideli Salvatti, V.Exa. pode subscrever.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito que a assessoria faça chegar às mãos do Deputado Eni Voltolini este requerimento, para que ele possa assiná-lo.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, ao Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura e ao Secretário do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, objetivando intervenção urgente junto ao BNDES e ao Governo Federal para a busca de uma solução imediata visando à continuidade do funcionamento do Frigorífico Chapecó S/A.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da Caixa Econômica Federal em Brasília, objetivando a liberação dos recursos previstos no Pronaf infra-estrutura para o Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Educação e ao Reitor da UFSC, objetivando a liberação de recursos visando à ampliação do número de vagas de moradia do estudante universitário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, a ser enviado ao Governador do Estado, questionando sobre as providências que estão sendo tomadas para que as obras de construção da ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, no Município de Ilhota, sejam iniciadas ainda no atual Governo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PT, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre as ações do Besc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os Partidos que julgaram importante a minha continuidade na Presidência da Comissão de Agricultura.

Na semana que passou, tivemos uma audiência com o Ministro da Agricultura e com o Ministro do Meio Ambiente, estivemos também no Ibama, dando continuidade ao trabalho que já vínhamos realizando no ano passado.

Os agricultores familiares, que estiveram há duas semanas em Florianópolis, em audiência com o Vice-Governador reivindicaram que Sua Excelência fosse a Brasília para solicitar a anistia dos financiamentos de emergência na safra 95/96. E realmente, na semana passada, estavam naquela audiência o Vice-Governador, o Secretário-Adjunto da Agricultura, vários senhores Deputados e a direção da Fetrafesc.

Foi solicitado que os 64 Municípios atingidos pela estiagem na região Oeste e pelas enchentes na região Sul - e são 39.355 agricultores, beneficiados pelo financiamento de emergência - fossem anistiados pelo crédito concedido de R\$19.727,619,00. E essa primeira parcela já passaria a vencer em agosto de 98; a Fetrafesc, que é a federação da agricultura familiar, já antecipou prevendo a dificuldade do pagamento.

Então, já como Presidente da Comissão de Agricultura, quero dar continuidade a essa atividade. Estive, juntamente com o ex-Deputado Vilson Santin, no Ministério do Meio Ambiente para tratar do projeto piloto que está se desencadeando em nível de Brasil, que é a desapropriação da Fazenda Dissenha, uma fazenda de aproximadamente quatro mil hectares. É um projeto agroecológico, um projeto de manejo sustentável que vem apresentar, em nível de Brasil, novas alternativas para os futuros assentamentos.

Nós compreendemos - e essa é uma realidade - que o Ibama foi omissivo no passado em relação aos assentamentos que foram realizados em Santa Catarina e em nível de Brasil. E para que não aconteça mais o que já aconteceu nos assentamentos, mesmo para aqueles já assentados, deve-se apresentar um projeto

de desenvolvimento sustentável, de manejo sustentável nas futuras fazendas que deverão ser desapropriadas.

Nós também, como Presidente da Comissão de Agricultura, vamos dar continuidade ao projeto de regulamentação do seguro agrícola, que foi aprovado em 92 mas que está encalhado, está engavetado. Eu acredito que deve ter várias toneladas de chumbo em cima desse projeto, que nem o Governador Kleinübing nem agora o Governador Paulo Afonso quiseram regulamentar.

Eu vejo muitos Deputados, e mesmo os candidatos, dizer nos programas de governo que têm a agricultura como prioridade; depois que se elegem, negam que a agricultura familiar é prioridade. Nos programas de governo eles mentem, mas este ano não vão mais mentir; este ano nós vamos pegar o projeto de governo, pois queremos saber por que a lei do seguro agrícola, que está criada, não foi regulamentada.

Nós temos também a Lei 10.610, de 1o de dezembro de 97, com 90 dias para regulamentar, que trata do serviço de inspeção estadual para a agroindústria de pequeno porte de forma artesanal. Essa também é uma lei que deve ser regulamentada.

Relativamente a essa lei, nós, juntamente com os Deputados Eni Voltolini, Gelson Sorgato e Afonso Spaniol, trabalhamos no ano passado na Comissão de Agricultura e tivemos vários empecilhos, inclusive, uma liminar à cassação da lei. Então, retomamos imediatamente, conseguimos colocar a lei na ordem do debate e, juntamente com as entidades sindicais, com as ONGs, conseguimos a sua aprovação. O próprio Governador sancionou a lei em 1o de dezembro de 97; portanto já passaram os 90 dias de regulamentação, e nós queremos dar continuidade a essa lei.

Já em São Miguel d'Oeste, meu Município, foi aprovada uma lei municipal idêntica à lei estadual. Achei muito importante, porque nós estávamos trabalhando aqui na lei estadual e também, paralelamente, trabalhamos uma lei municipal: o serviço de inspeção municipal em São Miguel d'Oeste. A partir daí, nos estaremos semeando isso aos demais Municípios catarinenses.

Há duas semanas eu estive, no Município de São Domingos, reunido com o Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores para levar novas alternativas, pois o serviço de inspeção municipal é uma necessidade, porque os agricultores têm queda de renda. Mesmo com a sua produção agrícola, para a qual eles buscam financiamento, custeio da lavoura, investimento, não está sobrando mais nada, está gerando prejuízo em vez de lucro.

Então, que a pequena agroindústria artesanal, mesmo de embutidos, hortigranjeiros, tanto de origem animal como vegetal, tenha inspeção. Que o serviço de vigilância sanitária também acompanhe o processo, para que haja um controle de sanidade dos animais abatidos para industrializar a carne, um controle de sanidade do leite. Isso é uma necessidade!

Nós enfrentamos alguns

empecilhos em relação às leis antigas, porque elas favorecem, protegem e fortalecem as grandes agroindústrias. E a lei do serviço de inspeção municipal coloca claro que depois os Municípios fazem o convênio com a lei estadual. E aí, talvez só dois ou três Municípios possam, de uma forma microrregional, deter o serviço de inspeção de forma coletiva, com um técnico ou dois para quatro, cinco, seis Municípios ou mais.

Nós, da Comissão de Agricultura, temos também a questão do Pronaf global e de custeio, e queremos dar continuidade ao debate, a fim de que ele não seja mais propagandeado pelo Fernando Henrique Cardoso, pelo Delegado da Delegacia do Ministério da Agricultura, senhor Roberto Zimmermann, porque é uma propaganda falsa!

Mas nós queremos que os Municípios disponham desses tão propalados benefícios, e para isso já temos uma indicação aprovada. Como exemplo, nós citamos os Municípios de Imaruí e de Dionísio Cerqueira, que ainda não receberam o Pronaf global. E assim, somam trinta e um Municípios que deveriam receber o Pronaf infra-estrutura e ainda não receberam.

Então, esse foi o questionamento que fizemos na audiência, na semana passada, com o Ministro da Agricultura, quando ele nos garantia que os Municípios estavam recebendo e nós afirmávamos que não estavam. Isso, inclusive, na presença do Prefeito de Imaruí.

Para concluir, quero dizer que a Comissão de Agricultura tem uma missão muito grande. É um ano de eleição, mas não deixaremos de lado as atividades da Comissão. Inclusive, na segunda-feira teremos uma reunião da Frente Parlamentar Cooperativista, composta por aproximadamente trinta senhores Deputados (2/3 dos Deputados fazem parte da Frente Parlamentar), para tratarmos da problemática do êxodo rural do Oeste catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência dá conhecimento da pauta da Ordem do Dia da sessão de 30 de março:

Requerimentos nº s: 103, de autoria do Deputado Pedro Uczai e outros, aos Senadores e Deputados Federais catarinenses, pedindo apoio junto ao Poder Executivo Federal para a não-redução no Orçamento Geral da União à abertura da barra do porto de Laguna; 104, de autoria do Deputado Norberto Stroisch, ao Governador do Estado, pedindo a construção da ponte sobre o Rio Leão, no Município de Campos Novos.

Senhores Deputados, convocamos V.Exas. para a sessão especial sobre questões da saúde, que estará inserida no horário regimental, das 14 às 16h, com a presença do Secretário da Saúde do Estado. Também convocamos, antecipadamente, os senhores Deputados para a sessão solene a realizar-se segunda-feira, dia 30, às 19h, em homenagem ao ex-Governador Ivo Silveira.

Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em

condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 30 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merse - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczaí - Reno Caramori - Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3318, 3323, 3328, 3329, 3330 e 3331, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades sociais que menciona: as Voluntárias Sociais de Itajaí; a Associação dos Moradores da Praia João Rosa; o Centro Assistencial Espírito Santo; o Município de Ibirama e o Município de São José/Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, respectivamente;

3319, 3320, 3321, 3322, 3333, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Fundação de Educação Especial - FCEE, com o Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes, e com as entidades sociais que mencionam, respectivamente;

3325 e 3332, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com o Cebevan de Chapecó e com os Municípios que menciona, respectivamente; 3336, 3337, 3338, 3339 e 3340, encaminhando projetos de lei que concedem pensão especial aos beneficiários: Milton José de Souza, Jussiria Januária, Terezinha de Jesus, Elenice Carvalho Duarte e Veronica Karvat, respectivamente;

3324, encaminhando os primeiros termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e Fazenda, com os Municípios que mencionam;

3326, encaminhando termos de rratificação a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo

e da Fazenda, com os Municípios que mencionam;

3327, encaminhando o primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Mirim Doce;

3334, solicitando a prorrogação, até 31 de dezembro de 1998, da licença concedida pelo Decreto Legislativo nº 16.699, de 25 de janeiro de 1996, possibilitando que o senhor Governador e Vice-Governador possam ausentar-se do País com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai;

3335, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de São José do Cerrito, com sede e foro no Município de São José do Cerrito;

- de autoria do senhor Deputado Francisco Küster, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Pesca Independente - CCPI, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

OFÍCIOS NºS:

007/98, do senhor Diretor-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, solicita a rápida tramitação do Projeto de Lei nº 006/98;

083/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, solicita, na forma do disposto no art. 42, § 1º, da Constituição Estadual, licença para que seja processado o senhor Deputado Hans Fritsche que está sendo processado na Comarca de Trombudo Central;

291/98, do senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhando cópia do Requerimento aprovado em sessão Plenária, de autoria de vários senhores Deputados;

843/98, do senhor Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Presidência e Assistência Social, comunicando a celebração de Aditivos ao Convênio firmado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e o Estado de Santa Catarina;

274/98, do senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, comunicando que foi firmado o convênio nº 041/97, entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família de Santa Catarina;

279/98, do senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, comunicando que foi firmado o convênio nº 042/97, entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos

Humanos e a da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família de Santa Catarina.

280/98, do senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, comunicando que foi firmado convênio nº 048/97, entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina;

463/98, do senhor Deputado Federal Valdir Colatto, encaminhando cópia de Ofício expedido ao Presidente do BNDES, solicitando um prazo de espera para pagamento das dívidas dos suinocultores;

735/98, do senhor Deputado Federal Valdir Colatto, encaminhando cópia de Ofício expedido ao Presidente do BNDES, solicitando um prazo de espera para pagamento das dívidas dos suinocultores;

735/98, do senhor Senador Esperidião Amin, encaminhando cópia da carta enviada ao Ministro dos Transportes, solicitando atenção especial para o pleito referente à pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a BR-282 (ponte do Canoas), até o entroncamento com a BR-470; 1097/98, da senhora diretora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia do acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 97.006640-6, da Capital, impetrado pelo senhor Onofre Santo Agostini;

1098/98, da senhora Diretora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia do acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 97.007970-2, da Capital, impetrado pelo senhor Dr. Paulo Afonso Evangelista Vieira;

1195/98, do Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, encaminhando cópia dos convênios MMA/SRH, celebrados entre este Ministério e o Governo desse Estado;

FAX:

- do senhor Secretário de Assistência à Saúde, do Ministério da Saúde, reportando-se ao fac-símile nº 0094.0/98, solicitando maiores esclarecimentos acerca do assunto tratado no expediente mencionado;

- do Conselho Superior da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, comunicando que foram remetidas correspondências aos nossos Parlamentares no Congresso Nacional, informando a preocupação da classe quanto ao Projeto de lei nº 3.285/92, dando nova definição à Mata Atlântica;

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, conforme Requerimento nº 064/98, a presente sessão ordinária será suspensa até as 16h, para que seja procedida uma atividade especial da Comissão de Saúde, com a

finalidade de expor a real situação do teto financeiro relativo aos recursos federais que o Estado de Santa Catarina recebe para a Saúde, bem como esclarecer quais são os critérios de distribuição dos mesmos.

O requerimento foi apresentado pelo Deputado Volnei Morastoni e aprovado por unanimidade nesta Casa Legislativa.

Suspendo a sessão ordinária até as 16h e convido o senhor Deputado Volnei Morastoni para presidir a atividade especial de debates da Comissão de Saúde, fazendo a composição da Mesa, conforme programado.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos da sessão ordinária desta segunda-feira.

Ao mesmo tempo em que cumprimentamos todas as pessoas que participam deste importante debate sobre a Saúde, nós faremos uma consulta aos senhores Líderes partidários.

A Mesa encaminha no sentido de retirarmos todas as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia desta segunda-feira, a fim de serem incluídas na sessão da terça-feira, para que possamos encerrar esta sessão para possibilitar a continuidade do debate que estava sendo travado no âmbito da Comissão de Saúde.

Consultamos as Lideranças sobre nossa proposta.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, nós concordamos porque achamos que é um assunto importante que a Casa está discutindo no dia de hoje e não podemos perder a oportunidade de discutir com os senhores Deputados Federais e Senadores.

Eu concordo que a matéria da pauta

da Ordem do Dia fique para amanhã, dando prosseguimento a esta reunião tão importante para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PMDB, queremos cumprimentar o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, e entendemos que pela relevância da matéria, pela presença de tão ilustres convidados, essa questão deve continuar hoje, ficando as matérias da Ordem do Dia para a sessão ordinária de amanhã.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, nada em contrário, acho que a solução é a melhor possível, o assunto é de relevante importância e o PPB concorda plenamente com a suspensão para o dia de amanhã da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PDT, ao tempo em que parabenizamos a Comissão de Saúde e as Lideranças que aqui se encontram, somos favoráveis que se suspenda a Ordem do Dia para que continuemos esse debate tão importante que se está travando na Casa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, acho que não podemos perder essa oportunidade e o nosso total e restrito apoio ao encaminhamento que V.Exa. está dando, a fim de aproveitarmos o máximo a presença dos três Senadores, dos Deputados Federais, dos nossos representantes em Brasília, das comunidades que representam os problemas da Saúde aqui na Assembléia.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, concordamos plenamente.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Com respeito a todos os presentes, apesar de um tema tão polêmico e palpitante, aproveitamos o ensejo para lembrar a todos os Membros da Frente Parlamentar do Cooperativismo que às 18h teremos uma reunião no Plenarinho, a fim de discutirmos dois temas importantes.

Aproveito para convidar o Deputado Valdir Colatto, que faz parte da Frencoop nacional, e o Deputado Hugo Biehl, se puder estar presente, será um prazer muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Antes de encerrar a presente sessão ordinária, anunciamos a pauta de votações para a sessão ordinária de amanhã, terça-feira. Todas as matérias que estavam incluídas na pauta da sessão de hoje, acrescidas ainda da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 09/97, da votação do parecer pela admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 04/95, da discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 02/96 e Requerimentos de nºs 112 e 119, de autoria do Deputado Odacir Zonta, 123 e 124, de autoria do Deputado Afonso Spaniol, 125 e 126, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, 127, de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, e o pedido de informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem ao senhor Governador Ivo Silveira.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 30 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Meres - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Solicito ao senhor Deputado Volnei Morastoni que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Boa-tarde! Neste momento a sessão ordinária desta Casa fica transferida para uma sessão especial da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para tratarmos sobre o requerimento que ensejou tal reunião.

É com imenso prazer que a Comissão de Saúde realiza esta reunião, com o objetivo de debater sobre o teto financeiro que o Ministério da Saúde repassa para o Estado de Santa Catarina e quais as suas repercussões sobre os tetos financeiros dos Municípios catarinenses.

Havíamos convidado para esta reunião um representante do senhor Ministro da Saúde, que na semana passada, quarta-feira, em contato com esta Casa, comunicou da impossibilidade de comparecer bem como de indicar outro representante em função da situação de interinidade que ocorre naquele Ministério.

Convidamos muito especialmente vários outros representantes para esta reunião, como o Secretário Estadual da Saúde, o qual convido para compor a mesa, e os Deputados Federais e Senadores catarinenses que compõem o Fórum Parlamentar de Santa Catarina no Congresso Nacional, em Brasília.

Até o momento temos aqui os Deputados Federais Dércio Knop, Serafim Venzon e Hugo Biehl. Convido os Deputados Federais nominados e outros que estiverem chegando para participarem da mesa dos trabalhos desta reunião.

Também foram convidados o

Conselho de Secretários Municipais de Saúde, todos os Secretários Municipais da Saúde de Santa Catarina e os Prefeitos.

Encontram-se presentes os Deputados Estaduais Eni Voltolini, Idelvino Furlanetto, Lício Silveira, e Odacir Zonta.

Convidamos também para participar desta reunião o Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Santa Catarina, a Associação Catarinense de Hospitais, os membros da Comissão Intergestores Bipartite, todas as Câmaras Municipais do nosso Estado, o Fórum Popular de Saúde.

Qual o objetivo desta reunião? Sabemos que a saúde atravessa uma situação muito difícil em todo o Brasil. Nas últimas semanas tem ocorrido uma série de reuniões do Conselho Estadual dos Secretários Municipais da Saúde, da Comissão Intergestores Bipartite com Secretários Municipais da Saúde pelo fato do teto financeiro previsto no orçamento da saúde do Ministério da Saúde para o Estado de Santa Catarina para 1998 ser de um valor e aquilo que seriam os recursos financeiros necessários para o Estado implementar o PAB (e as variáveis do PAB, implementar a parte dos exames especializados, de toda a parte ambulatorial, das internações hospitalares), quer dizer, aquilo que seria necessário, estar em

defasagem, pelos cálculos.

Este é também um dado que vamos precisar esclarecer, porque temos ouvido algumas variações de valores, mas pelo que me consta, ao Estado de Santa Catarina estaria previsto em torno de R\$13.000.000,00 a menos do que necessariamente precisaria receber em 1998 para que o Estado e os Municípios possam dar conta dos seus serviços, das suas ações de saúde, que têm como responsabilidade perante o povo de nosso Estado.

Portanto, em função dessa eventual defasagem prevista de recursos no teto financeiro estadual, as reuniões que se sucederam a partir do Conselho de Secretários Municipais da Saúde, do Conselho Intergestores Bipartite e a Secretaria Estadual de Saúde aventaram a possibilidade de se efetuar cortes aos Municípios em relação aos tetos financeiros dos mesmos.

Estando presente como Presidente da Comissão de Saúde desta Casa nas reuniões mencionadas, pudemos constatar o clamor dos Secretários Municipais da Saúde, eis que os Municípios já estão no seu limite. Como disseram em diversas oportunidades, os Municípios não tem mais gordura para cortar, já estão cortando músculo, já estão no osso.

Então, fazia-se necessário trazer essas informações, muito especialmente aos Deputados Federais do nosso Estado que compõe o Fórum Catarinense e também aos Deputados Estaduais, além de dar um conhecimento mais amplo a toda sociedade catarinense, para que possamos (e acredito que haverá um encaminhamento nesse sentido no final desta reunião) juntar esforços suprapartidariamente e nos mobilizarmos (o Fórum Parlamentar Catarinense da Assembléia Legislativa do Estado, o Governo do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, o Conselho dos Secretários Municipais da Saúde, os demais segmentos que deveremos incorporar nessa grande cruzada) junto ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde para que se impeça esse corte que se vislumbra nos recursos para o nosso Estado.

Nesta reunião, o Secretário Estadual da Saúde, Dr. Carlos Schoeller, poderá expor essa situação, bem como, da parte do Estado, se em alguma eventual situação se concretizasse esse corte mencionado da parte do próprio Estado, qual que seria a sua posição.

Então, antes de dar início ao tema propriamente dito, aproveitamos para mencionar a presença também do Deputado Federal Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, o qual solicito que componha a mesa. É muito importante que os nossos Deputados Federais e Senadores aqui presentes possam compor a mesa.

Estão presentes também os Deputados Estaduais Udo Wagner (da Comissão de Saúde), Lício Silveira, Norberto Stroisch, Vanderlei Rosso, Sérgio Silva (Vice-Presidente da Comissão de Saúde).

Nós licitamos uma série de representantes que fariam uso da palavra, e parece que houve um acordo com o Secretário Estadual para que ele falasse após os Secretários Municipais.

Então, podemos iniciar com o Dr. Carlos Schoeller, Secretário Estadual da Saúde, que vai falar durante quinze minutos, que foi o tempo que ele nos solicitou para expor a situação. Em seguida, vamos ouvir a Presidente do Cosems, Adelianna Dal Pont.

O Conselho de Secretários Municipais escolheu hoje pela manhã mais dois Secretários Municipais para fazer uso da palavra: o Dr. Celso Della Giustina, de Rio do

Sul, que é também membro da Comissão Bipartite, e o Dr. Edson, Secretário da Saúde de Blumenau.

Na sequência, o Fórum Parlamentar Catarinense, a Associação Catarinense de Medicina e a Associação Catarinense dos Hospitais também terão um tempo para se manifestar.

Como o nosso tempo é exíguo, nós vamos ter que estabelecer um tempo de três ou cinco minutos para essas manifestações, e se houver possibilidade iremos franquear a palavra a outros representantes.

Naturalmente que vamos ter que garantir a palavra aos nossos Deputados Federais e aos Deputados Estaduais em função do próprio objetivo desta reunião, que é obter esse empenho coletivo de toda essa representação do Parlamento catarinense e dos Parlamentares Federais para gestões que deverão acontecer em nível do Ministério da Saúde.

Isso é muito importante, porque pude perceber nas reuniões que participei junto ao Conselho de Secretários Municipais da Saúde e junto também a uma reunião da Bipartite, que os Secretários Municipais estavam ansiosos por uma reunião como esta, onde pudessem ter a presença dos Deputados Federais, dos nossos Senadores, dos Deputados Estaduais para poderem passar as informações sobre essa situação, essa realidade, e poder daqui tirar compromissos de encaminhamento, porque a Saúde no nosso Estado não pode ficar prejudicada.

Portanto, passo a palavra ao Dr. Carlos Schoeller, Secretário Estadual da Saúde, durante quinze minutos, para que faça a sua exposição.

O DR. CARLOS SCHOELLER - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde; os Deputados Estaduais e Federais aqui presentes; os Secretários Municipais da Saúde, a Presidente do Cosems, Dr^a Adelianna Dal Pont; os Presidentes da Associação Catarinense de Medicina, da Federação dos Hospitais de Santa Catarina; os diretores da Secretaria do Estado, enfim, todos os presentes.

Quero dizer a todos vocês que realmente a situação é preocupante. Nós, durante o ano de 97, tendo feito um extenuante serviço de pactuação entre Municípios e Secretarias de Estado, conseguimos alguns avanços e alguns retrocessos no setor de Saúde. E isso culminou com uma alteração, sob forma de portarias, da fórmula como se calcula o teto estadual. Cito isso porque não aconteceu exclusivamente aqui no Estado, houve na verdade um contingenciamento de mais de 1,9 bilhões de dólares no orçamento do setor de Saúde para o Brasil.

Aqui há dois aspectos: se por um lado nós evoluímos muito com a implantação do PAB (Piso de Atenção Básica), por outro lado a retirada do contingenciamento desse dinheiro fez com que, segundo dados colhidos da Internet, analisados pelo Conselho de Secretários Municipais da Saúde, os orçamentos de 1996/97, se comparados com o de 95, incorrigidos, apresentassem um resultado constrangedor. De 95 para 96 houve uma perda de 18%, e comparando-se 95 com 97, vemos uma perda de 10% no orçamento do setor saúde.

No orçamento executado de 97, des-tacam-se despesas com o pagamento de uma dívida de 1,7 bilhões de dólares, que na verdade não foram aplicados no setor saúde, foram pagos de uma dívida contraída junto ao FAT, e portanto não é aplicação real no setor saúde.

O fato do Conselho Nacional de

Saúde e do Congresso aprovarem o orçamento, vocês todos sabem que isso não significa que obrigatoriamente ele vai executar, isso é decidido no segundo e no terceiro escalão. Em 1997, por exemplo, o orçamento aprovado foi de 20,4 bilhões de reais; liberados pós bloqueio 19,2 bilhões de reais; empenhados 18,8 e efetivamente 17,6 bilhões de reais.

Então, isso significa que nós tivemos, em nível de Brasil, uma redução que vou ilustrar aos nobres Deputados depois sob a forma de gráficos. E assim por diante o dinheiro, inclusive o da CPMF, que foi integralmente gasto no setor saúde, foi tirado de outros itens orçamentários.

Então, o drama no Estado de Santa Catarina nós vamos apresentar a todos vocês. Já tem uma carta do Cosems, uma carta da Secretaria da Saúde, e peço a ajuda de todos, de toda a sociedade, de todo mundo, para que se mobilizem, porque nós precisamos, no mínimo, para fechar as contas - não as da Secretaria de Estado, entenda-se bem, mas as contas do Estado com o setor saúde, onde cada Município pactuou sua produção, onde cada Município trabalhou nisso -, de 13 milhões de reais/ano. E nós precisamos um ideal de no mínimo 33 milhões de reais.

(Projeção de slide)

Então, essa é a simulação do teto financeiro, e ali a programação compactuada integrada.

Se colocarmos o mínimo dos mínimos possível, precisamos de R\$287.000.000,00 sem os incentivos. Comparem com aqueles 278, que é o nosso teto; esse é o básico para não precisar começar a amputar membros.

Agora, idealmente, precisamos de R\$312.000.000,00 para fechar toda a nossa programação. E essa é a linha que o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde está trabalhando, que foi em cima de uma programação pactuada, em que cada Município coloca à disposição de outros Municípios circunvizinhos o seu arsenal, a sua produção, o que pode fazer.

Isso representa um déficit de cerca de R\$33.000.000,00 num ano. É por isso que eu gostaria que os nossos Deputados Federais, os nossos Deputados Estaduais, os nossos Prefeitos, os nossos Secretários da Saúde participem dessa discussão profundamente. É essa a diferença que gostaríamos de brigar para que efetivamente tivéssemos esse teto, para que o setor saúde, pelo menos, mantenha-se melhor do que vem funcionando.

(Projeção de slide)

No Projeto Reforsus(?), foi o único dinheiro mais ou menos novo que veio para o Estado. Só coloquei o Projeto Reforsus porque, na verdade, no ano passado poucos convênios com o Ministério da Saúde foram honrados. Então, do Projeto Reforsus, dos R\$13.000.000,00 até o momento que tivemos, somente R\$3.300.000,00 vieram para o Estado.

(Projeção de slide)

Num comparativo bastante rápido a respeito dos três Estados da região Sul, tivemos (essa é a parte técnica, um pouco mais difícil de explicar) um grande incremento em tudo o que diz respeito à medicina básica.

(Projeção de slide)

Agora, quando comparados assistência ambulatorial e assistência de alto custo, vemos que o Estado de Santa Catarina não teve um incremento significativo. Na verdade, tivemos uma redução. Tivemos um grande incremento no PAB da ordem de quase

R\$10.000.000,00 por ano e agora tivemos uma redução justamente no serviço de média e alta complexidade.

Todos sabem que de uma hora para outra, por um decreto, por um desejo ou por uma lei, mesmo que ela seja cumprida, não conseguiremos reduzir o volume de doentes de um dia para outro. Precisamos de pelo menos algum tempo, precisamos reestruturar todo o serviço de assistência básica, de saneamento básico, precisamos continuar com nossos índices alto de vacinação para que tenhamos, num espaço breve de tempo, uma melhora na assistência à saúde. E consequentemente, não tenho dúvida, daqui a um, dois ou três anos poderemos conseguir uma redução no serviço de alta e média complexidade.

O problema é que da maneira como está acontecendo hoje nem vamos conseguir incorporar tecnologia nova, e já não estamos conseguindo; em segundo lugar não vamos conseguir fechar o Orçamento do Estado em relação ao setor saúde.

Eu quero dar mais alguns dados. Por exemplo, em nível federal, o Ministério da Fazenda arrecada e repassa ao Ministério da Saúde, de CPMF, 80% diretamente e 20% com retenção de FEF, que é repassado depois.

Em 1997, a CPMF arrecadou 6,9 bilhões de reais. Como proposta do Conselho Nacional de Saúde, e como era a proposta original, (eu conversei individualmente com todos os Deputados e tivemos longas discussões a respeito), esse dinheiro era para ser integralmente incorporado ao orçamento do Ministério da Saúde, ou seja, teríamos 20,4 bilhões de reais, que era o orçamento original de 1995, mais 6,9 bilhões de reais da CPMF.

Na verdade isso não aconteceu. Na verdade o que aconteceu é que o Ministério da Saúde, no ano passado, realizou um orçamento de apenas 17,6 bilhões. O resto foi usado para pagar essas dívidas do FEF e o restante foi usado como retirada de orçamento de outras fontes orçamentárias, ou seja, deu-se com uma mão e retirou-se com a outra.

Isso agora para nós está se tornando crucial. Nós estamos observando há um ano e meio uma NOB, que foi aprovada em 1996 pelo Congresso e foi colocada em implantação em 1996. A NOB é uma Norma Operacional Básica que as relações entre Secretarias, Ministério e Secretarias Municipais de Saúde.

Nós vamos já para o segundo aniversário da NOB 96 sem a implantação da mesma, ou seja, ou nós agora nos mobilizamos, com a ajuda de todos vocês, para que esse dinheiro seja definitivamente incorporado ao setor Saúde, ou nós vamos ter problemas extremamente sérios no que diz respeito ao financiamento federal do setor Saúde do Estado de Santa Catarina.

Vai ter que caber a ingrata tarefa de cortes à Comissão do Conselho Intergestor Bipartite, que é uma comissão mista, formada por Secretários Municipais de Saúde e por técnicos da Secretaria. Nós, muito honestamente, não gostaríamos que acontecesse qualquer tipo de corte, inclusive vou pedir licença para a Carmen, para citar o exemplo de Lages.

A Carmen tem como teto do Município de Lages R\$600.000,00. No ano passado, durante 1997, ela recebia R\$600.000,00 do teto municipal, mais 25% referente ao atrasado que o Governo estava devendo, que significava mais R\$150.000,00, e mais 25% referentes aos 25% que estavam em dia.

Isso totalizava para Lages, em 1997, durante o ano todo, R\$900.000,00 por mês no setor Saúde. Neste ano, na melhor das hipóte-

ses, ela vai receber R\$750.000,00 por mês. Se o sistema funcionava com muitas restrições com R\$900.000,00, com R\$750.000,00 por mês nós vamos ter problemas sérios. O mesmo exemplo se aplica a Blumenau, Joinville ou a qualquer cidade do Estado que já esteja em gestão semiplena. Nós tivemos de imediato essa não-incorporação dos 25% que estavam em atraso.

Finalmente, quero deixar claro aos senhores Deputados que vamos precisar do empenho de todos na alteração urgente da tabela do Sistema Único de Saúde.

Uma das coisas que me credenciou estar aqui hoje foi o fato de eu ter sido Diretor de hospital. Inclusive, falei demoradamente com muitos Prefeitos a respeito de hospitais, com o Presidente da Federação dos Hospitais, com o Presidente da Associação Catarinense de Medicina, dizendo que não temos mais condições de comprar serviços da área médica, quando a consulta vale R\$2,54.

Não temos como manter as portas abertas dos hospitais do interior, e isso não fazendo nenhum tipo de demagogia. Eu desafio qualquer um dos senhores que consiga dar casa, comida, enfermagem e medicação por uma diária média de R\$4,50.

Hoje seria muito mais barato para qualquer um de nós fazer turismo e utilizar as dependências de hospitais, pagando até o dobro dessa tabela, porque é isso que o Sistema Único de Saúde hoje repassa. E se não tivermos uma discussão profunda em relação a isso, eu tenho quase a convicção de que 295 hospitais que existem no Estado de Santa Catarina, se não tiverem a ajuda da comunidade, do Governo do Estado ou da Prefeitura, não terão condições de prestar um serviço de qualidade, que é o que todos nós queremos.

(Projeção de slide)

Isso aqui, em verde, seria o total de recursos da Saúde somados aos recursos estaduais e federais. E isso em vermelho seria o total dos recursos estaduais, que têm uma leve tendência ao aumento, se colocando em torno de 7% do Orçamento do Estado para o setor Saúde.

Quando somados com os recursos federais, vimos a queda, que eu mencionei para vocês, de 1995 a 1998. Eu não preciso dizer que esses valores são absolutos, que não são corrigidos. Isso significa que em 96 e 97 o volume de investimentos caiu cada vez mais na área federal.

Então, esse é o momento que nós estamos vivendo. Nós temos certeza de que vamos conseguir sensibilizá-los para que consigamos, pelo menos, ter esses valores restabelecidos o suficiente para que consigamos fechar a programação pactuada integrada de todo o Estado, onde trabalhamos quase dois anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Aproveitamos para registrar a presença do Deputado Federal Paulo Bauer e do Senador Wilson Kleinübing. Convidamos ambos a participarem da mesa dos trabalhos.

Enquanto a Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde se prepara para falar em nome dos Secretários Municipais, gostaria de registrar que o Deputado Federal Neuto De Conto justifica a sua ausência em função de uma viagem.

O Deputado Federal Vânio dos Santos teve um problema com acidente de carro, por isso, está impossibilitado de comparecer.

O Deputado Milton Mendes de Oliveira também estava se dirigindo para cá

quando recebeu a informação de que uma irmã faleceu, por conseguinte, teve que se deslocar para Criciúma.

A partir desse momento, vamos ter que restringir o tempo de falação, em função da grande quantidade de pessoas que querem se pronunciar.

Com a palavra a Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, senhora Adeliana Dal Pont.

A SRA. ADELIANA DAL PONT - Gostaria inicialmente, na condição de Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, que foi criado para que nos uníssemos numa luta conjunta em defesa da saúde da nossa população, agradecer a esta Casa, na pessoa do Deputado Volnei Morastoni, que viabilizou e que está dando esta oportunidade a todos nós, Secretários, para que possamos conversar com os nossos Deputados, colocando as nossas dúvidas e os nossos problemas.

Gostaríamos de dizer aos senhores Deputados que estamos precisando da ajuda política, da representação política que vocês têm. Por mais que nos unamos, não temos encontrado forças e nem eco no Ministério da Saúde para que esses problemas do nosso Estado sejam resolvidos.

Para que eu consiga ser um pouco mais sucinta, vou pedir licença a todos vocês para ler algumas considerações do Conselho de Secretários.

(Passa a ler)

"O Sistema Único de Saúde vem sendo submetido constantemente a limitações de financiamento. E isso se constitui num grande motivo de preocupação para os gestores municipais do sistema.

Temos preocupação, porque sabemos que, apesar da mídia contrária e das deficiências que ele ainda apresenta, o SUS é a maior conquista de cada cidadão brasileiro em termos de saúde pública. Nosso papel, enquanto profissionais, autoridades representativas, gestores e cidadãos, é o de defendê-lo e melhorá-lo.

E não é sem razão: todos ainda lembram que no Brasil até bem pouco tempo atrás só tinha acesso ao Sistema Único de Saúde quem possuísse a carteira de benefício. O SUS, felizmente, corrigiu essa injustiça com a universalização do atendimento aos cidadãos. O acesso aos serviços públicos de saúde passou a ser garantido a todos constitucionalmente. E não temos dúvidas de que hoje passa por nós a responsabilidade de mantê-lo.

É por acreditar na viabilidade desse sistema e zelar pela saúde cidadã, pela saúde de todos, que o Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina entende que precisamos buscar reforços ao SUS e reunir defesas para torná-lo menos frágil do ponto de vista do financiamento.

Os Municípios não podem concordar com a redução de recursos ou de serviços, porque somos responsáveis pela saúde de nossa população, que é quem de fato acaba prejudicada. E se não fizermos alguma coisa, é isso que vai acontecer, já que está faltando dinheiro para a Saúde em Santa Catarina.

O montante que a Saúde do Estado precisa hoje é de pouco mais de R\$290.000.000,00, no entanto, o Ministério da Saúde já fixou um total de apenas R\$278.000.000,00.

Se persistir o atual orçamento, vão faltar aproximadamente R\$12.000.000,00 para o custeio das ações ambulatoriais especializadas como exames laboratoriais, radiológicos, tratamentos especializados e

internações hospitalares. A falta de recursos neste momento obrigatoriamente resultaria no corte de serviços, prejudicando os usuários.

O Cosems, que sempre defendeu a definição de financiamento estável à Saúde, acredita e defende que é preciso negociação para que se evite mais uma agressão ao SUS e à população que dele necessita.

Estamos vendo a crise financeira por que passa o SUS, mas acreditamos que a saída para ela passa por pontos como:

Financiamento definido e definitivo, o que se concretiza na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 169 - do Deputado Eduardo Jorge e outros, que defendem a inclusão na Constituição de que deva ir para a Saúde, no mínimo, 30% dos recursos da Seguridade Social e, no mínimo, 10% dos orçamentos próprios da União, Estados e Municípios.

Descentralização urgente como caminho para melhorar a eficiência e eficácia das ações. E em nível estadual é imprescindível que o Ministério da Saúde reanalise o orçamento, disponibilizando os R\$290.000.000,00 necessários para de imediato evitarmos redução de serviços à população.

Isso só terá chance de ser viabilizado se houver uma grande união, uma grande mobilização de todos nós, dos Senadores aos Secretários Municipais de Saúde."

Estamos clamando que essa união se concretize, que essa mobilização aconteça, eis que ela é fundamental para todos nós que estamos à frente de um serviço dramático de Saúde da nossa população.

Usamos a palavra inicialmente para tentar sensibilizá-los dessa necessidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço, Senhora Adeliãna, Secretária Municipal de São José e Presidente do Cosems.

Gostaria de reiterar o convite ao Senador Vilson Kleinübing, para que pudesse nos dar a honra de estar presente à mesa. Ao mesmo tempo gostaria de registrar a presença dos senhores Deputados Estaduais Reno Caramori, Francisco Küster, Pedro Uczai, Hans Fritsche, Gilson dos Santos, Herneus de Nadal, Leodegar Tiscoski e Júlio Teixeira.

Passo a palavra, então, ao Secretário Municipal de Rio do Sul e membro da Comissão Intergestores Bipartite, Celso Della Giustina.

O SR. CELSO DELLA GIUSTINA - Senhor Presidente e senhores Deputados, senhor Senador, Deputados Federais, Prefeitos Municipais, colegas Secretários, vamos tentar neste exíguo espaço de tempo colocar a situação de uma maneira extremamente prática.

O Orçamento Federal para Santa Catarina é dividido em três fatias. Uma destinada àquilo que o nosso Secretário da Saúde colocou, que é para o Piso de Atenção Básica, chamado PAB. Estes recursos devem ser aplicados prioritariamente nas ações preventivas e básicas, não fazendo mais do que quarenta procedimentos dentro de um universo de setecentos procedimentos hospitalares e de ambulatórios que nós temos.

Uma segunda fatia que é destinada à assistência especializada em nível ambulatorial, que é para os exames de maior complexidade, os raios X, exames de laboratório, ressonâncias magnéticas, tomografias, tratamentos especiais, etc; e uma terceira fatia é destinada aos gastos que se tem com os recursos hospitalares.

Muito bem, o Governo Federal, com a implantação da nova política de se incrementar a prevenção, destinou outra parcela do PAB, em 1998, aos Municípios catarinenses, 51 milhões e alguns mil reais, para que pudessemos dar assistência ao PAB, e sobram 226 milhões para a assistência especializada e para as assistências às internações.

Nós fomos buscar os dados na Data-SUS para ver quanto Santa Catarina gastou com esses serviços no ano que passou, e o que encontramos foi que Santa Catarina gastou, com todas as dificuldades, 239 milhões na área de assistência especializada em internações hospitalares.

Portanto, R\$12.375.000,00 a mais do que o Orçamento alocado para o ano de 1998. E eu pergunto aos senhores Deputados: se nós que já tínhamos uma grande dificuldade em poder dar assistência especializada aos nossos usuários, se nós estamos contentes com a fila de espera, pois todo dia pessoas batem às portas dos seus gabinetes, solicitando radiografias, consultas especializadas porque estão sendo marcadas para daqui a sete ou oito meses, porque não se tem recursos, então, como é que nós, com 12 milhões a menos, ficaremos na assistência especializada aos nossos usuários? Mudar o investimento na Saúde - como diz o Secretário - por uma ação ministerial?! É difícil.

É certa a política de investimento à prevenção? É certa, mas é preciso que se garanta, pelo menos, aquilo que se gastou no ano anterior, porque a persistir isso, nós, os Secretários Municipais, é que teremos que dizer aos nossos usuários: não temos tomografia, tratamento para o câncer, para raio X especial, não podemos liberar arteriografia; a sua cirurgia das varizes só será efetuada no ano que vem, e aí nós é que seremos os incompetentes.

Senhores Deputados Estaduais e Federais, senhores Senadores, somente com a união da classe política, numa pressão efetiva junto ao Ministério da Saúde, é que conseguiremos reverter esse quadro.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Dr. Celso, e passo a palavra ao Dr. Edison Adriano, Secretário Municipal de Saúde, de Blumenau.

O SR. EDISON ADRIANO - Senhor Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, Deputado Volnei Morastoni, senhores Deputados Estaduais e Federais, Senador Vilson Kleinübing e minha Presidente, Companheira Adeliãna, demais autoridades.

Estamos aqui presentes, e não importam nossas diferenças partidárias, pois esse movimento é suprapartidário, porque temos em comum a crença no Sistema Único de Saúde. Temos em comum a crença de que o SUS é um processo social em construção e não pode ser detido, nem destruído.

Queremos aqui, hoje, apresentar o nosso repúdio ao desfinanciamento do direito à vida e à saúde.

(Passa a ler)

"Virou moda autoridades federais irem para a mídia com o discurso antigo e surrado que os problemas da Saúde estão, todos, na corrupção e no mau uso dos recursos.

É um discurso cômodo, fácil e cai bem. Tira de sobre si qualquer culpa. Descarrega sobre o conjunto de prestadores toda a carga de ira do coletivo não atendido. Quando se fala em prestadores entenda-se o englobamento dos serviços de saúde públicos

dos Estados e dos Municípios e todos os contratados privados, lucrativos ou filantrópicos.

Joga sobre serviços e profissionais da ponta, pára-choques da sociedade, toda a culpa pelo que de mal existiu, existe ou existirá na Saúde. Confunde-se causa e consequência. Misturam-se os maus e incompetentes, uma minoria que comprovadamente existe, com bons, honestos, comprometidos e eficientes.

Esta confusão proposital pretende esconder o descompromisso da União, comandada (perdoem-me o termo) por verdadeiros 'social-killers', com o financiamento da Saúde como direito do cidadão, adquirido e conquistado pela sua escolha de financiar as três áreas da seguridade social - saúde, previdência e assistência social -, através de impostos e contribuições.

Os números não podem mentir. O que mais lamentamos é que boa parte das pessoas não têm acesso à compreensão desses números. Consequentemente têm suas cabeças feitas pelos discursseiros do 'já ganhou', do 'somos os melhores', do 'vamos governar por quatro décadas', etc.

Existe a determinação constitucional da Saúde ser financiada, direta e indiretamente, pelo cidadão através dos impostos pagos às três esferas de Governo e através das contribuições sociais sobre a folha, o lucro, o faturamento e os concursos prognósticos, recolhidas pelo Governo Federal e devidas às três esferas de Governo.

Isto vem sendo descumprido sistematicamente há anos. Os recursos vêm sendo usados para outras áreas. Além disso, havia determinação legal, até dezembro de 1995, de que no mínimo 30% desses recursos das contribuições sociais devêssem ser dedicados à Saúde. Não foi cumprida a lei, e a média histórica pós constitucional foi de 20%.

O céu já está nublado para a Saúde, e os radares apontam à frente para nuvens cada vez mais densas e perigosas.

A política neoliberal está empurrando a saúde dos brasileiros para as mãos do mercado, caminhando na contramão da história, num mecanismo de uma política errada norte-americana (só Brasil e USA estão defendendo esse sistema de planos e seguros de saúde, quando alguns países de Primeiro Mundo, já estão de volta, lamentando o tempo perdido em caminhos errados)."

Nós não podemos deixar também de apontar neste momento, como Secretários Municipais de Saúde, porque estamos, onde já disse uma vez o velho Deputado Ulysses Guimarães, onde o cidadão mora, porque o cidadão reside no Município.

Não podemos, de forma alguma, deixar de criticar o descompromisso do Estado de Santa Catarina em aumentar os seus recursos orçamentários próprios para a aplicação no setor Saúde. É necessário que o Estado de Santa Catarina chegue a 10% do seu orçamento pelo menos para o setor Saúde. E é necessário que se faça um trabalho gigantesco em tentar distribuir igualmente, pelas regiões de Santa Catarina, esses recursos. Sabemos hoje que a contrapartida do Estado está concentrada em poucas regiões de Santa Catarina. Mas a luta é com recurso federal.

Nós acreditamos que o Sistema Único de Saúde tem saída, tem saída, sim, para hoje, para sempre!

(Continua lendo)

"As saídas passam por alguns pontos:

1) Financiamento definido e definitivo e que se concretiza na aprovação da PEC-169, dos Deputados Eduardo Jorge e Valdir Pires, que defendem a inclusão na

Constituição de que deva ir para a Saúde, no mínimo, 30% dos recursos da Seguridade Social e, no mínimo, 10% dos orçamentos próprios da União, Estados e Municípios;

2) Descentralização urgente como caminho para melhorar a eficiência e eficácia com a colocação das necessidades perto do Poder;

3) Controle social colocando cada cidadão (usuário, prestador ou administrador público) como controlador do Estado e sociedade, para que estes o servissem e não lessem seus interesses, muito especialmente o direito à vida e à saúde.

O próprio Piso de Assistência Básica - PAB - aqui falado hoje, se encontra, apesar de significar um avanço em termos de filosofia da gestão da Saúde, seguramente, R\$0,8 por habitante/mês, o que é uma destinação vergonhosa.

Portanto, senhores Deputados Estaduais, Federais e Senadores, nós estamos aqui para tentar sensibilizar realmente a nossa classe política para participar e lutar, porque está, com certeza, nas mãos dos senhores a reversão de um momento caótico.

Posso, pessoalmente, dar um testemunho por trabalhar a prática clínica diária. Os nossos hospitais estão falidos. Recentemente visitamos Laguna e encontramos uma UTI fechada. O Hospital Regional de Joinville está com dificuldades na sua emergência. Os hospitais públicos de Santa Catarina estão com redução acentuada no seu número de vagas.

Esta situação não pode continuar acontecendo. Os números já foram exaustivamente citados. Como exemplo, citamos o Orçamento de Porto Alegre, só da cidade de Porto Alegre, que é maior do que o nosso Estado. E por que isso, senhores Deputados e Senadores? Porque nós precisamos nos mobilizar politicamente para reverter essa situação.

Esse é o apelo fundamental que a classe médica catarinense traz à Casa de V.Exas.

Temos também que estar atentos a algumas questões do nosso Estado. O senhor Secretário da Saúde conviveu, em alguns momentos de 97, com a ausência de repasses de até três meses da Secretaria da Fazenda, inviabilizando os investimentos.

O Orçamento Estadual da Saúde precisa ser revisto, mas só poderá ser realizado no próximo ano. E quanto à execução do Orçamento de 98, deve-se ter uma atenção bastante importante.

Como também já foi falado, a Proposta de Emenda Constitucional nº 169 é fundamental para se conseguir viabilizar recursos para a gestão da Saúde. Os nossos cento e dez milhões de brasileiros convivem com um investimento em Saúde na ordem de noventa ou cem reais por habitante, o que é inviável para uma Saúde digna.

Portanto, senhores Deputados e Senadores, fica aqui mais um apelo. Isso tem que ser revisto. A nossa população está morrendo nas filas dos hospitais públicos. Reforçamos a nossa solicitação para que se mobilizem e caracterizem a Saúde como uma atenção suprapartidária, porque é fundamental neste momento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Dr. Remaclo, Presidente da Associação Catarinense de Medicina.

Com a palavra o Dr. Júlio - Fórum Popular de Saúde do Estado de Santa Catarina - por três minutos. Em seguida fará uso da palavra o Dr. Canésio - Associação Catarinense dos Hospitais.

Fazemos um apelo ao Dr. Júlio e ao Dr. Canésio para que se atenham ao tempo, porque estamos com o horário muito reduzido.

O DR. JÚLIO CÉSAR MARCHI - Senhor Presidente da Mesa, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Prefeitos, Secretários e demais autoridades aqui presentes, o Fórum Popular Estadual de Saúde, uma entidade que reúne representantes do Movimento Popular, Sindical e Pastoral de todo o Estado, não poderia deixar de estar presente num momento tão importante como este, onde se reúnem diferentes autoridades e movimentos suprapartidários, no sentido de superar uma situação emergencial, que é a falta, pelo que eu vi na exposição, de doze a treze milhões de reais.

O que o Fórum nesta hora se pergunta, e já vem denunciando há muito tempo, é por quanto tempo ainda teremos que fazer sessões como esta no sentido de tapar o sol com a peneira, de tentar estancar uma hemorragia muitas vezes com um pedaço de esparadrapo. Por quanto tempo ainda nós teremos que mendigar por recursos para a Saúde, bem como estabelecer novos impostos para recursos que já deveriam estar garantidos há anos e anos, como prevê a Proposta de Emenda Constitucional nº 169? Já não é tempo da Saúde ter recursos fixos em nível federal assim como tem em estadual e municipal, garantidos por lei, como prevê a proposta de emenda constitucional?

Se tivéssemos isso hoje, ou seja, essa proposta aprovada e não em uma gaveta como está hoje em Brasília, não seria necessária talvez esta reunião aqui hoje.

O Estado de justiça social, um bem estar coletivo, só acontecerá quando, pelo processo democrático, cada pessoa, cada cidadão assumir o controle da sociedade e do Estado pela participação ativa e pela consciência e prática plenas de deveres e direitos de sócio-proprietários das cidades, do País e do mundo."

Acreditamos no Sistema Único de Saúde. Por um Sistema Único de Saúde pleno, forte, universal e igualitário que respeite, acima de tudo, as diferenças sociais!

Viva o Sistema Único de Saúde!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Gostaria de registrar a presença neste Plenário dos Deputados Gervásio Maciel e Olices Santini.

Estão presentes também nesta sessão diversos Prefeitos Municipais, como: Manoel Izidoro dos Santos Neto, de Paulo Lopes; Geraldo Pauli, de Antônio Carlos; Ivo Antônio Paganini, de Arroio Trinta; Ademir Matos, de Braço do Norte; Valdir Mallmann, de Mondai; Milton Vitor Rosset, de Alto Bela Vista e Antônio Bavaresco, de Irani.

Com a palavra o Dr. Geraldo Azolini, Secretário Municipal de Saúde de Pinhalzinho, também membro da Comissão Intergestores Bipartite.

O SR. GERALDO AZOLINI - Inicialmente nossos cumprimentos ao Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, à Adelianna Dal Pont, Presidente do Cosens, ao Dr. Carlos, Secretário de Estado, aos Deputados Federais, ao Senador Vilson Kleinübing e aos Deputados Estaduais.

O Brasil vive num problema dramático, principalmente naquilo que se coloca na Lei nº 8.080 e na Lei nº 8.142, que falam do financiamento da saúde. Uma parte já aconteceu, que é a descentralização dos serviços e

das ações, isso os Municípios assumiram.

Nós, Secretários e Prefeitos, assumimos aquilo que está na Lei nº 8080, na Lei nº 8.142 e nas normas Operacionais Básicas de 92 a 96.

Estamos, sim, realizando as nossas ações básicas e assumindo ações especializadas nos Municípios. Outras instâncias estamos questionando nesta tribuna em nome dos Secretários Municipais que represento no Oeste de Santa Catarina.

Os Municípios, na sua grande maioria, vêm investindo não no seu orçamento, mas sim na sua arrecadação municipal, em torno de 15%, nas ações de saúde, assumindo também, além das ações básicas, que diz a Legislação, ações especializadas e ações de maior complexidade, que são os hospitais, principalmente o Hospital Regional na região Oeste de Santa Catarina, que muitas vezes não está sendo entendido, faltando prestação de serviços.

Por isso, neste conjunto de dificuldades, os Municípios estão fazendo a sua parte, mas precisamos que o Governo Federal e o Governo do Estado, no seu conjunto, com os Parlamentares, os Senadores, os Deputados Federais e Deputados Estaduais...

Estamos nós, Secretários Municipais e Prefeitos, na agonia. Se esse dinheiro que está faltando não vier, como podemos dizer para o cidadão, no posto de saúde, na Casa do Prefeito, na Casa do Vereador e na Casa do Secretário, que não vamos poder atendê-lo? É dramática esta situação. Precisamos, sim, que o financiamento que está colocado na Lei nº 8.142 se concretize. A descentralização de serviço só acontece porque os Municípios estão assumindo, alguns mais outros menos, mas precisamos, junto com a descentralização de serviço, que venha a descentralização do dinheiro.

Que o dinheiro caia na Conta do Fundo Municipal, pois o Prefeito, o Secretário e o Conselho Municipal de Saúde sabem aonde devem ser aplicados os recursos e sabem das necessidades do cidadão dentro dos Municípios.

Então, portanto, solicito apoio, empenho dos Deputados, Senadores para a aprovação da proposta de emenda constitucional já citada aqui, a 169, para que o Governo Federal, o Estado e os Municípios possam compor o financiamento na área de Saúde e nós sairmos dessa agonia.

Muito Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Secretário Geraldo.

Quero registrar também a presença do Senador Casildo Maldaner e convidá-lo para compor a Mesa.

O Sr. Deputado Udo Wagner - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu gostaria de sugerir, até em respeito a todos que nos visitam e pela importância do assunto, que V.Exa. entrasse em contato com o Presidente desta Casa para, no mínimo, estimarmos o prazo do início da reunião ordinária ou, senão, transformar esta sessão em sessão ordinária, para que todos possam se manifestar, tendo em vista a relevância do assunto.

Por isso coloco esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Udo Wagner, concordamos com a sua proposta. Inclusive, já havia

mantido contato prévio com o senhor Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta, até porque não é fácil conseguirmos reunir aqui, num fórum como este, toda esta representatividade dos Secretários Municipais de Saúde de vários Municípios do nosso Estado, Prefeitos Municipais e Deputados Federais.

Temos apenas uma disponibilidade rara, às segundas-feiras, de contarmos com o Fórum Parlamentar Catarinense, que tem uma agenda também bastante recheada de compromissos, e tantas outras entidades.

Então, embora nós tenhamos um tempo determinado aqui, às 16h, até este horário vamos gestionar com a Presidência, com a Mesa Diretora da Casa da possibilidade de podermos dar o encaminhamento para aproveitarmos ao máximo esta reunião, tirarmos os encaminhamentos necessários e também podermos ouvir ao máximo as representações aqui presentes.

Neste sentido, eu gostaria de encaminhar alguns pontos da seguinte forma: nós vamos ter, agora, um bloco com três entidades aqui representando a Associação Catarinense de Medicina - as entidades médicas, a Associação Catarinense dos Hospitais e o Fórum Popular de Saúde, que também rapidamente vão usar da palavra.

Eu faço um apelo especial para que este tempo seja de dois minutos, no máximo três minutos. Tem que ser realmente uma mensagem telegráfica, porque o tempo é exíguo, mesmo que tenhamos uma prorrogação.

Em seguida falarão os senhores Prefeitos Municipais presentes (nós temos vários Prefeitos Municipais). Talvez não seja possível conceder a palavra a todos os Prefeitos Municipais, então, gostaríamos que os senhores Prefeitos Municipais pudessem se entender entre si para que ao menos dois pudessem, rapidamente, em três minutos cada um, usar da palavra, pois seria importante esse depoimento de vocês. Na sequência, ouviremos os Deputados Estaduais e Federais e os nossos Senadores.

Portanto, eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Remaclo Fischer, que é o Presidente da Associação Catarinense de Medicina, por até três minutos.

O DR. REMACLO FISCHER (Presidente da Associação Catarinense de Medicina) - Boa tarde, senhor Deputado Volnei Morastoni, demais Deputados Estaduais e Federais, Secretário Carlos Dornelles Schoeller, Senador Wilson Kleinübing, Senador Casildo Maldaner, senhoras e senhores.

Mais uma vez estamos aqui discutindo questões da saúde. Cento e dez milhões de brasileiros dependem exclusivamente do SUS e é a eles que interessa, prezados Senhores, diminuir e reduzir o orçamento de um sistema que atende a nossa população.

Quem pode explicar isso num País que tem cento e dez milhões, eu repito, de pessoas que dependem exclusivamente dele?

Será que se pretende encaminhar esses cento e dez milhões para atendimento privado? E nós perguntamos: como?

Existe alguma intenção de sabotar talvez um dos melhores sistemas que nós temos, que é o Sistema Único de Saúde?

Nós tivemos em 97, como já foi falado, eu não quero me estender em números, uma nova redução do Orçamento da Saúde em nosso País.

O tão falado CPMF foi mais um engano à população brasileira. E nós não podemos mais conviver com este tipo de situação.

De maneira que eu acho que uma

das principais questões hoje a ser deliberada aqui é que aproveitemos este grande momento para não só conseguirmos os recursos hoje que estão faltando para a complementação do Orçamento de 98, como também conseguirmos com os diferentes Deputados, Senadores aqui presentes todo um bloco que garanta a aprovação dessa emenda, que garanta que o Brasil tenha uma saúde pública, para que não precisemos mendigar pela vida.

Que a gente não tenha, como está acontecendo agora em Roraima, depois de queimado quase 20% do Estado, que correr atrás do prejuízo; que daqui a pouco comece uma epidemia de dengue aqui no Estado; que a tuberculose continue crescendo, que mais mortes aconteçam.

Eu acho que é papel do político, do movimento popular e sindical adiantar-se para que sejam aplicados recursos dignos na saúde do povo brasileiro.

Os recursos existem, trata-se sim de bem aplicá-los; se não existissem não teríamos vinte milhões de dólares para socorrer bancos, como já foi feito no ano passado. Então, mais uma vez, conclamo a todos aqui presentes para que nós possamos criar esse bloco suprapartidário e garantir recursos fixos para a área da Saúde, não dependendo de migalhas e de recursos temporâneos ou impostos que ainda penalizam cada vez mais.

Lembramos que o SUS não é só importante para a população carente, para a população que hoje não pode pagar um plano. O SUS, hoje, é base, dá suporte inclusive ao setor privado, através das UTIs, dos serviços de alta complexidade, que muitos dos Secretários de Saúde dos Municípios hoje assumem. Inclusive a população que tem o seu plano de saúde, tem esse plano subsidiado pelo poder público, através do desconto do imposto de renda ou de subsídios diretos por parte do Governo Federal.

É bom lembrarmos que hoje recurso público trata de investir no público, fazendo de maneira correta, e vamos a Brasília lutar pelos nossos direitos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao Dr. Júlio, do Fórum Popular de Saúde. Enquanto passamos a palavra ao Dr. Canésio, da Associação Catarinense de Hospitais, eu quero registrar a presença do Senador Esperidião Amin, convidando também para participar da Mesa, e registrar também a presença dos Deputados Estaduais João Henrique Blasi, Gilmar Knaesel e também do Prefeito de Palmitos, senhor Elmo Fiegenbaum.

Antes de passarmos a palavra ao Fórum Parlamentar Catarinense e aos Deputados Federais e Estaduais, quero dizer aos senhores Prefeitos Municipais presentes que se desejarem usar da palavra podem se dirigir à assessoria da Mesa que estará à sua disposição, para que também possamos ouvi-los.

Registrarmos também aqui a presença de diversos Secretários Municipais de Saúde de nosso Estado, representantes de Secretarias Municipais e de outras entidades da área da Saúde, que é muito importante para a realização desse evento.

Com a palavra o Dr. Canésio, da Associação dos Hospitais de Santa Catarina.

O DR. CANÉSIO ISIDORO WINKELMANN - Deputado Volnei Morastoni, ao cumprimentá-lo, queremos cumprimentar também os demais Deputados, Senadores, senhoras e senhores.

Então hoje, através da explanação que o Secretário da Saúde nos colocou, temos uma prova concreta de que o chavão saúde não tem preço, ele caiu por terra. Saúde tem preço, sim, tanto é que para viabilizá-la nós necessitamos de um orçamento digno que hoje nós, hospitais, prestadores de serviço, não estamos recebendo. Sendo assim, não temos mais condições dignas, necessárias para receber o doente dentro das nossas instituições.

É muito difícil a gente se apresentar hoje na condição de um diretor de uma casa, de uma instituição de saúde. Deputados, é muito difícil essa nossa missão!

Aliado a isto nós temos algumas experiências boas, outras realmente drásticas. Nós chamamos a atenção para a municipalização, porque na maioria das vezes hospitais e Secretários, Prefeitos não se entendem. Não existe a mínima possibilidade de entendimento para que haja uma parceria.

Lembramos aqui que os hospitais mantêm suas portas abertas vinte e quatro horas durante o dia. A municipalidade normalmente das 8h às 18h.

Então, dentro disto aí, recai sobre nós instituições, de termos serviços dignos a um preço médio real de R\$4,50 (não vamos entrar no mérito da sua defasagem), onde nós, prestadores de serviços, já fizemos também a nossa cota de contribuição dentro de um sistema maior ao buscarmos recursos em outras áreas, em outros meios pagantes, que sejam outros convênios, a própria situação dos particulares, onde nós, instituições, financiamos o sistema SUS para quem não tem condições.

Dentro da gravidade de como se apresenta todo esse quadro, nós vamos lembrar que estamos na iminência de pararmos o atendimento via usuários do Ipescc.

Então, dentro da massa mais quinhentos mil usuários deverão, a partir do mês de abril, se juntar aos recursos, aos sistemas oferecidos pelo SUS. Dentro dos mesmos recursos, faltarão hoje na ordem de doze milhões por ano, mais ou menos.

Então, o Ipescc hoje está pagando em torno de cinquenta e cinco a sessenta milhões, está injetando esse dinheiro dentro do sistema, dentro da prestação de saúde, e se não houver um entendimento maior esses serviços fatalmente, a partir do dia 17 de abril, deverão ser interrompidos por falta de pagamento.

Então, para não nos alongarmos pedimos aos senhores Deputados e aos senhores Senadores presentes que nos ajudem. Nós estamos pedindo socorro! Do jeito que está e na iminência de um agravamento da situação atual, não é possível sobrevivermos. Os hospitais vão entrar numa quebraadeira geral. Temos aqui vários diretores de hospitais presentes que poderão confirmar.

É difícil as reuniões que fazemos pelo interior do Estado, onde os dados e os números são colocados na mesa; não precisa ser especialista do setor para dizer que com R\$4,50 não se tem condições de dar assistência integral a um paciente internado durante vinte e quatro horas.

Então, a nossa missão é difícil e necessitamos de socorro! Não só da questão do SUS, mas também um pedido de interferência desta Casa para encaminharmos a situação do Ipescc aos usuários do Ipescc. Lembramos que são mil e quinhentos usuários dentro do Estado.

Neste sentido, agradecemos a oportunidade da nossa participação e nosso sincero pedido de socorro encaminhado através da Mesa Diretora.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passo a palavra ao Prefeito de Arroio Trinta, senhor Ivo Paganini, e em seguida nós vamos passar a palavra ao Fórum Parlamentar de Santa Catarina, na pessoa do Deputado Valdir Colatto, que é o Presidente, Deputado Serafin Venzon, que é da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, e demais Deputados e Senadores presentes.

Com a palavra o senhor Ivo Paganini.

O SR. IVO PAGANINI - Quero cumprimentar os senhores Senadores presentes, os senhores Deputados Federais, o nosso Secretário da Saúde e, por extensão, todas as autoridades ligadas à Saúde, Secretários Municipais, senhores, senhoras e colegas Prefeitos.

Já foi dito aqui que os hospitais estão em estado de falência e estão pedindo socorro!

Eu vim aqui para dizer que também em função da falta de recursos para a saúde os pequenos Municípios, principalmente, também estão pedindo socorro.

Apelamos aos Deputados Federais, Estaduais, aos Senadores, aos Prefeitos para que façamos um esforço suprapartidário no sentido de que no mínimo seja triplicado o valor do retorno do SUS aos Municípios.

Não é mais possível o Município continuar com essa carga também na área da Saúde, porque agora vem o problema da Educação e da Saúde, todos precisam, e a assistência aos hospitais do interior e aos pequenos Municípios evita um grande número de deslocamento de pessoas para os centros maiores, melhorando assim a assistência ao nosso colono, ao homem pobre lá do interior.

É neste sentido que faço este depoimento e espero das autoridades federais e estaduais, da Secretaria da Saúde e do Governo do Estado um apoio maior, principalmente aos pobres e esquecidos hospitais e pequenos Municípios do interior.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos, então, o senhor Ivo Paganini, Prefeito Municipal de Arroio Trinta. Registramos também a presença dos Deputados Estaduais Ivo Konell, Ciro Roza e Manoel Mota.

Com a palavra o Deputado Federal Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Desejo, em nome do Fórum Parlamentar Catarinense, cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente deste Poder; o Deputado Sergio Silva; os Secretários Municipais de Saúde; o Secretário da Saúde e os Deputados Estaduais.

Gostaria de dizer que o Fórum Parlamentar Catarinense está aqui representado por quase 50% da sua Bancada, pelos três Senadores, pelos Deputados Federais Décio Knop, Serafin Venzon, Hugo Biehl e Paulo Bauer.

Desejamos cumprimentar os Prefeitos aqui presentes e dizer que este é um Fórum suprapartidário. A troca de sobrenome não altera o produto.

Este Fórum já tomou algumas providências dias atrás convidando o Secretário de Estado da Saúde para fazer uma exposição junto ao Fórum, colocando as dificuldades da Secretaria da Saúde de Santa Catarina, a falta

de recursos em torno de doze milhões de reais, e solicitou ao Fórum para que tomasse algumas providências.

O Fórum já se manifestou à área competente do Ministério da Saúde e hoje, ouvindo todas as manifestações aqui feitas, certamente envidará todos os esforços para ajudar nessa difícil questão da Saúde, não só catarinense como brasileira.

Quero dizer também que certamente o Fórum Parlamentar assumirá a posição de todos aqueles que se manifestaram e certamente daqui sairá um documento para que possamos atuar fortemente junto ao Governo Federal e tentar buscar uma diminuição das dificuldades que estão acontecendo nesta área da Saúde.

O Secretário colocou-nos que para ficar mais ou menos equilibradas as contas da Saúde nós teríamos que ter no Orçamento de 1997 um aumento de 25%, mais os recursos do PAB. Entendíamos que seriam recursos novos do PAB, quando na verdade isso não está acontecendo.

Então, nós, do Fórum Parlamentar Catarinense, adotaremos a posição que foi tirada dessa reunião importante. Isto é uma unanimidade. Nós ouvimos todas as manifestações aqui e tenho certeza de que nenhum Deputado ou Senador se furtará a fazer o esforço necessário para podermos trabalhar em direção à solução das dificuldades da área da Saúde.

Mas eu queria dar oportunidade ao Deputado Serafin Venzon, que é médico e faz parte da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, para que ele colocasse mais profundamente o trabalho que está se fazendo a nível federal e também dentro da Câmara dos Deputados, certamente no Legislativo, para que todos tenham o entendimento e o conhecimento das atividades em Brasília.

Eu gostaria que o Deputado Serafin Venzon, como homem da área e representante na Comissão da Saúde na Câmara dos Deputados, fizesse uso da palavra para completar as nossas posições e mais uma vez ratificar que o Fórum Parlamentar Catarinense estará envidando todos os esforços para ajudar nesta difícil tarefa de trazer mais recursos para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, e passamos a palavra ao Deputado Federal Serafin Venzon.

O SR. DEPUTADO FEDERAL SERAFIN VENZON - Senhor Presidente, senhores Senadores, senhores Deputados Federais e Estaduais, Membros das Comissões de Saúde dos Municípios, levar esta reivindicação que os senhores estão fazendo é evidentemente o mínimo que podemos fazer.

Como colocou bem já o Deputado Valdir Colatto, o Fórum até já se adiantou, aproveitando a visita do Secretário Estadual em Brasília para fazer uma exposição das razões. O Fórum está justamente se mobilizando para, juntamente ao Ministério da Saúde, buscar este Orçamento que foi retirado, mas ainda não fomos porque coincidiu esse corte exatamente com o corte do Ministro. Então, assim que estiver restabelecido o Ministério, com o novo Ministro, seguramente serão tomadas as providências.

Eu acredito que a Saúde não vai mal por causa de Ministro e também não é por falta de gerenciamento, parece-me que quanto

a tudo isto já foi feito o que deu, evidentemente que devem existir fraudes na Saúde, como existe em outras áreas, mas seguramente a Saúde é a área em que existe menos justamente pelo controle que tem. De forma que a Saúde não vai melhor ou pior, de acordo com o Ministro. Nem a Saúde no Estado, nem a Saúde nos Municípios melhora ou piora com o Secretário, pode até mudar um pouco, mas não é o que falta. É evidente que temos que ter um bom Secretário. O que falta é termos um maior Orçamento na Saúde.

Parece-me que o Serra até por conhecer melhor o caminho por onde anda o cifrão talvez possa melhorar a questão da Saúde. Eu já disse ao ex-Ministro Adib Jatene, quando era Ministro ainda, que na Comissão de Saúde não adianta chamar Secretário Municipal, Estadual ou Ministro da Saúde, é necessário chamar quem tem o dinheiro. Bom, talvez o Serra possa nos ajudar nisto.

Além de levar esta reivindicação, o Fórum vai maciçamente, Senadores e Deputados, falar com o novo Ministro para buscar esse dinheiro. Não me levem a mal, mas estive no Ministério da Saúde para pegar alguns detalhes. Os senhores sabem que todo mundo observa que é no Município que o cidadão vai reclamar. Só que no Município não chega o dinheiro, só chega papel. Qualquer economia que o Secretário fizer, qualquer rendimento maior que o Secretário tiver no Município, não acontece nada para o Município, vai ganhar o Estado ou a União, mas não o Município, porque ele ganha por doença, quanto mais doentes tiver, melhor ele ganha. Talvez alguns ganhem bastante, até inventando algumas coisas a mais, que é uma das armas para salvar hospitais e que já foi usada.

Dos 293 Municípios, apenas 217 pediram o PAB, ou seja, os outros vão continuar recebendo papelzinho ou dinheiro; ao invés do dinheiro ir diretamente para a Secretaria Municipal, vão receber através do Governo do Estado, que agora está indo bem, mas poderá não ir.

Dos 293 Municípios, apenas 11, e me parece que tem mais alguns. Tem Município que já pediu e que até a semana passada não tinha chegado em Brasília a gestão plena da Saúde, ou seja, até hoje todos os hospitais, Secretários Municipais recebem a IH, papel que troca por dinheiro se tiver feito o atendimento.

Como será se ele municipalizar? Ele vai receber em dinheiro e vai, naturalmente, justificar onde gastou o dinheiro. Ora, eu pediria aos Secretários da Saúde para que estimulem os seus Prefeitos a municipalizar também a gestão hospitalar, a gestão plena.

Eu tenho certeza de que o dinheiro que vão receber para a gestão plena corresponde aproximadamente a dois reais por habitante/mês. O PAB é 0,86 reais por habitante/mês e as internações mais ou menos dois reais por habitante/mês.

Isso é seguramente insuficiente, só que o Secretário vai receber o dinheiro, o Secretário e o Prefeito poderão determinar algumas ações na Saúde. Até agora não se manda nada, porque quem manda é o dono do hospital que inventa mais ou menos a IH se ele tiver.

Então, eu pediria aos senhores que além desse nosso compromisso aqui no Fórum, eu gostaria de obter um compromisso dos senhores, justamente para municipalizarem a gestão plena e hospitalar também.

Existem 5.480 Municípios. Na semana passada estava lá só um Secretário da Saúde reclamando desses valores. Eu duvido que se fossem 5.480 Prefeitos, em vez de um só ou vinte, fossem 5.480 Prefeitos, o

Presidente não tivesse dado um jeito de atender. Esse é o compromisso que eu gostaria de obter dos senhores!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao senhor Deputado Serafin Venzon que também falou em nome do Fórum e também como Membro da Comissão de Saúde.

Eu passo a palavra ao Deputado Sergio Silva, que é Vice-Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, e a seguir deixamos em aberto a palavra, embora o Fórum Parlamentar Catarinense, através do Deputado Valdir Colatto e do Deputado Serafin Venzon, já se manifestou, aos demais Deputados Federais e aos nossos Senadores para que se manifestem individualmente.

Com a palavra o senhor Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, demais Parlamentares, Secretário Estadual da Saúde, Senhores Secretários, cidadãos catarinenses, amigos da imprensa, também por deferência do Companheiro João Henrique Blasi, nosso Líder de Bancada, falo, além de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, como representante da Bancada do PMDB.

Eu quero dizer primeiro que o que nós estamos vendo aqui hoje, nesta sessão, é uma inconsequência do Governo Federal para com o Estado de Santa Catarina. Eu quero saber neste ano quem vai assumir os ônus que irão acontecer se esses recursos não vierem para o nosso Estado, recursos que nos pertencem, não é favor nenhum.

O Governo Federal investiu 0.5 do seu Orçamento em saneamento básico. Isso não é saúde, isso é pregar o fracasso, isso não é prioridade; 0.5 de orçamento federal para saneamento é um deboche.

É o que nós temos hoje no Brasil. Só que nós não podemos fazer com que este deboche alcance Santa Catarina, senhores Deputados Federais, senhores Senadores e senhores Parlamentares do nosso Estado.

Vamos a alguns números, eu os trouxe aqui de forma muito resumida, e me corrija, principalmente o senhor Secretário da Saúde, se eu estiver equivocado. Duzentos e setenta milhões é o dinheiro que o Governo Federal nos sinaliza. O mínimo necessário são duzentos e noventa milhões, e o ideal através do pacto intermunicipal é trezentos e vinte.

São cinquenta milhões que faltam nesta conta, Senhor Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni! Ouvi pessoas aqui afirmando que deveríamos pedir doze, treze, quatorze. Eu discordo, acho que nós temos que pedir o necessário, o indispensável para Santa Catarina com argumento irrefutável. O nosso Estado arrecadou e deverá arrecadar neste ano de CPMF cento e setenta milhões, aproximadamente, que é o famoso imposto criado a maior para melhorar a Saúde. Mas, meus Deus, se é um imposto criado a maior, significa que aquilo que nós já tínhamos não pode ser diminuído!

Então, se é o básico, são os duzentos e trinta e três milhões, aproximadamente, vamos buscar pelo menos o valor do CPMF arrecadado em Santa Catarina para os catarinenses, não o contrário! Vamos arrecadar em Santa Catarina para enviar a outros Estados brasileiros! Se o imposto está dirigido para a Saúde, especificamente, e não for dado aos seus irmãos catarinenses, meus amigos e minhas amigas, nós estaremos prestando um desserviço a este Estado.

Faço aqui um apelo pela responsabilidade de todos os Parlamentares que forem perante o público dizer que um dos seus compromissos era a Saúde de Santa Catarina. Está na hora de nós cumprirmos com este compromisso, todos nós.

Eu tenho certeza de que todos os Parlamentares com assento nesta Casa, Deputados Federais, Senadores, independente de sigla partidária, disseram que um dos seus compromissos era a saúde pública de Santa Catarina. Está na hora de nós provarmos isto. E não vamos poder deixar para as próximas eleições, para 4 de outubro. Nós temos mandato, temos responsabilidades, e o ano é 98, não é 99. O ano é agora, é já, é neste instante!

Eu ouvi aqui Secretários Municipais desesperados dizendo que não têm como suportar o Orçamento até o final do ano; eu ouvi aqui Presidente de associações de hospitais dizendo que não têm como manter os hospitais abertos até o final do ano. O que nós vamos fazer? Vamos brigar, pressionar, mostrar os números, dizer que cinquenta milhões, uma parte vem do CPMF, a outra deve vir do Orçamento da República, ou nós estamos excluídos?

Para complementar, o Secretário Carlos Schoeller mostrou uma transparência, que mostra bem, irrevogavelmente, o que é o Governo Federal, não sei se para o resto do Brasil, mas para Santa Catarina, na área da Saúde, quando mostra dezesseis bilhões, cai para oito bilhões a participação do Orçamento para Santa Catarina.

Então, meus amigos, eu gostaria de pedir para que aquele último quadro fosse colocado, mais uma vez, para nós verificarmos a desatenção para com o nosso Estado, como se aqui não tivéssemos mais doentes, como se aqui não tivéssemos mais tuberculose! O que é isto?

Então, senhor Presidente, para encerrar a minha participação como Vice-Presidente da Comissão, eu entendo que estamos cumprindo com a primeira fase, que é primeiro tomarmos consciência do coletivo, dos graves problemas, mas nós não podemos abrir mão de tentarmos reverter aquele quadro que ali está colocado, em que as barras verdes diminuem, mas mais importante é que aquelas barras verdes sejam barras criadas para identificar a saúde dos catarinenses, que, conseqüentemente, estariam também de igual forma declinando, tanto a nível de saneamento como a nível de saúde pública.

Muito obrigado!

(Palmas nas galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao Deputado Sergio Silva.

Eu quero fazer uma consulta rapidamente em função do nosso horário (já estamos passando das 16h, há necessidade de reabrir a sessão ordinária): se dos Deputados Federais, dos nossos Senadores há quem pretenda usar da palavra? Quais dos Deputados Estaduais que desejam usar da palavra também?

Usará da palavra o Deputado Wilson Wan-Dall. Há mais algum Deputado que quer usar da palavra?

Então, nós poderemos já dar um encaminhamento até para finalizar, digamos, a reunião e depois podemos transferir ao Presidente da Casa a reabertura dos trabalhos da sessão ordinária.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall. Se algum outro Deputado quiser usar da palavra, rapidamente, por três minutos, poderá

fazê-lo. Os Deputados Federais, os nossos Senadores, embora o Fórum Parlamentar já se manifestou, se também desejarem usar da palavra, ainda temos alguns minutos. E em seguida poderemos dar os encaminhamentos finais aqui em relação a esta reunião.

Não podemos ficar apenas na reunião, nos discursos importantes que são o diagnóstico desta situação. Mas precisamos efetivamente tirar encaminhamentos práticos para que possamos restabelecer a normalidade e atingir os nossos objetivos em relação ao que Santa Catarina tem direito no que diz respeito aos recursos federais para o nosso Estado.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall, por três minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni, senhor Presidente da Assembleia, senhores Deputados Federais, Estaduais, senhores Senadores, Secretários Municipais, representantes da área da Saúde, nós, sentados no Plenário, sentimos que todos os depoimentos aqui de todas as pessoas foram pronunciamentos de revolta. Por quê? Porque realmente o descaso com a Saúde em Santa Catarina é cada vez pior.

Se todas as regiões estão reclamando, eu também quero reclamar da minha região do Vale do Itajaí.

Quase todas as regiões têm hospital regional: São José, Rio do Sul, Chapecó, Joinville, Criciúma. Florianópolis, parece-me que tem seis hospitais mantidos pelo Governo. E lá na nossa região há uma promessa do hospital regional, e até hoje nada foi feito graças à nossa universidade de Blumenau, que abraçou a causa numa idéia de formar uma comissão, e a própria universidade teve que fazer a compra do terreno. Agora, estamos lutando para ver se conseguimos construir esse hospital regional e universitário.

Se a Saúde no Brasil e no Estado está difícil, quero dizer que no Vale do Itajaí está mais quebrada do que arroio de terceira.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel (Intervindo) - Deputado Wilson Wan-Dall, só para corrigir-lo, quero dizer que o Hospital Regional de Rio do Sul é particular, é da comunidade de lá.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas foi feito com dinheiro do Governo Federal e do Estado.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Uma parte só, 1/3, quinze milhões.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas não sou contra. Não é isso que eu quero aqui dizer. Eu acho que deveriam ter dois hospitais regionais em cada região. Eu só estou falando da discriminação do Vale do Itajaí.

Realmente devo me manifestar, porque tenho um escritório de atendimento, só para terem conhecimento, há onze anos em Blumenau. Fora de política, ele continua atendendo lá a comunidade. E cada vez mais, dia-a-dia, dezenas e dezenas de pessoas vêm pedindo ajuda. Não conseguem nem mais um remédio. Quem não tem um plano de saúde, praticamente não consegue mais um atendimento.

O Hospital Santa Catarina em Blumenau é totalmente particular. O Hospital Santa Isabel atende parte pelo SUS, mas muitos exames e cirurgias não tem conseguido fazer.

O Hospital Santo Antônio, que é o único hospital ainda que atende o nosso operário, a nossa dona de casa, é mantido pelo Poder Público Municipal e pela comunidade.

Por isso que nós queremos uma atenção especial também. E aqui vale a pena

fazer esse encontro, Deputado Volnei Morastoni. Nós sentimos que é preciso a união dos Deputados Federais e Estaduais, dos Senadores, dos Secretários e dos Prefeitos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - Concedemos mais um minuto a V.Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Temos que abraçar essa causa, porque não podemos permitir que o Governo discrimine Santa Catarina, tirando recursos depois de criar o CPMF para ajudar a Saúde. E até agora não veio nada, que eu ao menos saiba, para Santa Catarina.

Nem o Instituto Médico Legal em Blumenau está pronto. Três Governos passaram e ainda não está pronto. E agora, há poucos dias, fomos discriminados com um cheque sem fundos para o Hospital Santo Antônio.

Com essa atitude bonita de hoje que estamos fazendo aqui, abraçando, dando as mãos para que possamos resolver o problema da Saúde em Santa Catarina, eu gostaria de deixar uma pergunta no ar: eu pediria que alguém pudesse, do Fórum Catarinense, porque ele está trabalhando, realmente esquecendo siglas partidárias (eu quero deixar registrado que o nosso Fórum Parlamentar Catarinense está trabalhando e muito bem representando Santa Catarina), responder o quanto Santa Catarina arrecadou de CPMF e quanto retornou para ajudar a Saúde em nosso Estado. Essa é a pergunta que gostaria de fazer.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Como já dissemos da importância desta reunião, porque não é fácil reunirmos todas essas lideranças a nível estadual e os Parlamentares para debatermos um tema da maior importância, que é a Saúde, e como temos vários senhores Deputados inscritos e consideramos de fundamental importância que possam se manifestar, eu transiro a palavra, agora, ao Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta, que vai reabrir a sessão ordinária, dar os encaminhamentos devidos e, possivelmente, imediatamente a seguir, já retomaremos esta sessão para ouvir os Deputados que estão inscritos e as demais manifestações, finalizando, assim, com os encaminhamentos necessários para objetivarmos uma reunião como esta.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos à Presidência desta Casa e aos senhores Líderes Partidários de todas as Bancadas pela compreensão em poderem transferir os trabalhos da sessão ordinária da Ordem do Dia para a sessão de amanhã e assim podermos ainda contar com o tempo necessário aqui, prosseguindo a reunião da Comissão de Saúde desta Casa, então, para as inscrições que já estão feitas pelos senhores Deputados e também para os encaminhamentos finais.

Então inscritos os senhores Deputados Pedro Uczai, Eni Voltolini, Francisco Küster, Afonso Spaniol e Idelvino Furlanetto.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Secretários da Saúde, estes três minutos são decisivos para tirarmos alguns encami-

nhamentos aqui.

O primeiro ponto é uma decisão política do Governo Federal diminuir recursos para a Saúde, como também é decisão política do Governo Federal aumentar recursos para investimentos em outros setores da sociedade e da economia.

Temos que deixar claro aqui que foram as forças políticas que dão sustentação ao Governo Federal que decidiram diminuir recursos para a Saúde e aumentar recursos para outros setores. E quando um novo Ministro assume - sendo ele da área da economia - questiona-se: a Saúde vai ser custo ou vai haver investimento fundamental na área da Saúde deste País para melhorar as condições de atendimento da população?

Assim, temos que tirar daqui três decisões, porque o resto é discurso, o resto é demagogia. A primeira decisão é a ampliação dos recursos orçamentários do ponto de vista nacional e estadual, ainda para o exercício de 1998. Essa é a primeira decisão.

A segunda decisão seria tirar daqui um documento por escrito, assinado pelos Secretários da Saúde, pelos Deputados Estaduais e Federais, Senadores e pelo Fórum Parlamentar, para que seja tramitado, em regime de urgência, no Congresso Nacional, a PEC 169.

É preciso decisão política, e não apenas fazer discurso, mas decisão política. Aí é avanço, é pensar efetivamente na solução para os problemas da Saúde e do SUS.

Em terceiro lugar, a partir desta audiência pública, muito importante nesta tarde, precisamos construir um movimento estadual e nacional em defesa do SUS, porque há 10 anos da sua criação ele ainda deve ser uma conquista, ele ainda deve ser uma luta para se consolidar neste País.

Assim, são três decisões politicamente estratégicas e fundamentais que devemos tomar, enquanto Parlamentares e enquanto Lideranças nesta Casa. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, são esses os encaminhamentos que transmitimos à Mesa e à Coordenação desta audiência, porque sem essas três decisões não é possível pensar em qualidade da Saúde no Estado e no País, que é fortalecer o SUS, votar urgentemente o PEC e ampliar, ainda neste ano, os recursos orçamentários. Se preciso for, tira-se do Proer, e se preciso, tira-se de outros setores e aplica-se no que é vital, e aí, sim, as forças políticas que dão sustentação ao Governo darão uma demonstração de que têm vontade política para resolver o problema da Saúde neste País.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Antes de passar a palavra ao Deputado Eni Voltolini, que é o próximo Deputado Estadual inscrito, eu passo ao Senador Casildo Maldaner, que solicitou a palavra.

Gostaria também de registrar a presença dos Deputados Jorginho Mello e Jaime Mantelli, bem como do Prefeito de Itapoá, Ademar Ribas do Valle.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Eu gostaria de trazer aqui um testemunho, senhor Presidente.

Deste encontro da saúde não só os Deputados Estaduais, como também os Secretários Municipais da Saúde e autoridades municipais da Saúde do Estado inteiro estão

participando, assim como o nosso Secretário Estadual de Saúde, Dr. Carlos Dornelles Schoeller, que aqui está, enfim, os nossos Deputados Federais e também ex-Senadores.

Já disse à Mesa e gostaria de publicamente renovar a todos que comungam e participam dessa questão relacionada à Saúde no Brasil que o corte que houve em relação ao orçamento da Saúde para com Santa Catarina é uma questão que precisamos reverter. E como se faz? Eu acho que é dessa forma: de uma reunião como esta tirarmos um documento, uma posição - pelo que vejo - unânime e, através do Deputado Valdir Colatto, que é o Coordenador do Fórum Catarinense em Brasília, levarmos essa decisão das bases da Saúde de Santa Catarina à nossa Bancada Federal, exigindo que a questão do orçamento da Saúde seja revertida.

Deixo aqui esse depoimento e coloco-me à disposição para a empreitada que deveremos desencadear em Brasília, nos próximos dias.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Temos mais três Deputados inscritos para falar por três minutos e em seguida daremos os encaminhamentos.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente da Comissão, senhores representantes do Poder Legislativo, seja na instância federal, estadual ou municipal, senhores representantes do Poder Executivo, Secretários e Prefeitos, quero ser bastante breve para dizer aquilo que eu entendo que seja o resumo de tudo isso.

Nós tivemos a oportunidade, várias vezes, nesta Casa e até neste ambiente, aqui, de tratar de coisas muito parecidas, Deputado Valdir Colatto, V.Exa. que é atualmente o condutor do Fórum Parlamentar, e em todos os momentos infelizmente os discursos, as manifestações ou as preocupações têm caminhado quase numa mesma direção: à falta do financiamento de recursos públicos para investimento na prestação dos serviços públicos ou à discussão de quem é a culpa do processo.

Ainda há pouco alguém me perguntou se nós hoje iríamos verificar e resolver de quem era a culpa desse problema, e eu dizia que não. Não nos interessa mais perder tempo só com de quem é a culpa, nós temos também que avançar para a solução do problema. É bom resgatarmos a culpabilidade, mas é melhor buscarmos as soluções também.

Eu diria que nós, nesse caminho, estamos aqui juntos, todos os quarenta Deputados Estaduais. Se nós queremos fazer discurso suprapartidário, temos que fazer exercício suprapartidário também. O Fórum Parlamentar é um exemplo disso, a Assembléia é outro exemplo disso também.

Parece-me que o alerta trazido pelo Deputado Serafim Venzon é muito oportuno. Há uma lição de casa a ser feita pelos próprios Municípios na direção da gestão plena. E é uma lição de casa a ser feita pelos próprios Secretários Municipais de Saúde, para ver se em cada Município os ditos 10% estão sendo aplicados também, para que possamos fazer a mesma coisa no Orçamento Estadual e buscar também a participação no Orçamento Federal.

Parece-me que estamos buscando isso, todos, juntos.

Precisamos, por último, dizer apenas que é prudente e necessário, senhora Secretária, que representa os Conselhos de to-

dos os Municípios na área da Saúde, que estejamos presentes também na Comissão de Saúde, porque, às vezes, falta-nos informações e embasamento pleno para poder, em conjunto, de forma unificada, fazer não o discurso, ao qual se referia o Secretário Municipal de Blumenau, mas o encaminhamento, a proposta, falando todos uma mesma linguagem. E se precisarmos gastar alguns minutos a mais para unificar a linguagem, tenho certeza que será extremamente positivo para que possamos caminhar e, aí, sim, ter força política para construir uma proposta melhor para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, nobre Deputado!

O Sr. Braz Vieira - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Braz Vieira, da Federação dos Hospitais.

O SR. BRAZ VIEIRA - Senhor Presidente, gostaria de contestar uma declaração do Deputado Serafim Venzon de que os hospitais são fabricantes de AIHs. Isto é uma inverdade. E não queremos ser encarados como adversários, queremos, sim, ser parceiros deste projeto na busca de soluções para a Saúde dos hospitais.

Eu desafio o Deputado Serafim Venzon a denunciar o hospital que utiliza esse procedimento.

Temos no Estado de Santa Catarina milhares de pacientes atendidos sem que com isso tenha tido AIH correspondente. O Secretário Schoeller é testemunha de que os hospitais atendem o paciente independentemente da AIH, depois ficam mendigando para que essa AIH seja colocada à disposição dele.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, senhores Deputados Federais e Estaduais, senhores Senadores, Secretários Municipais da Saúde, senhoras e senhores, a nossa presença na tribuna é para declarar publicamente que estamos nos somando ao rito, à reação da gente catarinense. E não poderia ser diferente, diante da situação que está posta em relação aos recursos para a saúde pública no nosso Estado.

Eu vi com alguma dificuldade, até porque não tenho mais aquela visão de outrora, estava sem óculos, os gráficos que foram apresentados aqui pela Secretaria da Saúde com relação à nossa situação ante os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e do Paraná, no que se refere ao aporte de recursos para a saúde pública do Estado.

Faço algumas indagações até porque ultimamente tenho me envolvido muito em questões outras, mas agora, e principalmente agora, Secretário Schoeller, em que o nosso Estado dá indício de ser acometido de mais um problema que imaginávamos não mais assolar os habitantes do nosso Estado na virada do milênio, que é o surgimento de alguns focos de Dengue, imaginávamos que neste momento Santa Catarina, que é um Estado que apareceu sempre bem perante o cenário nacional em vários setores da atividade pública, principalmente no que se refere à saúde pública, gostaria de saber qual valor que foi orçado para Santa Catarina, para a saúde pública, neste ano, qual o valor do ano passado e o efetivamente necessário para dar um bom andamento nas questões ligadas

à saúde pública aqui no Estado.

Causa-me às vezes situação até de indignação quando alguém se insurge contra o SUS. Acho que todos deveríamos defender, fortalecer o SUS. Está aí uma situação complicada, de poucos recursos, mas isso não é motivo para sepultar o SUS, que é uma coisa boa. Eu sou um defensor do SUS.

Para encerrar, eu gostaria de ouvir do senhor Secretário, se possível, não querendo desviar do principal, que é tirar daqui o encaminhamento para as tratativas em Brasília, que providências estão sendo tomadas para combater um eventual surto de Dengue no Estado. Isto é uma coisa que nos preocupa muito. Temos que aliar isto ao universo das nossas preocupações neste momento. De resto, todos pela causa do aporte de mais recursos para a saúde pública do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecendo ao Deputado Francisco Küster, passo a palavra ao senhor Deputado Afonso Spaniol e, por último, ao senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Senhor Presidente, nobre Secretário da Saúde, autoridades, Deputados, Secretários Municipais, Prefeitos e Lideranças.

Existe um fato interessante, aqui, senhores Deputados, Líderes, há consenso, há unanimidade de que os nossos hospitais, de que a nossa saúde pública está entrando para a UTI, está semifalida, assim como os nossos hospitais regionais, de Chapecó, Joinville, Rio do Sul, enfim, a maioria deles.

Ora, se todos os Deputados que aqui se encontram, as Lideranças, os Secretários, os Deputados Federais, os Senadores, têm esse entendimento e ninguém concorda com esse corte de recursos que aconteceu no Orçamento da União para Santa Catarina, cortando 12,5 milhões de reais para este ano, e se há unanimidade, se há consenso em revertermos esse quadro, e nós, novamente, dotarmos o Sistema Único de Saúde desses valores ou até mais, por que não poderemos fazê-lo? Acho que é bem possível!

Então, esse debate é interessantíssimo, mas que ele não fique só numa carta de intenções, na retórica. Que esse debate surta, realmente, efeitos.

Tendo presente o Líder do Fórum Catarinense, Deputado Valdir Colatto, os Senadores, enfim, o Secretário da Saúde, então, que possamos reverter imediatamente esse quadro aqui, em Santa Catarina.

Nós que convivemos mais de perto, diariamente estamos sendo solicitados em nossos gabinetes pelos Secretários, pelas Prefeituras dos pequenos Municípios do nosso Oeste e do nosso Extremo Oeste catarinense. Então, temos que reverter essa situação, temos que equipar, efetivamente, o Hospital Regional de Chapecó, darmos mais dotações a essas entidades.

Mais um exemplo para finalizar: o pequeno Município de Iporã do Oeste, que tem cinco mil e poucos eleitores, fez um levantamento nos últimos seis meses e arrecadou, de CPMF, cento e quatro mil reais, quase uma receita daquele Município.

Então, se pegarmos esse exemplo e colocarmos isso no Estado, são milhões e milhões que se arrecadam de CPMF, e quem dos senhores sabe o destino, a destinação, a aplicação desses recursos?

Isso precisa ser clareado, isso precisa de mais transparência, pois isso significa mais recurso para a Saúde do nosso Estado e

do nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente da Comissão de Saúde, cumprimentamos também o Fórum Catarinense, os senhores Senadores, os senhores Deputados Estaduais, Federais, Secretários Municipais de Saúde, os Prefeitos Municipais.

Eu estava refletindo sobre o encaminhamento feito pelo nosso Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na sua exposição, para que possamos ampliar e lembrar. Nesta sessão especial para tratar exclusivamente da questão da Saúde, devemos fazer uma reflexão maior do comportamento político do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, devido a tanto descaso que está aí.

Está aí se entra o Ministro ou se não entra. E é um risco que corremos, pois se de repente entrar este Ministro, ele poderá aumentar até os juros, vai ter juros, porque ele é muito especialista para tocar os juros, porque estamos vendo os juros agrícolas, os juros que estão na educação, portanto, podemos observar o descaso da política da Saúde.

Eu queria ampliar até isso, pois quando não se investe na agricultura, não se tem alimento de qualidade. Quando que há política agrícola para vender pacote tecnológico? Se vendemos agrotóxicos, estamos fazendo uma fábrica de doentes, depois, teremos que correr atrás de dinheiro, porque falta dinheiro para a Saúde.

Por outro lado, não se investe na prevenção, não se investe nos setores prioritários, porque para o cidadão ter saúde, ele precisa em primeiro lugar ter comida de qualidade. E para ter comida de qualidade, precisa o agricultor ter vontade de ficar na agricultura. Está aí o êxodo rural generalizado, vindo para os grandes centros, gerando e ampliando ainda mais os problemas que os grandes centros já têm.

Quanto à luta pelo Sistema Único de Saúde, alguns Deputados que me antecederam colocaram uma posição, mas outros não colocaram uma posição clara, ou seja, qual a sua posição política em defesa do Sistema Único de Saúde - continuam ficando em cima do muro. Não estamos aqui para achar culpados, mas na sua exposição podemos muito bem identificar. Continuam ficando em cima do muro! E em relação ao projeto de emenda constitucional, não vai ser diferente. Continuarão a ficar em cima do muro.

Nessa questão da saúde, deve vir dinheiro para darmos sustentação política aos Municípios, caso contrário, senhores Prefeitos, podem se preparar. Nós precisamos fazer uma ação política, acima dos Partidos Políticos, na hora de votar precisamos ter decisão política-partidária, sim! Não adianta querer enfeitar, precisamos de decisão política. E a decisão política do nosso Partido, que é favorável, está muito clara.

Outro dia chegaram aqui, em Florianópolis, mulheres agricultoras para tratar da questão da saúde da mulher, então, lembrei-me do descaso que está havendo com o Hospital Regional de Chapecó. Solicitaram uma audiência para reequipar o Hospital Regional de Chapecó, garantindo assim um melhor atendimento ao Oeste e ao Extremo Oeste.

Numa das viagens que fiz a São Miguel d'Oeste, apenas num dia, encontrei quatorze ambulâncias. E para onde elas se dirigiam? Para a nossa Capital, para Florianópolis! Por quê? Aonde está o atendimento dos Hospitais Regionais? E isso acontece nas pequenas e microrregiões, porque há o descaso, não tem atendimento e não tem orçamento.

Então, essa é a nossa luta. Todos os Partidos têm o compromisso de votar o projeto de emenda constitucional. Esta situação pode ser superada, mas é necessário que haja vontade política para que seja garantida a votação do projeto.

Eu quero reforçar dizendo que sem agricultura não há saúde. E a agricultura precisa que lutemos por ela. Por isso, espero que nos próximos dias nós nos engajemos nessa luta dos Prefeitos e Secretários Municipais, dos Deputados e dos Senadores em defesa de uma proposta para a agricultura familiar, combatendo assim o êxodo rural.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos as palavras do Deputado Ildelino Furlanetto.

Terminadas as exposições, daremos os encaminhamentos finais a respeito desta reunião que, sem dúvida nenhuma, reputamos da maior importância, com todas as manifestações e presenças que aqui se fizeram, porque este tema diz respeito a uma das questões fundamentais do cotidiano da vida das pessoas, dos cidadãos, do povo do nosso Estado e do nosso Brasil.

Nós precisamos realmente dar sequência a uma reunião como esta. Todas as manifestações foram importantes, todo o extravasar da angústia, de toda a ansiedade, de todo o estresse, de toda a situação, porque muitas vezes os Secretários Municipais, principalmente, estão lá no pára-choque do atendimento à população, como também nós, Parlamentares, que diariamente cruzamos com as pessoas que nos procuram, e nos procuram cada vez mais pelas inúmeras necessidades que têm na área da Saúde.

Então todos nós estamos no mesmo barco, desde a Secretaria Estadual da Saúde, a Assembleia Legislativa, os Deputados Estaduais, Federais, os Secretários Municipais, assim como as entidades todas que aqui se manifestaram.

Diversas propostas foram apresentadas. E eu entendo que todas são da maior importância como a que foi dita da necessidade de se criar um movimento estadual e nacional em defesa do SUS. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos fortalecer o movimento estadual e nacional em defesa do SUS. A imensa maioria da nossa população depende do Sistema Único de Saúde, que deve ser um sistema público gratuito, de boa qualidade.

Mesmo com toda a situação de problemas - e devemos aqui fazer um destaque - apesar de todas as dificuldades, de todo o caos, o SUS já mostrou que é o grande caminho. Quantas experiências importantes que têm dado certo, onde há vontade política, lógico; quantos Municípios que na linha de choque têm implantado essa trajetória do SUS; e quantas experiências bem sucedidas!

É necessário que possamos conjugar a vontade política, em todos os níveis, em nível nacional, estadual e dos municípios. E a bem da verdade, cada vez mais os Municípios estão a receber encargos, mas não recebem a contrapartida de recursos.

Precisamos que os Estados, e também o nosso Estado, seguramente, mais e mais possam também receber recursos, chegando aos 10% que defendemos, e assim tam-

bém esperamos os recursos federais.

Até fazendo um comentário mais jocoso, se até agora temos tido um serrote sobre as nossas cabeças na área da Saúde, preocupa-nos, agora, termos uma serra. Oxalá, também até porque muitas vezes quanto aos economistas, quanto à forma como eles tratam a questão, estamos acostumados a ver como os economistas de um modo geral tratam as questões sociais com uma certa frieza dos números, sem a sensibilidade social necessária.

Por isso, preocupa-nos em parte até a indicação de um economista para o Ministério. Mas de qualquer forma precisamos juntar esforços em todos os níveis dos Municípios do Estado, para em nível nacional criar um grande movimento que possa dar visibilidade a essas exigências de direito, porque mesmo os planos de saúde estando aí em aberto - quem pode, compra, e menos de 20% da população pode comprá-los -, a imensa maioria depende do SUS.

Então, o SUS é um caminho irreversível, e agora com a implantação inclusive de novos programas que vão caminhando também no sentido de se proceder a uma reformulação de um modelo assistencial que nós temos no nosso País. E não há dinheiro sempre que chegue, se ficarmos no modelo centrado na doença. Nós precisamos, ao invés da indústria da doença, de uma indústria da saúde, nós precisamos é da saúde.

Nesse sentido, realmente precisamos juntar esforços aqui, desde a Secretaria de Estado, desde o Conselho Estadual de Saúde, desde o COSEMS, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, desde a Comissão de Saúde da Assembleia, desde todas as entidades do Movimento Popular Sindical, para que possamos criar efetivamente um movimento que dê visibilidade a essas angustiantes reclamações da nossa população sobre a Saúde.

A questão da PEC 169, se nós estamos aqui a tratar da questão do financiamento da Saúde, cada vez mais é imperioso que possamos fazer chegar ao Congresso Nacional o apelo dos Municípios, dos Estados, o apelo deste País, em relação à proposta da Emenda Constitucional 169, para que possamos ter recursos estáveis e fixos, e mais recursos para a Saúde, a partir do que essa emenda constitucional propõe.

Então, no conteúdo das reformas que esse Governo Federal encaminha no Congresso Nacional, uma emenda como essa da PEC 169 tem que ter prioridade absoluta, pois é de extrema importância para que possamos caminhar no sentido da definição dos recursos - em nível federal, dos Estados e dos Municípios - que precisamos alocar para a Saúde.

Em relação basicamente àquilo que foi a razão principal desta nossa reunião, de todas as manifestações e da vinda de toda esta representatividade importante das lideranças ligadas à Saúde aqui, eu entendo que precisamos dar um encaminhamento bastante claro para que possamos ter os resultados que desejamos.

Se assim pude entender e sintetizar esta proposta mais imediata no sentido de que temos que elaborar um documento a partir desta reunião, com todas as manifestações que houve aqui, eu entendo que seria necessário que tirássemos (até foi uma proposta que o Deputado Eni Voltolini informalmente me apresentou) uma comissão de trabalho ampliada onde, através da Comissão de Saúde desta Casa, pudéssemos reunir essas diferentes partes dessa

comissão.

Então, propomos para que, na quarta-feira, das 9h às 12h (no horário de reunião ordinária da Comissão de Saúde desta Casa), com a representação do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, dos Prefeitos Municipais, a Fecam, com a Secretaria Estadual de Saúde, com as entidades populares que aqui se manifestaram, pudéssemos analisar (e através do serviço de taquigrafia teremos a reprodução do documento e a gravação base desta reunião) e elaborar um documento, mas não só elaborar um documento como, e também, ouvirmos o que aqui foi dito, foi proposto.

Podemos até ter um debate complementar com os contraditórios, para que esse documento sirva de base para tantos encaminhamentos que vamos ter na Saúde, nesse trabalho em conjunto, onde a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa se propõe a ser um espaço de interlocução.

Eu entendo que este é o papel da Assembleia Legislativa e das Comissões Técnicas desta Casa, no caso, a Comissão de Saúde. É a Comissão que pode convidar o Fórum Parlamentar Catarinense, convidar os nossos Deputados Federais e Senadores, convidar a Secretaria Municipal de Saúde, convidar os Secretários Municipais, as entidades médicas, todas as entidades da área da Saúde e ter aqui este espaço de interlocução, para encaminharmos esta e tantas outras questões na área da Saúde, para tratarmos destas questões suprapartidariamente no interesse do bem comum da sociedade catarinense.

Elaboraríamos esse documento a partir de quarta-feira, com a representação dessa comissão, e desde já fazemos um apelo ao Fórum Parlamentar Catarinense, através do Deputado Valdir Colatto, para agendar em Brasília uma audiência para Santa Catarina, onde poderia estar representado o Fórum Parlamentar Catarinense, que muito bem tem representado o nosso Estado.

Poderíamos ampliar essa comitiva com a presença da Assembleia Legislativa, através da Comissão de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, dos Secretários Municipais de Saúde e de outras entidades que também poderiam compor essa comitiva a Brasília para uma audiência com o senhor Ministro da Saúde, onde colocaríamos essas questões aqui debatidas, principalmente essa questão do teto financeiro da União, do teto financeiro dos recursos federais para o nosso Estado.

Em nenhuma hipótese podemos admitir essa diminuição de recursos para os Municípios, por tudo o que nós ouvimos aqui hoje e por tudo o que eu pude ouvir em nome da Comissão de Saúde, nas reuniões que participei, junto ao Conselho de Secretários Municipais e na Comissão Intergestores Bipartite, pois os Municípios estão no seu limite com mais encargos e menos recursos.

Não há como diminuir recursos para os Municípios, inclusive, se esta questão dos recursos federais ficar efetivamente comprovada de que não há como, após todas as gestões, discutir a questão de como fica em nível dos recursos do Estado para a Saúde em relação aos tetos municipais, partindo do princípio que os Municípios estão no seu limite máximo de elasticidade do que podem assumir na área da Saúde.

Portanto, resumindo, a proposta fundamental seria constituir uma comissão com a representação das partes que aqui estiveram, já convidadas para uma reunião, quarta-feira, às 9h, na Comissão de Saúde desta Casa, quando teremos o documento desta reunião,

que será transcrito como base para a elaboração desse documento, enquanto aguardamos que o Fórum Parlamentar Catarinense agende essa audiência em Brasília. Não sei se o Deputado Valdir Colatto tem informações de qual seria o tempo necessário, pois estamos numa fase de interinidade, não sei se já existe data marcada para a posse do novo Ministro.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, que possamos o mais rápido possível, porque na verdade estamos caminhando contra o relógio. Poderia ser na próxima semana ou imediatamente após a Páscoa, já que temos a próxima semana comprometida - é a Semana Santa -, e praticamente os dias úteis são segunda, terça e quarta-feira. Então, que no máximo após a Páscoa pudéssemos ter essa audiência em Brasília. E essa comissão ampliada terá à frente desse processo o nosso Fórum Parlamentar Catarinense.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Creio que o Deputado Volnei Morastoni está com a razão.

O que queremos colocar aqui é que o Fórum Parlamentar Catarinense amanhã oficializará a solicitação de audiência com o Ministro José Serra. Na verdade, temos que nos readaptarmos mais à agenda do Ministro do que à nossa própria.

Solicitamos que esse documento tenha a maior celeridade possível para que possamos, na primeira oportunidade, fazer essa audiência. Tenho certeza de que o Fórum dará todo o seu empenho para que isso aconteça o mais rápido possível.

Acho que o encaminhamento é este mesmo e aguardamos o documento para que possamos analisar aqui no Fórum e o mais breve possível termos essa audiência solicitada ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - O Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum, se dispõe a fazer esse encaminhamento a partir de amanhã com a solicitação de audiência ao Ministro da Saúde.

Nesse ínterim, a partir de quarta-feira, estaremos elaborando esse documento-base para a audiência com o Ministro, no sentido de que não fiquemos apenas nesse documento e nessa audiência com o Ministro. Tantas e tão importantes questões aqui foram colocadas que precisamos, dentro dessa comissão, refletir sobre isso e tirar outros encaminhamentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, é evidente que as conclusões que temos que ter é por um documento que finalize o que aqui foi exposto de forma condensada, retirando as posições equivocadas, inflamadas, daquelas que realmente têm essência na matéria.

Notamos nitidamente que algumas pessoas já não estão presentes. Inclusive muitos Prefeitos, por outros compromissos, agora, não acompanham esta parte final.

Solicito, então, que a assessoria da Comissão de Saúde formalize de forma urgente esse encaminhamento para que na quarta-feira tenhamos a representação de hoje recolocada na reunião.

Vamos imaginar: a ótica do Prefeito é uma, a ótica dos hospitais é complementar, e cada um tem a sua ótica que deverá ser analisada e acrescentada. Então, solicitamos que seja feita urgentemente uma comunicação a todos os envolvidos na reunião de hoje, mais uma vez, dizendo que quarta-feira é a última

oportunidade para as pessoas manifestarem-se oficialmente e, se possível, que já tragam por escrito a sua posição, até para nos facilitar a elaboração do documento, porque podemos dessa forma ter alguns números, acrescentar algumas tabelas e gráficos de acordo com o material que nos for enviado.

Era este o meu encaminhamento de ordem prática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não, Deputado Sergio Silva. Dando encaminhamento à sua proposição, já deixo aqui um apelo ao Secretário Estadual da Saúde, para que possa estar representado nessa reunião de quarta-feira, e também à Adelianna, que é Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, porque é muito importante a presença de representantes desse Conselho que dominem toda essa questão, pois cada vez mais os gestores que estão no trato do dia-a-dia é que têm o domínio de todas essas informações, juntamente com a Secretaria Estadual da Saúde.

Da mesma forma, convido as demais entidades, como a Associação Catarinense de Medicina, o Fórum Popular de Saúde, o Sindicato dos Servidores, a Associação e a Federação Catarinense dos Hospitais e também os Prefeitos aqui presentes.

Nós vamos agilizar através da secretaria da Comissão de Saúde imediatamente, a partir de hoje e durante todo o dia de amanhã, os contatos necessários, reafirmando essa reunião de quarta-feira, às 9h, possivelmente no plenarinho desta Casa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com o discurso inflamado ou não, nesta tarde, eu gostaria, em nome da Bancada, de encaminhar que todas as proposições feitas aqui nesta tarde fossem levadas em consideração na composição do documento, inclusive as proposições da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque, senão, levar em consideração algumas questões centrais que foram levantadas aqui, nesta tarde, com relação a recursos, à PEC, ao SUS, vai ser mais um documento que não vai ser viabilizado.

Independentemente da inflamação ou não, são questões essenciais e estratégicas para encaminhar a solução da Saúde no Estado e neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado, o objetivo desta Comissão e da elaboração desse documento a partir desta reunião é exatamente para que possamos contemplar todos os pontos de vista aqui e possamos realmente levar em consideração o que aqui foi dito por todas as partes que participaram dessa reunião.

No final, então, resta-nos agradecer sobremaneira pela participação de todos, muito especialmente do Secretário Estadual da Saúde, senhor Carlos Schoeller, e de sua equipe de técnicos da Secretaria Estadual da Saúde, do Dr. Valdir Colatto, que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, também de todos os demais Deputados Federais, dos três Senadores que aqui se fizeram presentes, no sentido de que realmente pudessem ouvir os clamores dos nossos Municípios, dos nossos Secretários Municipais, das nossas entidades vinculadas à Saúde, eis que são os principais interlocutores a nível do Governo Federal que deverão estar constantemente em contato

para essas e outras reivindicações.

Quero também agradecer à Adelianna, Presidente do Conselho de Secretários Municipais da Saúde, aos Prefeitos Municipais presentes, aos representantes das entidades da área sindical, popular, da Saúde, aos representantes dos hospitais e também à imprensa, que deu a cobertura necessária para que a população possa tomar conhecimento desse movimento, dessas reivindicações.

Gostaria de colocar mais uma vez a Comissão de Saúde à disposição de todas as partes representadas nesse papel de interlocução com a nossa sociedade entre os Municípios, os Secretários Municipais e o nosso Fórum Parlamentar Catarinense.

Este é o papel que a nossa Comissão se propõe a desenvolver nesta representação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que no dia 7 de abril, terça-feira da próxima semana, às 9h, no plenarinho desta Casa, com a presença do Secretário Estadual da Saúde, Carlos Schoeller, a Comissão de Saúde estará ouvindo o Secretário e os servidores da Saúde sobre o PCCS, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, pois que ao final daquela greve, de aproximadamente 80 dias, houve um encaminhamento sobre o PCCS.

Houve uma comissão mista de trabalho que elaborou um plano, e esse plano, então, precisa ser retomado. E o senhor Secretário agendou para o dia 7 de abril.

Então, todos estão convidados para esse debate que é muito importante sobre o PCCS dos servidores da Saúde.

Outra informação, também, que eu gostaria de deixar aqui é que em função das questões do Ipesc - o Ipesc tem um indicativo de greve para o dia 17 de abril - precisamos, sob todos os aspectos, fazer qualquer esforço para impedir que não aconteça essa greve, porque necessariamente ela vai acarretar uma sobrecarga ainda maior para o SUS, que já está com dificuldades.

Então, a Comissão de Saúde também está à disposição nessa interlocução com a Presidência do Ipesc, com o Governo do Estado, com as entidades prestadoras de serviço, com as entidades médicas, com os servidores da Saúde, nas gestões necessárias para que possamos encontrar um encaminhamento para evitar, inclusive, essa greve do Ipesc, para que possamos resolver os problemas financeiros do Ipesc e também constituirmos uma comissão mista de Deputados e entidades, para elaborarmos um projeto futuro para o Ipesc.

Assim sendo, também da parte da Comissão, aproveito para informar que na próxima sexta-feira, às 9h, estaremos, os Deputados da Comissão de Saúde, com a Comissão Suprapartidária Norte/Nordeste, em Blumenau, para tratar do problema do aterro industrial de Blumenau, com os Municípios de Blumenau, Massaranduba e Guaramirim, já que há, digamos, certas questões conflitantes no encaminhamento desse processo do aterro industrial de Blumenau.

Assim sendo, então, agradecemos pela presença de todos e estaremos em breve dando continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente sessão especial convocamos outra, solene, para hoje, às 19h, para uma homenagem ao ex-Governador Ivo Silveira.

(Palmas nas galerias)

Muito Obrigado!

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA**DESPACHO****GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

PROCESSO S/Nº (PORTARIA Nº 459/97)

ASSUNTO - SINDICÂNCIA

INDICADOS - JUAREZ SOUZA DA SILVA E SÂNIA BARRETO PERFEITO

DESPACHO

A Portaria nº 459/97, de 17/11/97, consoante o disposto no parágrafo único, do artigo 154, da Lei nº 6.745/85, constituiu Comissão de Sindicância para, no prazo de 30 dias, apurar os fatos narrados no Ofício s/nº, datado de 05/11/97, subscrito pelos funcionários da Divisão de Recursos Humanos (docto de fls. 03/04), enquadrando-os no disposto no artigo 137, III, 1, do Estatuto do Funcionário Público do Estado. A Comissão de Sindicância foi instalada aos 20/11/97 (docto de fls. 07). Foram solicitadas Diligências à Divisão de Recursos Humanos, cumpridas às fls. 16/49, 106/273 e 382/384. Foram expedidos os Mandados de Notificação de fls. 12/14, 53/70, 91/94 e 353/357, e de Citação de fls. 88/89. Os Termos de Declarações dos Denunciantes constam às fls. 50/51 e 72/86, dos Sindicatos às fls. 96/100 e das Testemunhas às fls. 101/104, 363/364 e 370/371. Foi solicitada Diligência à Divisão de Serviços Gerais, cumprida às fls. 361. Foram juntados os documentos de fls. 278/350, a requerimento do sindicato Juarez Souza da Silva e solicitada Diligência à Divisão de Administração Financeira, cumprida às fls. 374/380. A Comissão de Sindicância apresentou o Relatório e o Parecer às fls. 385/394, opinando pelo Arquivamento do feito, pois "A verdade apurada não corresponde as irregularidades processadas e apontadas às fls. 03 e 04 dos autos". Isto posto, a Mesa Diretora determina o ARQUIVAMENTO.

Florianópolis, 18 de março de 1998.

Deputado Francisco Küster - Presidente
Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente
Deputado Vanderlei Rosso - 2º Vice-Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO Nº 260/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, usando da competência que lhe é outorgada pelo art. 40, inciso XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores ROBERTO TAGLIARI LIMA, Matrícula nº 0976, ANIBAL CANTALÍCIO ESTANISLAU, Matrícula nº 1907 e JOHNI LUCAS DA SILVA, Matrícula nº 2096, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, consoante dispõe a Resolução DP nº 029, de 21/08/95.

Art. 2º - Aos servidores designados para compor a Comissão de que trata o art. 1º desta Resolução, fica instituída a Gratificação estabelecida pelo art. 85, II, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 3º - O valor da Gratificação de que trata o artigo anterior é fixado em 40% (quarenta por cento), não podendo ser percebida cumulativamente com valores pagos ou agregados sob o mesmo título.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no período de 1º/04/98 a 31/08/99.

Art. 5º - Fica revogada a Resolução nº 1268, de 12/09/97 e demais disposições em contrário.
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 261/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe é outorgada pelo artigo 40, XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar "Ponto Facultativo" para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 09 de abril, Quinta-feira, data do início dos atos religiosos da Semana Santa.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 262/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, JOSÉ CLEMES, matrícula nº 3154, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1282, de 15/09/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/04/98 (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 263/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ITAMAR PIRES PACHECO, matrícula nº 1514, do cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 683, de 05/05/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 264/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MARIA SALETE ULLER, matrícula nº 3128, do cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 687, de 05/05/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Saúde e Meio-Ambiente).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 265/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92, ITAMAR PIRES PACHECO, matrícula nº 1514, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da

Assembleia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 2º, da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Saúde e Meio Ambiente).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 266/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, NELSON MARTINS FILHO, matrícula nº 2850, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 267/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, REJANE SALETE FRONER, matrícula nº 3163, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1539, de 16/12/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Deputado Francisco Küster).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 268/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, ALOYSIO CELSUS EGEWARTH, matrícula nº 2939, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Deputado Francisco Küster).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 269/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL, matrícula nº 3106, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Deputado WILSON WAN-DALL).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 270/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, DENISE TEREZINHA ROSA MATOS, matrícula nº 3089, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Deputado Wilson Wan-Dall).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

Coordenadoria das Comissões

Florianópolis, 01 de abril de 1998.

Ofício nº 041/98

Ilustríssimo Senhor

VALTER CLEMENTINO PEREIRA

Diretor da Divisão de Anais

Nesta

Senhor Diretor

Valho-me do presente para encaminhar a relação com a nova composição das Presidências e vice-presidências das Comissões Técnicas deste Poder, bem como, os horários estabelecidos que foram objeto de deliberação dos respectivos Presidentes.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade expressões de distinta consideração e apreço.

Respeitosamente,

Deputado Afonso Spaniol
3º Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Presidente: Julio Teixeira

Vice-Presidente: Eni Voltolini

Membros

Olices Santini

Romildo Titon

Hans Fritsche

João Henrique Blasi

Pedro Uczai

Jorginho Mello

Reunião: 3ª feira às 10:00Hs

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Gilmar Knaesel

Vice-Presidente: Ivo Konell

Membros

Eni Voltolini

Sérgio Silva

Leodegar Tiscoski

Jorginho Mello

Paulo Vidal

Carlito Merss

Wilson Rogério Wan-Dall

Reunião: 4ª feira às 09:00Hs

COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Presidente: Idelvino Furlanetto

Vice-Presidente: Manoel Mota

Membros

Olices Santini

Eni José Voltolini

Herneus de Nadal

Norberto Strosch Filho

Pedro Uczai

Reunião: 3ª feira às 08:00Hs

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Sérgio Silva

Vice-Presidente: Jorginho Mello

Membros

Udo Wagner

Ivan Ranzolin

Narcizo Parisotto

Wilson Rogério Wan-Dall

Idelvino Furlanetto

Reunião: 4ª feira às 09:00Hs

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Presidente: Reno Luiz Caramori
Vice-Presidente: Leodegar Tiscoski
Membros: Volnei Morastoni
 Paulo Vidal
 Manoel Motta
 Norberto Stroisch Filho
 Ciro Roza

Reunião: 3ª feira após a Sessão Plenária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Luiz Roberto Herbst
Vice-Presidente: Ideli Salvatti
Membros: Udo Wagner
 Lício Mauro da Silveira
 Manoel Mota
 Júlio Teixeira
 Onofre Santo Agostini

Reunião: 3ª feira após a Sessão Plenária

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Presidente: Volnei Morastoni
Vice-Presidente: Sérgio Silva
Membros: Udo Wagner
 Ivo Konell
 Gilmar Knaesel
 Lício Mauro da Silveira
 César Souza

Reunião: 4ª feira às 08:00Hs

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Presidente: Pedro Bittencourt Neto
Vice-Presidente: Olices Santini
Membros: Ideli Salvatti
 Gilmar Knaesel
 Herneus de Nadal
 Hans Fritsche
 Jaime Mantelli

Reunião: 4ª feira após a Sessão Plenária

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Presidente: Norberto Stroisch Filho
Vice-Presidente: Carlito Merss
Membros: Lício Mauro da Silveira
 Reno Luiz Caramori
 Luiz Roberto Herbst
 Hans Fritsche
 Júlio Teixeira

Reunião: 2ª feira após a Sessão Plenária

*** X X X ***

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Palácio Barriga-Verde/Florianópolis, em 07 de abril de 1998.

Ofício nº 014/98

Exmo. Sr.

DEP. NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Venho em conformidade no que prescreve as normas regimentais, solicitar a V. Exa. o registro no Diário desta Casa, a Convocação Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, a efeito dos processos de Representações RP/001 e 002/98, para o dia 08 deste mês, às 18 horas, após a Sessão Plenária, na Sala nº 27 de Reuniões das Comissões, na finalidade de apresentar o cronograma que será seguido pelos relatores e, como também os ritos legais aos objetivos assinalados. Certo da preciosa atenção, despeço-me.

Atenciosamente,

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 041/98**

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Pesca Independente - CCPI

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Caça e Pesca Independente - CCPI, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis-SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

JUSTIFICATIVA

Na forma prescrita pelo artigo 50 da Constituição do Estado e em conformidade com o dispositivo na Lei Estadual nº 9.540, de 18/04/94, submeto à apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública a entidade CLUBE DE CAÇA E PESCA INDEPENDENTE - CCPI, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

O presente está instruído com cópia do Estatuto da entidade, cópia do CGC da entidade, Atestado de Funcionamento, certidão de registro em Cartório, cópia da ata de eleição e posse da Diretoria e o Relatório circunstanciado das atividades realizadas durante o exercício de 1997.

A finalidade da entidade é promover e desenvolver o esporte de caça, pesca e atividades correlatas, a proteção à fauna e flora, bem como a lazer a seus associados e dependentes.

Considerando o acima exposto, submeto à aprovação de Vossas Excelências, visando sua tramitação e conversão em lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 042/98

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de São José do Cerrito - SC.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de São José do Cerrito, com sede e foro no município de São José do Cerrito - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1998.

DEPUTADO ROMILDO TITON

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/98

JUSTIFICATIVA

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de São José do Cerrito, é uma entidade sem fins lucrativos, passa por dificuldades, pois a participação dos pais e amigos é limitada no desenvolvimento e aplicações das ações necessárias ao bem estar dos deficientes.

A efetivação desta Lei, fará justiça e a realização de novos trabalhos pela Associação em conjunto com a sociedade Cerritense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 043/98

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores Psoríases e Vitiligo, com sede e foro no município de Videira-SC.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Portadores Psoríases e Vitiligo, com sede e foro no município de Videira-SC.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1998.

DEPUTADO ROMILDO TITON

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 31/03/98

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Portadores Psoríases e Vitiligo, com sede e foro no município de Videira-SC., não tem fins lucrativos e objetiva integrar e proporcionar proteção e o bem estar aos associados.

Declarar de Utilidade Pública esta entidade garantirá os direitos e vantagens da legislação vigente aos portadores de Psoríases e Vitiligo.

*** X X X ***